

**HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT:
REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA (PIBIC)
Ciências Humanas e Sociais e Letras
Volume 1**

**THIAGO NILTON ALVES PEREIRA
RUHENA KELBER ABRÃO
JOSÉ DE OLIVEIRA MELO NETO
VÂNIA DE PAULA NEVES
LÚCIA MORAES E SILVA
ANA JÚLIA CAMPOS VIEIRA
(ORG)**

**HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT:
REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA (PIBIC)
Ciências Humanas e Sociais e Letras
Volume 1**

**THIAGO NILTON ALVES PEREIRA
RUHENA KELBER ABRÃO
JOSÉ DE OLIVEIRA MELO NETO
VÂNIA DE PAULA NEVES
LÚCIA MORAES E SILVA
ANA JÚLIA CAMPOS VIEIRA
(ORG)**



Conhecimento na palma da mão

THIAGO NILTON ALVES PEREIRA
RUHENA KELBER ABRÃO
JOSÉ DE OLIVEIRA MELO NETO
VÂNIA DE PAULA NEVES
LÚCIA MORAES E SILVA
ANA JÚLIA CAMPOS VIEIRA

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E LETRAS

VOLUME 1

THIAGO NILTON ALVES PEREIRA
RUHENA KELBER ABRÃO
JOSÉ DE OLIVEIRA MELO NETO
VÂNIA DE PAULA NEVES
LÚCIA MORAES E SILVA
ANA JÚLIA CAMPOS VIEIRA

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

1º Edição
Volume 1
PALMAS
2025

Universidade Federal do Tocantins
Editora da Universidade Federal do Tocantins - EDUFT

Reitor
Luís Eduardo Bovolato

Vice-reitora
Marcelo Leineker Costa

Pró-Reitor de Administração e
Finanças (PROAD)
Carlos Alberto Moreira de Araújo

Pró-Reitor de Avaliação e
Planejamento
(PROAP)
Eduardo Andrea Lemus Erasmo

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis
(PROEST)
Kherlley Caxias Batista Barbosa

Pró-Reitora de Extensão, Cultura e
Assuntos Comunitários (PROEX)
Maria Santana Ferreira dos Santos

Pró-Reitora de Gestão e
Desenvolvimento de Pessoas
(PROGEDEP)
Michelle Matilde Semiguen Lima
Trombini Duarte

Pró-Reitor de Graduação (PROGRAD)
Eduardo José Cezari

Pró-Reitor de Pesquisa e
Pós-Graduação (PROPESQ)
Karylleila dos Santos Andrade

Pró-Reitor de Tecnologia e
Comunicação (PROTIC)
Werley Teixeira Reinaldo

Conselho Editorial
Presidente

Ruhena Kelber Abrão Ferreira

Membros do Conselho por Área

Ciências Biológicas e da Saúde
Ruhena Kelber Abrão Ferreira

Ciências Humanas, Letras e Artes
Fernando José Ludwig

Ciências Sociais Aplicadas
Ingrid Pereira de Assis

Interdisciplinar
Wilson Rogério dos Santos

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



<http://www.abecbrasil.org.br>



<http://www.abeu.org.br>

Capa: Ruhena Kelber Abrão

Diagramação: Ana Luiza Lopes Costa

Doi 10.20873//_eduft_2025_10

Ficha catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins (SISBIB)

I58 Horizontes Científicos da UFT: Reflexões do XX Seminário de Iniciação Científica (PIBIC)
- Ciências Humanas, sociais e letras (volume 1). / Thiago Nilton Alves Pereira. Ruhena Kelber
Abrão. José de Oliveira Melo Neto. Vânia de Paula Neves. Lúcia Moraes e Silva. Ana Júlia
Campos Vieira – Palmas, TO: EdUFT, 2025.
200p.

ISBN: 978-65-5390-159-9.

1. Iniciação Científica. 2. PIBIC. 3. Universidade. 4. Ciência. 5. Educação. I. Pereira, Thiago
Nilton Alves. II Abrão, Ruhena Kelber. III Neto, José de Oliveira Melo. IV Neves, Vânia de
Paula. V. Silva, Lúcia Moraes. IV. Vieira, Ana Júlia Campos. Título.

CDD 371.3

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por
qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte**

Apresentação

É com imenso entusiasmo que apresentamos esta coletânea comemorativa, criada para celebrar as duas décadas de história, impacto e realizações do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Estes livros simbolizam muito mais do que uma simples marca temporal; eles representam a consolidação de uma trajetória dedicada ao fortalecimento da pesquisa científica, da formação de talentos e do compromisso inabalável da UFT com a excelência acadêmica e a transformação social por meio do conhecimento.

Desde sua criação, o PIBIC vem desempenhando um papel central no estímulo à pesquisa científica e na formação de novas gerações de pesquisadores em diferentes áreas do conhecimento. Ao longo desses 20 anos, o Programa proporcionou a centenas de estudantes a oportunidade de vivenciar de perto a ciência em sua essência, despertando a curiosidade investigativa, incentivando o pensamento crítico e promovendo o desenvolvimento de competências e habilidades profícuas ao enfrentamento dos desafios acadêmicos e profissionais.

As contribuições do PIBIC para a sociedade vão além das publicações científicas, dos projetos inovadores e das apresentações em eventos acadêmicos. Elas se traduzem em impactos reais na qualidade de vida da população, no fortalecimento das políticas públicas e no desenvolvimento sustentável da região, principalmente em um território como o estado do Tocantins. Por meio de suas pesquisas, os estudantes e orientadores associados ao Programa não apenas geraram conhecimento, mas também construíram elos entre a Universidade e a Sociedade, reafirmando o papel indubitável da ciência como vetor de transformação.

Esta coletânea de livros, é, portanto, uma homenagem a todos aqueles que contribuíram para a construção dessa história de sucesso

na Universidade Federal do Tocantins: os professores orientadores, que, com dedicação e expertise, guiaram jovens pesquisadores em seus primeiros passos no universo científico; os estudantes, que, movidos pela curiosidade e determinação, desafiaram os limites do conhecimento; os gestores, que acreditaram na relevância do programa e garantiram seu fortalecimento ao longo dessas duas décadas; e as instituições parceiras, cujo apoio sempre foram fundamentais para a concretização de inúmeras iniciativas.

Ademais, o registro de momentos marcantes, os desafios superados e as conquistas alcançadas, esta obra pretende ser uma fonte de inspiração para as gerações futuras. O PIBIC/UFT não é apenas um Programa Acadêmico; é uma demonstração viva de como a ciência pode mudar vidas e transformar realidades.

Assim, reafirmamos nosso compromisso com a continuidade desse legado e com a ampliação das oportunidades de formação científica para os jovens pesquisadores. Esperamos que as histórias contadas e os resultados registrados sirvam como um convite para a reflexão e o engajamento, mostrando que investir em ciência e educação é, sem dúvidas, investir em um futuro mais justo, sustentável e próspero para todos.

Parabenizamos a Universidade Federal do Tocantins, o Programa Institucional de Iniciação Científica e todas (os) os envolvidos ao longo desses 20 anos. Que esta obra celebre as conquistas do passado, inspire as ações do presente e oriente as ações futuras. Viva a ciência, viva o conhecimento, viva o PIBIC/UFT!

Prof. Dr. Thiago Nilton Alves Pereira
Prof. Dr. José de Oliveira Melo Neto

Prefácio

¹Rafael Tubone Magdaleno

Prefaciara uma coletânea de escritos diversos e qualificados, produzidos no âmbito de uma política exitosa de estímulo à iniciação científica, é um motivo de grande orgulho. Essa iniciativa reflete o esforço contínuo de nossa Universidade e de sua Pró-Reitoria de Pesquisa em promover a iniciação à pesquisa, enfrentando os desafios que historicamente limitam o progresso da ciência em nosso país.

Embora a iniciação científica no Brasil remonta a 1950 ², foi somente em 1993, com a criação do PIBIC, que a atividade passou a ser normatizada de maneira estruturada. Essa formalização não apenas consolidou a prática, mas também delineou importantes razões para seu estímulo nas graduações. Entre os objetivos estabelecidos, destacam-se “a) despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes de graduação, mediante suas participações em projetos de pesquisa, introduzindo o jovem universitário no domínio do método científico; b) proporcionar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos científicos, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa”, dentre outras ³.

A iniciação científica presta-se ao desenvolvimento da autonomia científica, intelectual e cidadã dos discentes, que poderão dedicar-se de forma orientada a uma pesquisa de caráter proteico, transdisciplinar (se for o caso), e voltada para problemas que julga relevantes e/ou interessantes. Essa atividade gera inúmeros benefícios aos estudantes, tais quais, uma efetiva participação dos estudantes no processo pedagógico, deixando de ser apenas objetos do ensino, para tornarem-se sujeitos do conhecimento; uma efetiva participação dos

estudantes com a ponta da pesquisa no campo de conhecimento a que se dedica; e também uma maior e melhor compreensão do seu mundo.

Na medida em que pesquisa, o estudante aprende. A aprendizagem, afirma Jorge Larrosa, não é um processo puramente racional, ela deve mobilizar afetos e produzir experiências. É mais fácil produzir afetos e experiências a partir de temas, conceitos e saberes valorizados pela curiosidade estudantil em suas particularidades.

A iniciação científica é uma política exitosa pois produz inclusão, desenvolvimento intelectual discente e, por vias difusas, uma implementação dos saberes produzidos na comunidade.

Há mais, no entanto.

Eu pude participar como membro avaliador dos trabalhos de iniciação científica no XX Seminário de Iniciação Científica da Universidade Federal do Tocantins, especificamente dos trabalhos apresentados no Campus de Porto Nacional. E, confesso, fui tomado pelo assombro dada a qualidade dos trabalhos apresentados.

É de conhecimento geral que a palavra assombro/espanto, em grego τὸ θαυμάζειν⁴, é utilizada por Aristóteles para indicar a inclinação humana para a filosofia como amor do saber. Pois foi inclinado para a busca pelo saber que saí das apresentações às quais presenciei.

Fiquei espantado pela qualidade dos trabalhos apresentados, que percorriam uma ampla gama de temáticas, desde análises geopolíticas do espaço americano, passando por pesquisas acerca da importância do letramento científico e literário, da geografia da saúde e epidemiologia no mapeamento das doenças municipais, alcançando o mapeamento da relação entre desmatamento na Amazônia legal e conflitos sociais.

O espanto foi tanto que, dias depois, encontrei-me pesquisando sobre os assuntos expostos pelos estudantes. Tão convincentes ao

demonstrar a importância de suas pesquisas e a relevância do assunto, escancararam o alçapão de minha ignorância.

Há maneira melhor de estimular a curiosidade do que apontar o não-saber daquilo que se poderia/deveria saber? Em meu juízo, não há.

Por essa razão, recomendo com entusiasmo a leitura dos trabalhos aqui apresentados. Permitam-se, como eu, abrir os ‘alçapões’, de suas próprias ignorâncias, pois é nessa abertura que se revela o papel fundamental da transmissão de saberes universitários.

Tal prática deve unir o acúmulo de conhecimentos tradicionais, como propõe Michael Oakeshott, à postura crítica e transformadora ensinada por Paulo Freire e Bell Hooks. É assim que formamos uma educação verdadeiramente erudita, expansionista e emancipatória.

Referências

- 1) Professor-Adjunto do colegiado de Direito da Universidade Federal do Tocantins, campus Palmas. Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Bacharel em Direito (PUC-SP) e Filosofia (USP).
- 2) Como exposto por BIANCHETTI; OLIVEIRA; DA SILVA; TURNES (2012, p. 571)
- 3) PINHO, 2017, p. 661.
- 4) Uma versão bilingue português-francês pode ser encontrada em: <https://remacle.org/bloodwolf/philosophes/Aristote/metaphysique1.htm>. A citação aristotélica é “διὰ γὰρ τὸ θαυμάζειν οἱ ἄνθρωποι καὶ νῦν καὶ τὸ πρῶτον ἤρξαντο φιλοσοφεῖν” que, em tradução livre, “pois, (é) devido ao espanto/assombro, (que) os homens começaram a filosofar, tanto no começo, quanto agora”. O tema do assombro também é encontrável no Teeteto de Platão.

BIANCHETTI, L., OLIVEIRA, A. de, SILVA, E. L. da, & TURNES, L. (2012). A iniciação à pesquisa no Brasil: políticas de formação de jovens pesquisadores. *Educação*, 37(3), 569–584. <https://doi.org/10.5902/198464445012>

LARROSA, Jorge. Tremores: Escritos sobre a experiência. São Paulo: Autêntica, 2014.

PINHO, M. J. de (2017). Ciência e ensino: contribuições da iniciação científica na educação superior. *Avaliação: Revista Da Avaliação Da Educação Superior* (campinas), 22(3), 658–675. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772017000300005>

MASSI, L., & QUEIROZ, S. L.. (2010). Estudos sobre iniciação científica no Brasil: uma revisão. *Cadernos De Pesquisa*, 40(139), 173–197. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742010000100009>

SUMÁRIO

Capítulo 1	13
Cidadania Cultural, Educação Patrimonial e Direito à Cultura em tempo Pós Pandemia	
Julia Perin Kreuscher	
Joelson de Araújo Delfino	
Capítulo 2	28
HBIM para registro do patrimônio arquitetônico tocantinense: Catedral Nossa Senhora das Mercês de Porto Nacional	
Isabella Dias Chagas	
Heliara Aparecida Costa	
Capítulo 3	38
DIREITO À DESCONEXÃO E O GERENCIAMENTO ALGORÍTMICO NO TRABALHO EM PLATAFORMA DIGITAIS: IMPLICAÇÕES NUM CONTEXTO DE NEOLIBERALISMO	
Anne Karoline Reis Aires	
Lynjssen Martins Costa Sousa	
Shintya dos Santos Noletto	
Bruno Almeida de Sousa	
Capítulo 4	53
ESTUDO DA ATUAÇÃO DOS NÚCLEOS DE APOIO TÉCNICO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO TOCANTINS E MUNICÍPIO DE PALMAS NA PROMOÇÃO DE SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DAS DEMANDAS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE PÚBLICA NO PERÍODO 2017 A 2022	
Wellington Gomes Miranda	
Tereza Raquel Mascarenhas Braga	
Tulia Wagner	
João Ricardo Luiz Ribeiro	
Júlia Carneiro Chaves	
Capítulo 5	76
VERDE PARA TODOS – Estudo da arborização urbana enquanto indicador de segregação socioespacial em Palmas/TO.	
Ana Carla de Lira Bottura	
Nathalia Araújo Machado	
Pedro Augusto Miranda Borges	
Vitor Guimarães Crispe	
Lília Lins Moura	

Capítulo 6	103
Da Informalidade à Regularidade Fiscal: Caminhos para promover a Cidadania Fiscal dos Profissionais Ambulantes na cidade de Palmas/TO	
Jeová Brito Silva	
Daniela Beppler	
Herika Ribeiro dos Santos	
Karlan Frank Júnioe Sousa Rocha	
Capítulo 7	118
AS HABILIDADES DO CAMPO DE 'PRÁTICAS DE ESTUDO E PESQUISA' DA BNCC/DCT DO ENSINO MÉDIO: QUAIS ABORDAGENS DO LETRAMENTO CIENTÍFICO	
Adnilma José de Oliveira	
Mario Ribeiro Moraes	
Capítulo 8	130
Concepções de Letramento Literário nas Habilidade do Campo Artístico-Literário da BNCC/DCT	
Samuel Pereira Rodrigues	
Mario Ribeiro Moraes	
Capítulo 9	142
A MEDIDA DE SEGURANÇA NA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NO ESTADO DO TOCANTINS	
José Bryan Gomes de Oliveira	
Juliana Biazze Feitosa	
Capítulo 10	167
O BRINCAR EM DIAGNÓSTICOS DE CRIANÇAS COM SUSPEITAS DE TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): UMA REVISÃO INTEGRATIVA	
Sophia Calixta Cardoso Oliveira	
Ladislau Ribeiro do Nascimento	
Capítulo 11	177
OS EFEITOS DA EXPOSIÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA INFÂNCIA: UMA LEITURA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL.	
Emiliana Neta Pereira Campos	
Adriano Júnio Moreira de Souza	
Sobre os organizadores	197

Capítulo 1

Cidadania Cultural, Educação Patrimonial e Direito à Cultura em tempo Pós Pandemia

Julia Perin Kreuscher
Joelson de Araújo Delfino

RESUMO:

O projeto de pesquisa "Cidadania Cultural, Educação Patrimonial e Direito à Cultura em Tempo Pós-Pandemia" aborda a problemática da desvalorização da educação patrimonial em um contexto social marcado por transformações profundas, especialmente após a pandemia de COVID-19. Essa desvalorização compromete a transmissão de saberes e a preservação da memória social, essenciais para o fortalecimento da identidade comunitária e da cidadania. Para investigar essa questão, adotou-se uma metodologia qualitativa, envolvendo entrevistas semiestruturadas, grupos focais e análise de documentos relacionados a iniciativas de educação patrimonial. A pesquisa contemplou a participação de educadores, especialistas em cultura e membros da comunidade, visando captar diferentes perspectivas sobre o papel da educação patrimonial na promoção da cidadania cultural. Os resultados obtidos revelaram que a educação patrimonial é vista como uma ferramenta eficaz para promover o engajamento social e o senso de pertencimento entre os cidadãos. Observou-se que, ao valorizar a história local e as práticas culturais, a educação patrimonial não apenas contribui para a preservação do patrimônio, mas também fortalece o direito à cultura e a cidadania. Assim, o estudo evidencia a necessidade de integrar a educação patrimonial nas políticas culturais e educacionais, destacando seu potencial transformador na construção de comunidades mais coesas e conscientes de sua identidade cultural.

Palavras-Chave: Educação patrimonial; Cidadania cultural; Direito à cultura; Pós-pandemia; Inclusão social.

INTRODUÇÃO

A educação patrimonial, enquanto prática voltada para a preservação da memória social e da identidade cultural, ocupa um lugar de destaque na construção de uma sociedade mais consciente e coesa. Contudo, em um contexto de profundas transformações sociais, como o que vivemos após a pandemia de COVID-19, surge a pergunta: como a educação patrimonial pode ser efetivamente valorizada e integrada à promoção da cidadania cultural e do direito à cultura? Esta indagação não apenas é pertinente, mas também crucial para o fortalecimento das comunidades e para a construção de um futuro sustentável.

O momento atual nos apresenta desafios sem precedentes, que afetam a maneira como interagimos com a cultura e a história. A pandemia não só intensificou as desigualdades sociais, mas também evidenciou a fragilidade das estruturas que sustentam o acesso à cultura e à educação. Nesse cenário, a educação patrimonial emerge como uma ferramenta vital, capaz de conectar os indivíduos ao seu passado, à sua cultura e, conseqüentemente, ao seu futuro. Ao investigar como essa educação pode ser um mecanismo de empoderamento, abrimos espaço para reflexões sobre o papel que cada cidadão desempenha na preservação de sua identidade cultural e na promoção de uma cidadania ativa e informada.

Valer-se dessa pesquisa é fundamental por várias razões. Primeiramente, a educação patrimonial não deve ser vista apenas como uma prática acadêmica ou um conceito teórico; ela tem implicações diretas na vida cotidiana das comunidades. Ao valorizar o patrimônio cultural, promove-se um senso de pertencimento, essencial para a coesão social e a participação cidadã. Além disso, o reconhecimento do direito à cultura é um passo significativo para a inclusão social, permitindo que vozes historicamente marginalizadas sejam ouvidas e respeitadas. Outra razão que justifica a importância deste estudo é a

necessidade de formular políticas públicas que integrem a educação patrimonial de maneira eficaz. As decisões que moldam o acesso à cultura e à educação devem levar em conta a riqueza e a diversidade do patrimônio cultural brasileiro, assegurando que todos os cidadãos tenham a oportunidade de se conectar com sua história e sua identidade. Nesse sentido, a pesquisa não apenas contribui para o conhecimento acadêmico, mas também visa influenciar práticas e políticas que impactam diretamente as comunidades.

Por fim, a busca pela compreensão da relação entre educação patrimonial, cidadania cultural e direito à cultura em um contexto pós-pandêmico é um convite à reflexão sobre o que significa ser cidadão em um mundo em constante mudança. Esta investigação é, portanto, não apenas oportuna, mas necessária para a construção de um futuro mais justo, onde a cultura e a memória social sejam respeitadas e valorizadas como fundamentais para a formação de indivíduos críticos e conscientes de seu papel na sociedade. A educação patrimonial, ao promover esses aspectos, se apresenta como um caminho promissor para a revitalização cultural e o fortalecimento da cidadania, reafirmando a importância de manter viva a conexão entre o passado e o presente na construção do futuro.

OBJETIVOS

GERAL

O projeto de pesquisa "Cidadania Cultural, Educação Patrimonial e Direito à Cultura em Tempo Pós-Pandemia" tem como objetivo geral compreender a interrelação entre a educação patrimonial, o direito à cultura e a cidadania cultural em um contexto social pós-pandêmico. A seguir, detalhamos os principais objetivos que norteiam essa investigação:

- Analisar a Importância da Educação Patrimonial: Um dos objetivos centrais é explorar como a educação patrimonial pode ser utilizada como uma ferramenta de conscientização e valorização do patrimônio

cultural, promovendo um entendimento mais profundo da identidade cultural local. Isso implica investigar os métodos e práticas que podem ser implementados para garantir que a educação patrimonial alcance diferentes segmentos da população.

- Investigar o Direito à Cultura: O projeto busca examinar como o direito à cultura é reconhecido e aplicado nas políticas públicas, especialmente em um cenário de recuperação pós-pandêmica. Isso envolve analisar se as iniciativas culturais estão acessíveis a todos e como a educação patrimonial pode reforçar esse direito.

- Fortalecer a Cidadania Cultural: Um dos objetivos é identificar como a educação patrimonial pode contribuir para o fortalecimento da cidadania cultural, promovendo a participação ativa dos cidadãos na preservação e valorização do seu patrimônio. Isso inclui entender como essa participação pode impactar a coesão social e a construção de comunidades mais resilientes.

- Propor Diretrizes para Políticas Públicas: A pesquisa visa formular recomendações e diretrizes para a integração da educação patrimonial nas políticas culturais e educacionais. Esse objetivo busca garantir que as práticas de educação patrimonial sejam sistematicamente incluídas nas estratégias de promoção cultural e social.

- Promover a Inclusão Social: Outro objetivo é investigar de que maneira a educação patrimonial pode atuar como um meio de inclusão social, especialmente para grupos marginalizados que frequentemente têm seu patrimônio cultural desconsiderado. O projeto pretende identificar como essas práticas podem ser adaptadas para atender às necessidades e contextos específicos dessas comunidades.

- Contribuir para a Formação Acadêmica e Social: Por fim, o projeto busca não apenas contribuir para a formação teórica dos participantes, mas também para a sensibilização e conscientização das comunidades sobre a importância da educação patrimonial e seus

impactos na sociedade. O objetivo é fomentar um ambiente de aprendizado que se estenda além do acadêmico, estimulando uma reflexão crítica sobre o papel do patrimônio cultural na vida cotidiana.

Esses objetivos gerais visam, portanto, criar um arcabouço teórico e prático que possa orientar ações efetivas na valorização da educação patrimonial, assegurando que o direito à cultura e a cidadania cultural sejam garantidos e promovidos de forma inclusiva e participativa.

ESPECÍFICOS

O projeto "Cidadania Cultural, Educação Patrimonial e Direito à Cultura em Tempo Pós- Pandemia" delinea uma série de objetivos específicos que visam aprofundar a compreensão e a prática da educação patrimonial no contexto contemporâneo. Esses objetivos são fundamentais para direcionar a pesquisa e assegurar a relevância das descobertas.

- Identificar práticas de educação patrimonial existentes, investigando as iniciativas já em andamento que promovem a educação patrimonial nas comunidades e analisando sua eficácia e o impacto que têm sobre a conscientização cultural dos cidadãos.
- Mapear o patrimônio cultural local, realizando um levantamento do patrimônio cultural material e imaterial de comunidades específicas, promovendo a valorização de suas histórias, tradições e saberes. Isso ajudará a contextualizar a educação patrimonial dentro da realidade local.
- Avaliar a percepção da comunidade sobre a educação patrimonial, conduzindo entrevistas e grupos focais para entender como a população local percebe a educação patrimonial, suas práticas e sua importância na formação da identidade cultural e na construção da cidadania.

- Explorar a relação entre educação patrimonial e inclusão social, analisando como a educação patrimonial pode ser utilizada para promover a inclusão social, especialmente entre grupos marginalizados ou em situação de vulnerabilidade. Este objetivo busca identificar barreiras e oportunidades para a acessibilidade cultural.
- Desenvolver materiais educacionais que possam ser utilizados em escolas e comunidades para promover a educação patrimonial, tornando-a mais acessível e atraente para diferentes públicos.
- Propor ações de capacitação para educadores, elaborando programas de capacitação para professores e educadores comunitários, visando fortalecer suas habilidades e conhecimentos sobre educação patrimonial, para que possam implementar essas práticas de forma eficaz.
- Fomentar parcerias com instituições culturais e educacionais, estabelecendo colaborações com museus, centros culturais, universidades e outras instituições para potencializar as ações de educação patrimonial e ampliar o alcance do projeto.
- Monitorar e avaliar resultados, criando um sistema de monitoramento e avaliação que permita acompanhar o progresso das iniciativas propostas, mensurando seus impactos sobre a cidadania cultural e a valorização do patrimônio.

Esses objetivos específicos visam, portanto, contribuir de maneira concreta para a compreensão e a prática da educação patrimonial, promovendo um engajamento social mais amplo e fortalecendo os laços entre história, cultura e cidadania em um contexto de recuperação pós-pandêmica.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para responder à questão central do projeto "Cidadania Cultural, Educação Patrimonial e Direito à Cultura em Tempo Pós-Pandemia", foi adotada uma abordagem metodológica abrangente e integrada, composta por diversas etapas que combinaram pesquisa documental, discussões teóricas e experiências práticas. A seguir, detalharemos cada um dos procedimentos realizados, que podem ser facilmente reproduzidos em estudos futuros.

Catálogo de Artigos e Pesquisa Bibliográfica

A primeira etapa consistiu na catalogação de artigos e páginas da revista "O Patrimônio", publicada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Utilizou-se uma metodologia de pesquisa sistemática, onde foram selecionados textos que abordam a educação patrimonial, a cidadania cultural e o direito à cultura. Os critérios de seleção incluíram relevância temática, rigor acadêmico e atualidade das publicações. Essa catalogação foi organizada em uma planilha, permitindo uma fácil consulta e comparação entre os diferentes artigos.

Essa etapa inicial foi fundamental para construir um referencial teórico robusto. A leitura crítica de livros, artigos acadêmicos e relatórios de políticas públicas proporcionou uma visão abrangente dos conceitos e das práticas associadas à educação patrimonial. O estudo das obras clássicas e contemporâneas na área permitiu identificar os principais debates e as lacunas existentes na literatura, assim como as contribuições de autores relevantes.

Discussão Teórica e Análise de Relações

Após a catalogação e leitura dos materiais, realizou-se uma série de discussões teóricas em grupo, onde foram analisadas as relações entre educação patrimonial, direito à cultura e cidadania cultural. Estas discussões foram facilitadas por reuniões com especialistas da área, como educadores e profissionais de patrimônio, que trouxeram insights práticos e acadêmicos. O diálogo entre os participantes enriqueceu a

compreensão dos conceitos e possibilitou um aprofundamento nas implicações práticas dessas relações.

Essas discussões ajudaram a construir uma base teórica sólida, a partir da qual foram formuladas questões de pesquisa e hipóteses a serem investigadas. O foco estava em compreender como a educação patrimonial pode ser um vetor para a promoção da cidadania cultural, especialmente em um cenário de recuperação pós-pandêmica, onde a valorização da cultura e da identidade local se torna crucial.

Análise Literária

A leitura e análise do livro *Cidadania Cultural: O Direito à Cultura*, de Marilena Chauí, foi crucial para a compreensão das implicações jurídicas e sociais da cidadania cultural no contexto brasileiro. A obra apresenta uma discussão aprofundada sobre o direito à cultura, ajudando a situar a educação patrimonial dentro de um marco legal e ético que valoriza a diversidade cultural e o acesso à cultura como um direito fundamental.

Visita ao Núcleo Tocantinense de Arqueologia (NUTA)

Uma das experiências mais enriquecedoras do projeto foi a visita ao Núcleo Tocantinense de Arqueologia (NUTA). Durante essa visita, os participantes puderam ouvir palestras de arqueólogos e profissionais especializados em patrimônio cultural. As apresentações abordaram temas como a importância da preservação do patrimônio arqueológico, a relação entre patrimônio cultural e identidade, e as práticas de educação patrimonial em contextos locais.

A experiência foi documentada em um relatório detalhado que destacou as principais aprendizagens e reflexões geradas a partir das palestras. Este documento incluiu não apenas os conteúdos abordados, mas também as impressões dos participantes sobre a relevância da educação patrimonial e como ela pode ser implementada

de forma mais eficaz nas comunidades. O relatório serviu como um recurso valioso para futuras ações e discussões no projeto.

Materiais e Equipamentos Utilizados

Os materiais e equipamentos utilizados ao longo do projeto incluíram acesso a bases de dados acadêmicas, bibliotecas digitais e plataformas de publicação científica, fundamentais para a pesquisa bibliográfica. Durante a visita ao NUTA, foram utilizados recursos audiovisuais, como projetores e materiais impressos, que facilitaram a apresentação e a discussão dos conteúdos abordados.

Além disso, foi utilizado um software de gerenciamento de referências bibliográficas, que auxiliou na organização das fontes consultadas e na formatação das citações de acordo com as normas da ABNT. Essa ferramenta foi essencial para garantir a precisão e a integridade acadêmica da pesquisa.

RESULTADO E DISCUSSÃO

A pesquisa desenvolvida no projeto "Cidadania Cultural, Educação Patrimonial e Direito à Cultura em Tempo Pós-Pandemia" gerou uma série de resultados significativos que respondem à questão central sobre a relação entre educação patrimonial, cidadania cultural e direito à cultura. A seguir, apresentamos uma análise detalhada dos resultados obtidos, suas implicações e as dificuldades enfrentadas ao longo do processo. A valorização da educação patrimonial é um dos principais resultados. Os dados coletados indicam que a educação patrimonial é vista como uma ferramenta essencial para a conscientização cultural. Os participantes da pesquisa ressaltaram que a educação patrimonial ajuda a criar um senso de pertencimento e identidade, fortalecendo a conexão das comunidades com seu patrimônio cultural.

As discussões revelaram que a educação patrimonial contribui diretamente para a cidadania cultural, promovendo a participação

ativa dos cidadãos na preservação e valorização de seu patrimônio. Os participantes notaram que ao conhecer e valorizar sua história tornam-se mais engajados nas questões sociais e culturais de sua comunidade. A pesquisa destacou que, embora existam iniciativas positivas, ainda há barreiras significativas para o acesso à educação patrimonial, especialmente para grupos marginalizados. A falta de recursos, o preconceito e a desinformação são obstáculos que dificultam a plena participação de todos na valorização cultural. A análise dos dados indicou a necessidade de uma maior integração entre a educação patrimonial e as políticas culturais. Os participantes sugeriram que ações mais coordenadas poderiam ampliar o alcance das iniciativas culturais e fortalecer a educação patrimonial nas escolas e comunidades.

A importância das experiências práticas também foi evidenciada. A visita ao Núcleo Tocantinense de Arqueologia (NUTA) mostrou-se uma experiência enriquecedora. Os participantes relataram que as palestras e interações com profissionais da área ampliaram sua compreensão sobre a importância da preservação do patrimônio cultural e das práticas de educação patrimonial. A experiência prática foi considerada essencial para a construção de conhecimento. Os resultados encontrados têm várias implicações. A valorização da educação patrimonial não apenas destaca sua importância acadêmica, mas também sugere que as comunidades devem ser incentivadas a participar ativamente de suas práticas culturais. Isso é particularmente relevante em um momento de recuperação pós-pandêmica, onde a coesão social e a identidade comunitária precisam ser reafirmadas.

Além disso, a identificação de barreiras de acesso à educação patrimonial sugere que políticas públicas devem ser desenvolvidas ou ajustadas para garantir que todas as vozes sejam ouvidas e que todos tenham a oportunidade de se conectar com seu patrimônio cultural. A integração de políticas culturais pode resultar em iniciativas mais robustas e inclusivas.

As experiências práticas, como a visita ao NUTA, revelam a importância do aprendizado experiencial na educação patrimonial. Essa abordagem prática ajuda a transformar conceitos teóricos em ações concretas, permitindo que os participantes se tornem agentes de mudança em suas comunidades.

Os resultados da pesquisa contribuem diretamente para a solução dos problemas identificados na relação entre educação patrimonial, cidadania cultural e direito à cultura. A compreensão de que a educação patrimonial pode promover um maior engajamento cívico é um passo importante para fortalecer a cidadania cultural. A pesquisa também fornece uma base sólida para a formulação de políticas públicas que integrem a educação patrimonial de maneira mais eficaz. Ao destacar as barreiras de acesso, as recomendações podem ser direcionadas para a criação de programas que atendam especificamente às necessidades de grupos marginalizados, garantindo que todos possam usufruir de seu direito à cultura.

Embora a pesquisa tenha gerado resultados significativos, várias dificuldades foram encontradas ao longo do processo. Entre as principais dificuldades destacam-se a falta de recursos financeiros e materiais, que limitou a capacidade de realizar algumas das atividades planejadas, como visitas a mais instituições culturais ou a realização de eventos comunitários. Convencer a comunidade a participar das discussões e atividades propostas foi um desafio. Muitos indivíduos estavam desmotivados ou desconectados das iniciativas culturais, especialmente em um contexto pós-pandêmico, onde as prioridades sociais e econômicas mudaram. As discussões com especialistas e membros da comunidade revelaram uma diversidade de opiniões sobre o que constitui educação patrimonial e como ela deve ser implementada. Conciliar essas diferentes perspectivas foi um desafio, exigindo um diálogo cuidadoso e aberto.

O tempo disponível para a realização da pesquisa e a implementação das atividades foi limitado, o que restringiu a

profundidade de algumas análises e a capacidade de explorar todas as questões levantadas.

Disseminar os resultados da pesquisa e garantir que as recomendações cheguem aos formuladores de políticas e líderes comunitários é um desafio contínuo. A falta de canais de comunicação adequados pode dificultar a aplicação prática dos resultados obtidos.

Os resultados e discussões apresentados neste estudo sublinham a importância da educação patrimonial como um componente essencial para a promoção da cidadania cultural e do direito à cultura. Ao enfrentar as barreiras de acesso e promover a valorização do patrimônio, é possível construir comunidades mais coesas e resilientes.

A pesquisa não apenas contribuiu para a compreensão teórica dos temas abordados, mas também ofereceu um conjunto de recomendações práticas que podem ser implementadas para melhorar as iniciativas de educação patrimonial nas comunidades. Assim, o projeto se torna um passo significativo para a construção de um futuro onde a cultura e a memória social sejam respeitadas e valorizadas como fundamentais para a formação de cidadãos críticos e engajados.

CONCLUSÃO

Após a análise dos dados e das respostas obtidas na pesquisa sobre "Cidadania Cultural, Educação Patrimonial e Direito à Cultura em Tempo Pós-Pandemia", é possível concluir que a educação patrimonial desempenha um papel fundamental na formação de uma cidadania cultural ativa e consciente. Os resultados indicam que essa forma de educação não apenas ajuda a preservar a memória social e cultural, mas também fortalece o senso de pertencimento e identidade nas comunidades, incentivando uma participação mais engajada nas questões sociais.

A pesquisa revelou que a educação patrimonial vai além do simples conhecimento histórico, funcionando como um mecanismo de empoderamento social. Quando os indivíduos compreendem e valorizam seu patrimônio cultural, eles se tornam mais propensos a se envolver na sua preservação e promoção. Esse engajamento se traduz em um maior compromisso com a comunidade, refletindo diretamente na coesão social e no fortalecimento do tecido comunitário.

Entretanto, a análise também destacou barreiras significativas ao acesso à educação patrimonial, especialmente para grupos marginalizados. Dificuldades como a falta de recursos, preconceitos e desinformação ressaltam a necessidade urgente de políticas públicas que não apenas reconheçam, mas que também promovam a inclusão cultural. É imprescindível que as iniciativas de educação patrimonial sejam desenvolvidas de maneira a atender às especificidades e realidades diversas das comunidades. A falta de acesso equitativo à educação patrimonial compromete o direito à cultura de segmentos da população, perpetuando desigualdades.

Além disso, a importância das experiências práticas, como a visita ao Núcleo Tocantinense de Arqueologia (NUTA), evidenciou que o aprendizado experiencial é fundamental para a efetividade da educação patrimonial. A vivência direta com o patrimônio enriquece a compreensão teórica e fomenta um envolvimento mais significativo dos participantes. Essa abordagem prática promove não apenas o aprendizado, mas também a construção de laços comunitários e o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre a importância do patrimônio cultural.

Portanto, a conclusão geral é que a educação patrimonial, quando integrada a políticas culturais inclusivas e a experiências práticas, pode ser uma poderosa aliada na promoção da cidadania cultural. Isso não apenas atende à necessidade de preservação do patrimônio, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa, onde todos têm a oportunidade de participar e reivindicar seu direito à

cultura. A intersecção entre educação, cultura e cidadania deve ser continuamente explorada e ampliada, visando a um futuro mais coeso e solidário.

Diante desse panorama, recomenda-se que os formuladores de políticas e gestores culturais considerem as especificidades locais e as vozes das comunidades na elaboração de programas de educação patrimonial. É fundamental que essas iniciativas sejam inclusivas, garantindo que todos os segmentos da sociedade tenham acesso ao conhecimento e à valorização de seu patrimônio cultural. Essa abordagem colaborativa é essencial para promover um ambiente onde a diversidade cultural seja respeitada e celebrada, contribuindo para a construção de um futuro mais igualitário e participativo.

REFERÊNCIAS

Livros

BORGES, Ana Paula. Educação Patrimonial: Conceitos e Práticas. São Paulo: Editora Cultura, 2018.

CUNHA, Roberto. Direito à Cultura e Cidadania: Uma Abordagem Crítica. Rio de Janeiro: Editora Justiça, 2020.

CHAUÍ, Marilena. Cidadania Cultural: O Direito à Cultura. São Paulo: Editora Ática, 2009.

Artigos

ALMEIDA, Renata. "A Importância da Educação Patrimonial para a Cidadania Cultural". Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, v. 12, n. 1, p. 45-60, 2021.

BARBOSA, Lucas; SANTOS, Fernanda. "Desafios da Educação Patrimonial no Brasil". Revista Brasileira de Educação, v. 26, n. 3, p. 313-328, 2020.

FREITAS, Jussara. "A Educação Patrimonial nas Políticas Públicas: Uma Análise Crítica". Cultura e Sociedade, v. 15, n. 2, p. 77-92, 2019.

IPHAN. Categorização dos Artigos sobre Educação Patrimonial nas Revistas do IPHAN. Disponível em: [\[www.iphancategorization.org\]](http://www.iphancategorization.org)(<http://www.iphancategorization.org>). Acesso em: 15 set. 2023.

Documentos Institucionais

IPHAN. Diretrizes Nacionais para a Educação Patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2022.

IPHAN. Política Nacional de Patrimônio Cultural: Avanços e Desafios. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2021.

Tese e Dissertações

SILVA, Maria. Educação Patrimonial e Cidadania: Um Estudo sobre Práticas Educativas em Comunidades Tradicionais. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022.

Artigos Relevantes do IPHAN

SANTANA, Tiago. "O Papel da Educação Patrimonial na Construção da Identidade Cultural". Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, v. 10, n. 2, p. 115-130, 2019.

Capítulo 2

HBIM para registro do patrimônio arquitetônico tocantinense: Catedral Nossa Senhora das Mercês de Porto Nacional

Isabella Dias Chagas¹

Heliara Aparecida Costa²

RESUMO

O registro de projetos arquitetônicos é uma etapa fundamental para garantir sua preservação ao longo do tempo. No contexto atual, diversas tecnologias digitais vêm sendo aplicadas para a coleta de dados e modelagem digital, destacando-se o BIM (*Building Information Modeling*) e o HBIM (*Heritage Building Information Modeling*) como as mais utilizadas para patrimônios históricos. Esta pesquisa tem como objetivo desenvolver um modelo BIM da Catedral Nossa Senhora das Mercês, um importante patrimônio arquitetônico tombado localizado em Porto Nacional (TO). O estudo foi conduzido por meio de um método qualitativo, abrangendo revisão de literatura, levantamento de dados históricos e de campo, além da modelagem digital do edifício. A pesquisa resultou na criação de componentes BIM específicos para o projeto, no desenvolvimento de um modelo central, e no registro detalhado do patrimônio, oferecendo uma base sólida para futuras pesquisas, restauros e manutenções preventivas, além de contribuir para a preservação cultural.

Palavras-chave: BIM, HBIM, patrimônio histórico, modelagem digital, preservação arquitetônica, Catedral Nossa Senhora das Mercês, Porto Nacional

¹ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, Pibic/FAPT, Universidade Federal do Tocantins – Campus Palmas, isabella.dias@mail.uft.edu.br.

² Prof. Dra. no Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Tocantins – Campus Palmas, heliara@mail.uft.edu.br.

INTRODUÇÃO

Um dos instrumentos importantes para a preservação da memória no âmbito do registro do patrimônio arquitetônico é a documentação, uma vez que direcionam as ações futuras sobre o bem. O valor documental de uma obra arquitetônica, além dos valores simbólicos e afetivos, representa a identidade local de uma comunidade, o que sugere que o registro deve integrar dados e informações, buscando sua exatidão, permitindo uma leitura mais detalhada da evolução do objeto arquitetônico e suas transformações (Oliveira, 2008; Costa et al., 2019).

Os métodos tradicionais de levantamento cadastral de edificações são limitados frente a projetos complexos e de grandes dimensões, resultando em um processo lento, de custo elevado e pouco preciso como aponta Groetelaars e Barreto (2022). Nos últimos anos, surgiu o *Building Information Modeling* – BIM, um conceito que contempla um significativo avanço tecnológico para a área de arquitetura e construção. Entretanto, apesar do uso da ferramenta ter sido crescente, sua aplicação, em grande parte, está voltada para novas construções e, raras vezes, aplicada para edificações em uso.

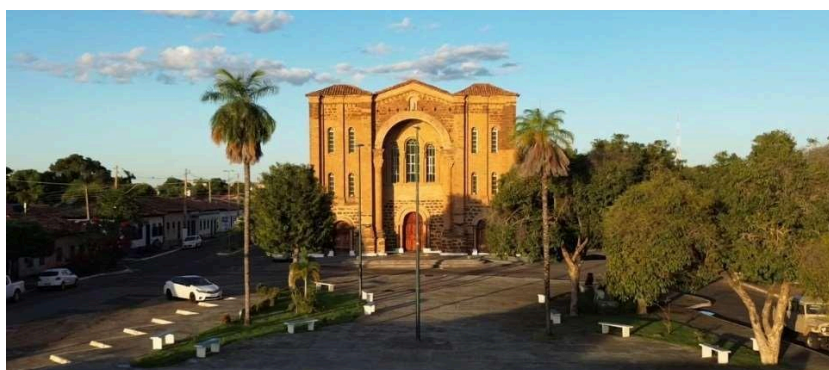
Diante da necessidade de transformar a documentação mais precisa e com uma dinâmica de gerenciamento facilitada e observado o potencial BIM, despontou a extensão *Heritage Building Information Modeling* – HBIM, definida como um processo de projeto em BIM especificamente para a arquitetura histórica. Refere-se de uma engenharia reversa (Murphy; McGovern; Pavia, 2007), em que os elementos arquitetônicos digitais e paramétricos são construídos a partir de dados históricos, capturados por varredura a laser, com a geração de nuvem de pontos, ou em pesquisa baseada em imagem (Murphy; McGovern; Pavia, 2013).

A cidade de Porto Nacional possui grande importância histórica para o Tocantins. Devido ao seu valor, o centro histórico de Porto Nacional foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -

IPHAN em 2008. A área tombada abrange o sítio natural, a malha urbana e os edifícios históricos da época da fundação do município até a década de 1960, representativo do período da mineração do ouro – metade do século XVIII - até meados do século XX (IPHAN, s.d.).

Entendendo esse cenário - a importância do BIM para a preservação histórica e o valor histórico de Porto Nacional para o Patrimônio Tocantinense - a presente pesquisa propõe a reconstrução digital em BIM da Catedral Nossa Senhora das Mercês (Fig. 01), principal cartão postal da cidade. Por ser um elemento de grande escala física, pesquisa foi realizada por quatro pesquisadores, com a tarefa de modelagem dividida em partes e etapas individuais.

Figura 01 – Catedral Nossa Senhora das Mercês



Fonte: Autora, 2024.

MÉTODO E MATERIAIS

A pesquisa teve como método uma abordagem qualitativa, com etapas e procedimentos de revisão de literatura, levantamento de informações junto ao IPHAN, levantamento de campo, modelagem empírica em tecnologias BIM e integração dos objetos modelados por todos os membros do grupo representado na figura 2.

Figura 02 – Etapas da pesquisa



Fonte: Autora, 2024.

Etapa 1 – Levantamento de dados e informações: a primeira etapa foi realizada por meio da revisão bibliográfica e estudo prévio dos arquivos digitais disponibilizados pelo IPHAN. Também, foi disponibilizado pelo órgão o arquivo do projeto de arquitetura da Catedral, em formato DWG, que norteou o levantamento *in loco* realizado, devido a confiabilidade do processo já desenvolvido anteriormente e principalmente pela escala da Catedral, que precisaria de outros meios (andaimes ou plataforma elevatória) para ser feito o levantamento. Além disso, essa etapa serviu para consolidar os conhecimentos obtidos por revisão bibliográfica com a experiência de visitas in loco em acervos locais (fig.03) e conversas com moradores da região (fig. 04).

Figura 03 – Protótipo da igreja em madeira encontrado no Museu Histórico e Cultural de Porto Nacional.



Fonte: Autora, 2024.

Figura 04 – Conversa com equipe de pesquisadores, Prof. Heliara, Dona Tatá e Dona Zulmira, moradoras de Porto Nacional.



Fonte: Autora, 2024.

Etapa 2- Levantamento de campo: para aperfeiçoar o trabalho nas visitas

técnicas, foi realizada uma reunião para planejamento a fim de decidir os primeiros objetos de levantamento, depois da análise do arquivo DWG disponibilizado pelo IPHAN-TO. Com isso, em todas as visitas o grupo dividiu-se em duplas (fig.05). O levantamento foi realizado até onde se pudesse alcançar de forma manual, com trenas a laser e escadas (fig.06). Medidas de difícil alcance teve o projeto já existente, disponibilizado pelo IPHAN, como base. Também foi realizado o levantamento topográfico com estação total e levantamento fotogramétrico (geração da nuvem de pontos) com uso de drone.

Figura 05 – Isabella e Davi realizando o levantamento das esquadrias com auxílio de escada.



Fonte: Autora, 2024.

Figura 06 – Levantamento das pilares centrais da Catedral.



Fonte: Autora, 2024.

Etapa 3 - Modelagem HBIM:

Famílias carregáveis Revit:

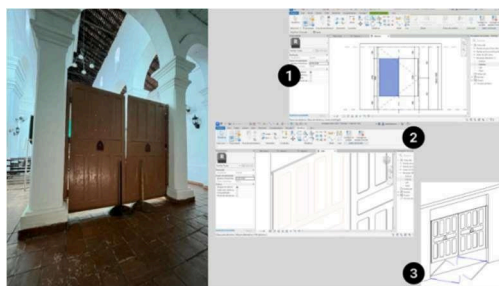
A modelagem HBIM ocorreu juntamente com a etapa de levantamento de campo. Com isso, aproveitou-se para conferir medidas que eram necessárias enquanto as famílias eram desenvolvidas. Foi elaborada uma planilha compartilhada no Drive do Grupo de Pesquisa onde obteve o controle de quais famílias foram modeladas, dividindo-se para cada aluno de igual para igual. Na figura 08, mostra-se parcialmente a Modelagem no Programa REVIT

educacional, da Porta entre o Nártex e a Nave. Onde o passo 1, é a etapa de demarcar as dimensões, representação gráfica da abertura da porta e modelagem da folha; o passo 2 é modelar os detalhes da porta e a etapa 3 é a identificação e criação dos materiais de cada item da porta.

Com o objetivo de unir as famílias em um único arquivo, foi imprescindível o grupo de pesquisa estar sempre alinhado quanto à forma de modelagem, o nível de detalhe e os parâmetros e ferramentas utilizados para modelar. Isso fez com que o Modelo final (fig. 09) estivesse munido de informações necessárias para a representação BIM.

Figura 08 – Processo de modelagem da Família

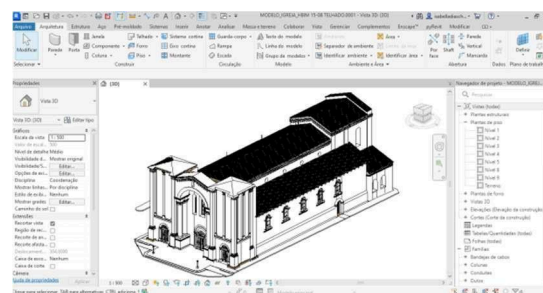
modelagem da Família de de porta no Software REVIT educacional.



Fonte: Autora, 2024.

Figura 09 – Processo de

porta



Fonte: Autora, 2024.

Levantamento planialtimétrico e compatibilização do Modelo Revit:

Após o levantamento planialtimétrico realizado pelo topógrafo Carmosino Chagas (fig.10), a etapa de processamento consistiu na coleta dos dados para o computador e por seguinte foi inserido os pontos, identificados e nomeados um por um no software AutoCAD Estudantil. Após identificá- los por layers, foi construída a poligonal que resultou na posição real da igreja em relação seu entorno imediato. A importância dessa compatibilização demonstrada na Figura 11, diz respeito ao nível de precisão em que é possível ter ao realizar um levantamento planialtimétrico, visto que o equipamento (Estação total) possui precisão de milímetros. Isso traz confiabilidade ao modelo BIM

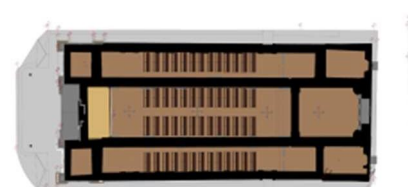


Figura 10 – Topógrafo Carmosino Chagas e pesquisadores realizando o levantamento planialtimétrico.

Fonte: Autora, 2024.

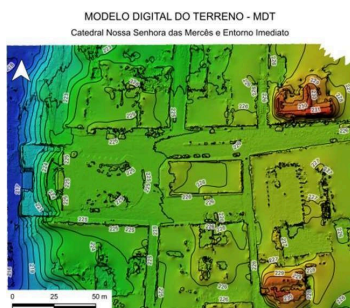
– Modelo Revit da Catedral compatibilizado com planialtimétrico.

Figura 11

Nuvem de pontos:

Com o levantamento aéreo realizado por meio do Drone, foi possível processar as imagens para gerar arquivos técnicos com precisão superior ao arquivo gerado por levantamento manual. O processamento das imagens foi feito no software Agisoft Metashape, utilizando a licença gratuita de 30 dias. As etapas foram da seguinte forma: 1- Alinhamento das fotos; 2- Construção da nuvem densificada; 3-Construção do Modelo; 4-Construção da Textura; 5-Construção do MDT conforme figura 12 (Modelo Digital do Terreno); 6- Construção do MDS conforme figura 13 (Modelo Digital da Superfície); 7-Construção da Ortofoto demonstrada na Figura 14 e 8-Nuvem de Pontos (Fig. 15).

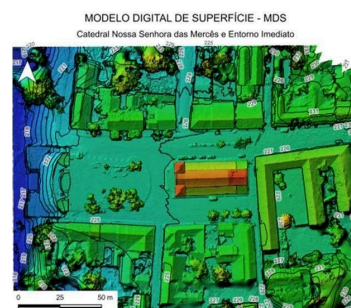
Figura 12 – Modelo Digital de Elevação (DEM)



Superfície (MDS)

Fonte: Autora, 2024.

Figura 13 – Modelo Digital da



Fonte: Autora, 2024.

Figura 14 – Ortofoto.

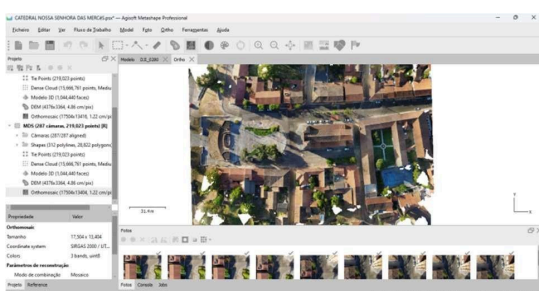
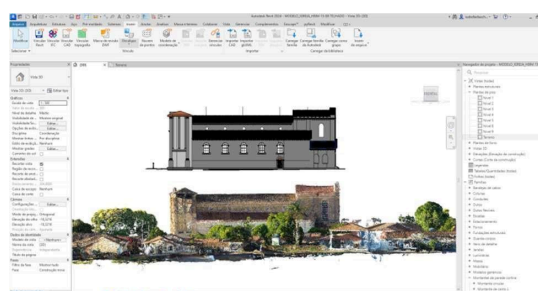


Figura 15 – Nuvem de Pontos inserida no



Modelo.

Fonte: Autora, 2024.

Fonte: Autora, 2024.

Etapa 4 – Organização e disponibilização dos produtos:

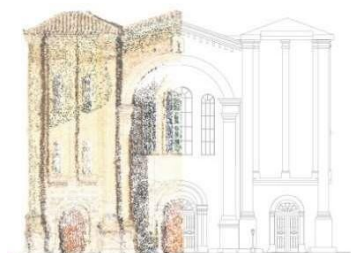
Todos os arquivos gerados serão disponibilizados no Site HBIM-TO: Patrimônio arquitetônico do Tocantins que está em desenvolvimento (<https://sites.google.com/view/hbimpesquisa/home>). O site e os arquivos estão disponíveis ao público geral a fim de incentivar o uso de famílias BIM e para pesquisas futuras.

DADOS E DISCUSSÃO

No decorrer das etapas encontram-se limitações no levantamento arquitetônico com equipamentos comuns e limitações na modelagem das famílias, visto que o software REVIT possui uma linguagem contemporânea, e não foi pensado para modelagem de Arquiteturas vernaculares e históricas. A construção de uma coluna clássica, por exemplo, requer a modelagem de uma família personalizada, passando por diversas etapas de construção de formas e das informações que, de outra forma, não existiriam dentro do software. No entanto, como a igreja Nossa Senhora das Mercês tem linguagem da arquitetura românica, a modelagem foi possível por meio de recursos de levantamento tradicional e de baixo custo. Mecanismos de varredura a laser, por exemplo, possibilitam ganho de tempo e maior precisão, além do alcance de elementos situados em altura. No entanto, os procedimentos manuais para esse tipo de linguagem apontam bons resultados, com diferenças pequenas, mas que contribuem para a documentação na ausência de recursos mais tecnológicos e de alto custo, embora mais demorados.

Encontraram-se diversas convergências do arquivo base disponibilizado pelo IPHAN com o modelo da nuvem de pontos no qual possui maior precisão (fig. 12), portanto através desta análise e percepção é possível entender a margem de erro no qual os métodos convencionais estão expostos, assim como, maior tempo necessário para extrair as medidas. Com isso é possível fazer a compatibilização do modelo para futuras pesquisas.

Figura 01 – Junção da nuvem de pontos com o Modelo Revit da Catedral.



Fonte: Autora, 2024.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, retomando os objetivos da pesquisa, os resultados são condizentes. A construção do modelo HBIM partiu de dados existentes fornecidos pelo IPHAN, o projeto em AutoCad e levantamento de medidas *in loco* realizada pelos pesquisadores. Além disso, o levantamento aéreo realizado por Drone foi importante para a análise e comparação do modelo feito por meio de levantamentos manuais e levantamentos aéreos, no qual é possível constatar que levando em consideração a dimensão da edificação e o processo de modelagem, a tecnologia auxilia para a agilidade do processo e a precisão do modelo real com o modelo 3D.

A Modelagem em HBIM da Catedral Nossa Senhora das Mercês trará reconhecimento do seu valor histórico à sociedade e também para futuras pesquisas a serem desenvolvidas. As famílias modeladas também trazem um valor importante para o Projeto, pois a partir destas, outros modelos BIM podem ser desenvolvidos, utilizando-as ou comparando-as.

A pesquisa além de ampliar os resultados obtidos para a sociedade, também trouxe um importante avanço para o Grupo: o desenvolvimento de dois artigos, no qual um está em desenvolvimento e outro está em processo de análise. Com isso, a consolidação das informações é evidente e contribuem para a valoração do bem cultural, assim como para a documentação e preservação das edificações históricas.

REFERÊNCIAS

COSTA, Heliara Aparecida *et al.* HBIM: Estudo exploratório por meio do

registro do edifício E1. Encontro Brasileiro de Modelagem da Informação da Construção e Patrimônio Cultural, [s. l.], n. December, p. 106–113, 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/337926080>. Acesso em: 10 de agosto de 2024.

MURPHY, M.; MCGOVERN, E.; PAVIA, S. Parametric Vector Modelling of Laser and ImageSurveys of 17th Century Classical Architecture in Dublin. In: The 8th International Symposium on Virtual Reality, Archaeology and Cultural. Brighton, P. 311, UK, 2007.

MURPHY, M.; MCGOVERN, E.; PAVIA, S. Historic Building Information Modelling - Adding intelligence to laser and image based surveys of European classical architecture. ISPRS Journal of Photogrammetry and Remote Sensing, v. 76, p. 89, 2013.

IPHAN. História - Porto Nacional (TO). [S. l.], [s. d.]. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/107/#~:text=Porto%20Nacional%20\(TO\),-Porto%20Nacional&text=A%20Catedral%20de%20Nossa%20Senhora,rom%C3%A2nico%20em%20Porto%20Nacional%20DTO](http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/107/#~:text=Porto%20Nacional%20(TO),-Porto%20Nacional&text=A%20Catedral%20de%20Nossa%20Senhora,rom%C3%A2nico%20em%20Porto%20Nacional%20DTO). Acesso em: 03 de março de 2024. Acesso em: 10 de agosto de 2024.

GROETELAARS, Natalie Johanna; BARRETO, Pablo. Geração de modelo BIM de edificação histórica via integração de desenhos existentes e restituições fotogramétricas digitais BIM. [s. l.], n. March, 2022.

OLIVEIRA, Mario Mendonça De. A documentação como ferramenta de preservação da memória. [S. l.: s. n.], 2008.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com o apoio por meio do Edital nº 015/2023 (2023-2024), realizado pela PROPESQ da Universidade Federal do Tocantins.

Capítulo 3

DIREITO À DESCONEXÃO E O GERENCIAMENTO ALGORÍTMICO NO TRABALHO EM PLATAFORMA DIGITAIS: IMPLICAÇÕES NUM CONTEXTO DE NEOLIBERALISMO

ANNE KAROLINE REIS AIRES
LYNJSSSEN MARTINS COSTA SOUSA
SHINTYA DOS SANTOS NOLETO
BRUNO ALMEIDA DE SOUSA

RESUMO:

O presente trabalho aborda o problema da exploração e controle no trabalho em plataformas digitais, destacando como o gerenciamento algorítmico impacta a autonomia e o bem-estar dos trabalhadores. Em um contexto neoliberal, onde a lógica de desempenho e produtividade predomina, os trabalhadores se vêem pressionados a estar constantemente disponíveis, o que compromete sua saúde mental e qualidade de vida. A pesquisa investiga as implicações do direito à desconexão, que surge como uma resposta necessária a essa realidade opressiva. Para o desenvolvimento deste estudo, foi adotada uma abordagem qualitativa, utilizando a revisão bibliográfica como método de coleta de dados. Essa estratégia permitiu uma análise aprofundada das teorias contemporâneas sobre trabalho, neoliberalismo e gerenciamento algorítmico, além de examinar casos específicos, como o da Uber, que exemplificam as dinâmicas de controle e autoexploração. Os resultados alcançados indicam que, embora os trabalhadores das plataformas digitais tenham a ilusão de liberdade e autogestão, na prática, estão sujeitos a um sistema que limita suas escolhas e impõe condições de trabalho desfavoráveis. A pesquisa conclui que a promoção do direito à desconexão é essencial para garantir um ambiente de trabalho mais equilibrado e humano, desafiando a lógica neoliberal que prioriza a produtividade em detrimento do bem-estar dos indivíduos. Assim, a defesa desse direito se torna uma forma de resistência e uma necessidade urgente na luta por dignidade no trabalho.

Palavras-Chave: gerenciamento algorítmico; trabalho em plataformas digitais; direito à desconexão.

INTRODUÇÃO

Pensar nas transformações que os ecossistemas laborais passaram durante as últimas décadas nos ajudam a compreender os contornos que o trabalho digital ou o trabalho em plataformas digitais vem traçando. A reestruturação produtiva e a crise de 2008 foram alguns dos macroeventos que proporcionaram essas alterações. Para além disso, a digitalização da vida, as novas configurações do trabalho e, em especial, a derrocada do trabalho formal e a ascensão da informalidade criaram terreno fértil para o surgimento de formas alternativas de trabalho e por consequência formas sofisticadas de exploração da força de trabalho humano.

Um aspecto central que define o trabalho em plataformas digitais é o gerenciamento algorítmico, que possibilita o controle quase autônomo dos trabalhadores. Diferente do que ocorre em formas mais tradicionais de trabalho, onde a supervisão humana tem um papel ativo, no trabalho plataforma, os algoritmos assumem essa função, organizando e direcionando a execução das tarefas. Isso significa que os trabalhadores estão submetidos a um sistema que gerencia sua produtividade, desempenho e disponibilidade de maneira automatizada, muitas vezes sem qualquer tipo de interação ou intermediação humana.

Esse gerenciamento algorítmico opera em tempo real, utilizando dados massivos para monitorar e avaliar a performance dos trabalhadores. Ele não apenas organiza o fluxo de trabalho, mas também dita as condições sob as quais o trabalho deve ser realizado. Isso inclui decisões sobre quais tarefas são atribuídas, quem as executa, em que momento e em qual local, bem como o ritmo de execução. Os algoritmos definem essas variáveis com base em uma lógica que privilegia eficiência e lucratividade para a plataforma, mas raramente considera as necessidades ou o bem-estar dos trabalhadores.

A relação mediada por algoritmos é marcadamente diferente das relações tradicionais de trabalho. O que antes poderia ser resolvido por meio de diálogo ou negociação com um supervisor, no trabalho por plataforma se torna uma interação direta com uma interface de dados. As regras são claras, mas rígidas: o algoritmo decide, e o trabalhador executa. Essa interação é essencialmente binária, ou seja, o trabalhador cumpre ou não cumpre as ordens. Há pouca ou nenhuma margem para justificativas, flexibilidade ou questionamentos. Isso significa que, ao não cumprir as expectativas ou ao enfrentar algum imprevisto, o trabalhador é automaticamente punido, seja com a perda de tarefas, seja com uma queda na sua avaliação, o que afeta sua capacidade de obter futuras oportunidades.

A depender da estrutura da plataforma, o trabalhador possui maior ou menor liberdade. Num contexto de capitalismo digital, a liberdade do

trabalhador é subjugada à convergência de dados que as plataformas operam. Assim, os dados são atores imprescindíveis na arquitetura da prestação de serviço. São eles quem decidem como, onde, quando, quem, e de que forma o trabalho será concebido. Porém, mais do que isso, a gerência desses dados, comporta mecanismos controle que ultrapassam as barreiras do trabalho e se sobrepõem ao mundo da vida.

Desta forma, os trabalhadores encontram mecanismos para adequação e por vezes burlam as diretrizes dos apps para poderem prestar seu trabalho de forma decente e digna. Porém, uma das maiores preocupações é a maneira como os algoritmos tentam extrair do trabalhador até o limite, com isso, o trabalhador não consegue desligar da plataforma durante a vida cotidiana, e se o faz, posteriormente é punido pelos aplicativos. A partir das considerações realizadas, questiona-se: quais as implicações do gerenciamento algoritmo no trabalho platformado no direito à desconexão num contexto de neoliberalismo.

OBJETIVOS GERAL

Analisar as implicações do gerenciamento algoritmo no trabalho platformado no direito à desconexão num contexto de neoliberalismo.

ESPECÍFICOS

Discorrer sobre o gerenciamento algorítmico no trabalho platformado;
Discutir o direito à desconexão;
Analisar o gerenciamento algoritmo do trabalho por plataforma e o direito à desconexão num contexto de neoliberalismo.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta produção, portanto, se enquadra na vertente teórico-metodológica jurídico-sociológica, onde pretende-se compreender o fenômeno jurídico de uma forma mais ampla socialmente (Gustin; Dias, 2010). Esse tipo de pesquisa é importante para questões que necessitem de maior tratamento e diálogo com outras áreas do conhecimento, criando resultados que promovam o avanço científico de mais uma área. A interdisciplinaridade na pesquisa científica, em especial nas ciências jurídicas, é uma tendência nas investigações científicas, pois, essa convergência de conhecimentos permite resultados mais abrangentes e que são validados por campos epistemológicos diferentes.

A partir da consideração quanto à importância da coerência na pesquisa, este trabalho se utiliza da pesquisa bibliográfica e documental para atingir os objetivos propostos. Segundo Gil (2008) a pesquisa bibliográfica parte do material analisado, como livros e artigos científicos

retirados de bases científicas. Assim, a base bibliográfica dessa produção é encontrada em livros de leitura corrente, em especial de divulgação, e publicações periódicas. Para a pesquisa documental, as fontes adotadas partem de leis e jurisprudências. Esse tipo de pesquisa dispõe de “materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (Gil, 2008, p. 51).

De forma harmoniosa ao tipo de pesquisa optado, o método admitido é o dedutivo. A coerência desse método na pesquisa proposta é demonstrada no propósito da produção que é a explicar o gerenciamento algoritmo de trabalhadores por aplicativo (geral) e posteriormente apreender o direito à desconexão desses trabalhadores (particular). O método dedutivo, conforme Lakatos e Marconi (2003), parte das teorias e leis para a ocorrência dos fenômenos particulares.

A abordagem adotada será a qualitativa, haja vista que o propósito dessa pesquisa é a produção a “interpretação de fenômenos e atribuição de significados” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 128). A abordagem qualitativa, conforme Creswell (2007), dispõe de estratégias de investigação e métodos de coleta e análise de dados diferentes. Para o levantamento de dados, o instrumento de coleta escolhido é a revisão bibliográfica. Lakatos e Marconi (2003) elucidam que a revisão abarca a literatura que diz respeito ao tema englobando livros e artigos publicados em periódicos.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Trabalho por plataformas digitais e a subordinação algorítmica

Os macroeventos das crises cíclicas do capitalismo remodelaram o modo da prestação de trabalho, recentemente através da reestruturação produtiva e a crise de 2008 (Antunes, 2009; Harvey, 2010). Esses eventos modificaram a dinâmica da prestação do serviço do trabalhador como também possibilitaram a criação de novos tipos de trabalho mediados pela tecnologia. Para além disso, o desemprego estrutural, a precarização dos direitos do trabalho globalmente, a guinada neoliberal, a financeirização são aspectos importantes para compreensão das metamorfoses laborais (Abílio, 2020; Antunes, 2020; Fontes, 2017; Grohmann, 2020).

Nesse cenário, a crescente digitalização e datificação da vida tornam-se fatores centrais para a compreensão das novas configurações do trabalho. A inteligência artificial e os avanços nos meios de comunicação e informação não apenas ampliaram o conceito de trabalho, mas também contribuíram para o surgimento de novas formas de controle, vigilância e subordinação, por meio da coleta massiva de dados dos trabalhadores. Esse contexto marca uma mudança significativa na mediação da relação

entre empresa e trabalhador, em que algoritmos e plataformas substituem, em grande medida, a supervisão humana tradicional.

A partir daí, emerge o que a literatura chama de trabalho por plataformas, podendo ser digitais ou não, a depender da operação. Para Oliveira et al. (2020) as plataformas digitais de trabalho seriam modelos de negócio baseados em infraestruturas digitais que possibilitam a interação de dois ou mais grupos tendo como objeto principal o trabalho intensivo, sempre considerando como plataforma não a natureza do serviço prestado pela empresa, mas sim o método, exclusivo ou conjugado, para a realização do negócio empresarial. Nesse sentido, o trabalho por plataforma demonstra-se mais amplo do que o imaginado, sendo definido como um negócio empresarial.

Essa definição amplia o escopo do que se entende por trabalho por plataformas, pois sugere que a essência desse modelo está na arquitetura digital que opera como mediadora das interações e não necessariamente no tipo de atividade que é realizada. Desse modo, o trabalho por plataformas pode abranger desde atividades intensivas de mão de obra, como entregas e transporte, até serviços altamente especializados que utilizam a mesma lógica de intermediação algorítmica.

Essa definição amplia o escopo do que se entende por trabalho por plataformas, pois sugere que a essência desse modelo está na arquitetura digital que opera como mediadora das interações e não necessariamente no tipo de atividade que é realizada. Desse modo, o trabalho por plataformas pode abranger desde atividades intensivas de mão de obra, como entregas e transporte, até serviços altamente especializados que utilizam a mesma lógica de intermediação algorítmica.

Importante ressaltar que, por meio desse modelo, a plataforma digital exerce um papel ativo na relação de trabalho, não sendo apenas um canal neutro. As plataformas organizam o fluxo de trabalho, definem os parâmetros de avaliação dos trabalhadores, gerenciam o acesso às oportunidades de serviço e, em muitos casos, impõem regras e condições que os trabalhadores devem seguir. Essa nova forma de organização do trabalho reconfigura a relação entre capital e trabalho, transformando o trabalhador em um agente subordinado às decisões algorítmicas da plataforma, que atua como verdadeira empregadora, ainda que sob o disfarce de uma simples mediadora.

O controle algoritmo, foi elencado por Kellogg, Valentine e Christin (2020) em seis mecanismos que os empregadores utilizam para gerenciar o comportamento e o desempenho dos trabalhadores por meio de algoritmos:

Restringir limitar as opções disponíveis; Recomendar oferece sugestões que influenciam decisões; Registrar coleta dados sobre o desempenho; Classificar avaliar e categorizar os trabalhadores com base em métricas de desempenho;

Substituir envolve a automação de funções, potencialmente eliminando postos de trabalho; e Recompensar oferece incentivos baseados em desempenho algorítmico. Esses mecanismos demonstram como o controle algorítmico pode ser mais abrangente e intrusivo do que métodos tradicionais, impactando significativamente a experiência e as relações de trabalho dos funcionários.

A plataformização do trabalho traz consigo outra característica, o uso de cruzamento de dados e algoritmos para regular a prestação laboral, o que Amorim e Moda (2020) denominam de gerenciamento algorítmico. Rosenblat e Stark (2016) compreendem a gerenciamento algoritmo como a assimetria de poder e informação na estrutura de controle, a partir disso, é possível explicar a distribuição do trabalho no tempo e espaço e o quantum de remuneração, não tendo clareza ou transparência sobre como essas regras são fundamentadas. Isso ocorre, como explica Zuboff (2021) por meio de uma das características do capitalismo da vigilância, isto é, o mapeamento das estruturas do trabalho. Em casos de gerenciamento e controle mais agudo, Griesbach et al (2019) compreendem o fenômeno como “despotismo algoritmo”.

O direito à desconexão: um panorama

Antes, o modo de trabalho era fundamentado no regime disciplinar descrito por Foucault, hoje, assim como muitos outros aspectos da vida cotidiana, ele se estrutura em torno do regime da informação (Han, 2022). A sociedade disciplinar, marcada pela rigidez e pela burocracia, está gradativamente sendo substituída pelo capitalismo da informação. Nesse contexto, ao contrário do panóptico, que se baseia no isolamento como forma de controle, a vigilância no regime da informação se realiza por meio da coleta e análise de dados. As técnicas de dominação também se transformam: enquanto no regime disciplinar predominam a coação e a proibição, o regime da informação utiliza estratégias neoliberais que se concentram em estímulos positivos, promovendo a liberdade e a comunicação. Assim, “vigiar e punir”, características do regime disciplinar de Foucault, são progressivamente substituídas por “motivar e otimizar” (Han, 2022, p. 17).

A gênese do direito à desconexão está intrinsecamente ligada às transformações nos modos de produção e trabalho, que foram impulsionadas pelas inovações no campo das telecomunicações e da informática. Essas mudanças ocorreram no contexto do pós-fordismo,

caracterizado por uma flexibilização das relações de trabalho e por novas formas de organização produtiva que desafiam os modelos tradicionais.

No modelo fordista, o trabalho era rigidamente estruturado, com jornadas de trabalho fixas e uma clara divisão entre o tempo de trabalho e o tempo pessoal. No entanto, com a transição para o pós-fordismo, surgiram novas dinâmicas que permitem uma maior mobilidade e interconectividade. A digitalização e o avanço das tecnologias de comunicação transformaram a natureza do trabalho, facilitando a realização de tarefas a qualquer hora e em qualquer lugar. Essa realidade, embora traga benefícios como a flexibilidade e a possibilidade de conciliar diferentes esferas da vida, também gera uma pressão constante sobre os trabalhadores para que permaneçam sempre disponíveis e conectados.

Nesse novo cenário, o direito à desconexão emerge como uma resposta necessária à sobrecarga imposta pelas demandas do trabalho digital. Ele busca restabelecer uma fronteira saudável entre o trabalho e a vida pessoal, reconhecendo a importância do tempo de descanso e da desconexão para a saúde mental e bem-estar dos trabalhadores. Maffra (2015) ressalta que a necessidade de regulamentação desse direito se torna evidente, à medida que as relações de trabalho se tornam cada vez mais fluidas e dependentes das tecnologias digitais.

Assim, o direito à desconexão não apenas reflete uma necessidade de proteção ao trabalhador, mas também se configura como um elemento essencial para a promoção de uma cultura laboral mais equilibrada e sustentável.

Embora o direito à desconexão não tenha um conceito claramente definido no sistema normativo brasileiro, a literatura já busca estabelecer relações entre esse instituto e legislações estrangeiras, especialmente no contexto da legislação francesa (Harff, 2017; Ponzilacqua; Silva, 2022).

A França foi o primeiro país que codificou o direito à desconexão, desde 2016, empresas com mais de cinquenta funcionários têm garantido períodos de descanso sem importunação. O ponto central da implementação dessa legislação é a adaptação do direito à desconexão na cultura da empresa, levando em consideração a autonomia do trabalhador e os interesses do empregador (Gauriau, 2020). Porém, o texto também garante ao empregador a não repreensão ou punição nos casos em que se recusar a responder e-mails ou atender chamadas fora de seu horário de trabalho.

Seguindo o exemplo francês, a Espanha aprovou no ano seguinte um conjunto de legislações digitais que implicitamente regulamenta o direito à desconexão no país. Outros países da União Europeia, como Bélgica e Portugal, em 2017 e 2021, respectivamente, incluíram em seus ordenamentos

jurídicos o direito à desconexão. Na Ásia, em 2018, a Índia também foi influenciada pelo modelo de proteção trabalhista francês. Na América do Sul, a Argentina contempla normativamente o direito a não ser contatado no regime de teletrabalho fora do horário de trabalho, seguindo timidamente as diretrizes da legislação digital espanhola (Lerouge e Pons, 2022).

De acordo com Souto Maior (2003), o direito em questão refere-se ao não trabalho, que pode ser efetivamente preservado, inclusive no âmbito judicial. O não trabalho é entendido como a prática de trabalhar apenas o necessário, mantendo a integridade da vida privada e a saúde do trabalhador. No mesmo sentido, Amado (2018) compreende que o trabalhador não vende seu corpo ou alma, mas sim parte do seu tempo ser contratado.

O texto constitucional brasileiro, em seu artigo 7º, estabelece mecanismos fundamentais para a proteção da saúde, higiene e segurança do trabalhador. Nos incisos XIII, XV, XVII e XXII, a Constituição garante a limitação da jornada de trabalho, o direito ao descanso e às férias, além de medidas que visam à redução dos riscos de doenças e acidentes ocupacionais. Essas disposições refletem uma preocupação intrínseca com a integridade física e psíquica dos trabalhadores, reconhecendo que a saúde do trabalhador é um elemento essencial para o funcionamento adequado da sociedade e da economia.

As garantias constitucionais mencionadas não apenas asseguram condições de trabalho mais seguras, mas também promovem a restauração da energia e do bem-estar do trabalhador, permitindo que ele se recupere e mantenha um desempenho saudável em suas atividades laborais. Oliveira (2010) destaca que a proteção à saúde do trabalhador vai além de uma simples observância de normas; trata-se de uma valorização da dignidade humana e da promoção de um ambiente de trabalho que respeite as necessidades biopsicossociais do indivíduo. Dessa forma, a constituição não apenas estabelece direitos, mas também fundamenta uma visão de trabalho que integra o ser humano em sua totalidade, promovendo não apenas a produtividade, mas também a qualidade de vida.

Para Oliveira (2010), o direito à desconexão configura-se como uma prerrogativa essencial que assegura ao trabalhador o afastamento das demandas laborais durante os períodos destinados ao repouso, sejam eles diários, semanais ou anuais. Esse direito estabelece que o trabalhador não deve ser submetido a ingerências ou solicitações por parte de seu empregador durante esses momentos de descanso, especialmente em virtude das tecnologias de comunicação que embora ofereçam facilidades, também podem acarretar uma pressão incessante para a disponibilidade. A implementação eficaz do direito à desconexão requer boa vontade tanto

dos empregadores quanto dos parceiros sociais, além de mudanças legislativas claras (Jaworska, 2022).

A essência do direito à desconexão reside na proteção do tempo pessoal do trabalhador, garantindo-lhe a possibilidade de se distanciar das obrigações profissionais e se dedicar a atividades que promovam seu bem-estar físico e mental. No contexto contemporâneo, em que as tecnologias digitais possibilitam uma comunicação instantânea e ininterrupta, a demarcação entre o tempo de trabalho e a vida pessoal torna-se cada vez mais tênue. Tal situação pode culminar em um estado de hiperconexão, no qual os trabalhadores sentem-se compelidos a permanecer disponíveis, mesmo durante os períodos destinados ao descanso. No mesmo caminho, Ponzilacqua e Silva (2022) alertam que a legislação pátria não possui arcabouço suficiente para a proteção física e psíquica do trabalhador na Era Digital, haja vista as novas formas de organização do trabalho.

O reconhecimento do direito à desconexão emerge como uma resposta necessária a essa realidade, estabelecendo um espaço seguro onde o trabalhador possa reenergizar-se, recuperar suas forças e cuidar de sua saúde mental sem o receio de interrupções indesejadas. A implementação desse direito reveste-se de importância crucial para a promoção de um ambiente de trabalho saudável e sustentável, onde os trabalhadores consigam equilibrar suas responsabilidades profissionais com suas vidas pessoais. Nesse diapasão, Braga (2015) define que o direito à desconexão é fundamental para o desenvolvimento pleno da personalidade do trabalhador e utilização do tempo de trabalho para o trabalhador.

O gerenciamento algoritmo do trabalho por plataforma digitais e o direito à desconexão num contexto de neoliberalismo O direito à desconexão numa sociedade marcada pela digitalização da vida é cada vez mais complexo de implementação. No caso dos trabalhadores de plataformas digitais há ainda um agravante: a narrativa de empreendimento dos trabalhadores. “Também seus habitantes não se chamam mais “sujeitos da obediência”, mas sujeitos de desempenho e produção. São empresários de si mesmos” (Han, 2017, p. 23). A narrativa de autogestão e os estímulos positivos descaracterizam o trabalhador levando-o à auto exploração. Por trás dessa autogestão, o trabalhador plataformado é sujeitado aos desígnios da totalidade dataísta.

Um exemplo da gestão dos algoritmos é o caso da Uber, através de mecanismos como preços dinâmicos e metas de desempenho, a Uber molda o comportamento dos motoristas, o que pode afetar diretamente quanto tempo eles decidem passar dirigindo. A estrutura de controle e as assimetrias de informação criadas pela plataforma impactam as decisões dos motoristas sobre quando e por quanto tempo trabalha, muitas vezes levando a um engajamento que não é totalmente autônomo, mas sim

influenciado pelas condições impostas pela empresa (Rosenblat e Stark, 2016). Portanto, a gestão algorítmica não apenas orienta o desempenho, mas também pode afetar a duração do trabalho dos motoristas na plataforma.

Através do controle algorítmico, os empregadores podem monitorar e avaliar continuamente o desempenho dos funcionários, o que pode levar a uma pressão constante para estar disponível e produtivo. Isso pode resultar em um aumento do tempo de permanência no trabalho, já que os trabalhadores podem sentir a necessidade de estar sempre conectados para atender às expectativas algorítmicas.

Além disso, a natureza intrusiva do controle algorítmico pode dificultar a desconexão do trabalho, pois os trabalhadores podem se sentir vigiados e pressionados a responder rapidamente a solicitações ou a manter um alto nível de desempenho, mesmo fora do horário de trabalho. Essa dinâmica pode contribuir para o esgotamento e a dificuldade em estabelecer limites saudáveis entre a vida profissional e pessoal (Kellogg; Valentine; Christin, 2020).

A intersecção entre as ideias de Byung-Chul Han, o neoliberalismo, o gerenciamento algorítmico e as plataformas digitais revela um panorama complexo do trabalho contemporâneo. Han critica a sociedade do desempenho, onde o valor do indivíduo é medido pela sua capacidade de produzir e se destacar. Nesse contexto, as plataformas digitais exemplificam essa lógica ao transformar o trabalho em uma competição constante, onde os trabalhadores são avaliados por suas classificações e desempenho. Essa pressão para maximizar o desempenho não apenas exacerba a ansiedade e o estresse, mas também reflete a desumanização do trabalhador, que se torna um mero número em um sistema algorítmico.

O neoliberalismo, por sua vez, promove a desregulamentação e a flexibilização do trabalho, apresentando a ideia de que os indivíduos devem ser responsáveis por sua própria segurança econômica (Harvey, 2010). As plataformas digitais, ao se posicionarem como oportunidades de empreendedorismo, alimentam essa narrativa, sugerindo que os trabalhadores têm total autonomia. No entanto, essa autonomia é frequentemente ilusória, pois os trabalhadores estão sujeitos a um controle significativo por meio de algoritmos que determinam suas condições de trabalho. Assim, a promessa de liberdade e flexibilidade se torna uma armadilha, onde os indivíduos são responsabilizados por seu sucesso em um ambiente que limita suas escolhas reais.

Han (2022) também aborda a questão do autocontrole na era digital, onde a transparência e a vigilância promovem um ambiente em que os indivíduos se tornam seus próprios supervisores. Nas plataformas digitais, os trabalhadores são monitorados constantemente, o que leva à

internalização das expectativas das empresas. Essa dinâmica de autocontrole, que Han (2017) critica, resulta em um estado de exaustão e alienação, onde os trabalhadores se sentem pressionados a atender a padrões que muitas vezes estão além de seu controle. A tecnologia, em vez de libertar, acaba por aprisionar, criando um ciclo vicioso de desempenho e vigilância.

Além disso, a individualização do trabalho promovida pelo neoliberalismo e pelas plataformas digitais contribui para a erosão das comunidades e das relações interpessoais. Han (2017) argumenta que a sociedade contemporânea tende a fragmentar as relações sociais, e isso é evidente na experiência dos trabalhadores dessas plataformas, que competem entre si em vez de se apoiarem mutuamente. Essa falta de solidariedade e apoio comunitário não apenas agrava a sensação de isolamento, mas também enfraquece a capacidade dos trabalhadores de se organizarem e reivindicarem melhores condições de trabalho.

Por fim, a análise crítica de Han (2017) sobre a liberdade na sociedade contemporânea se aplica diretamente ao contexto das plataformas digitais. A liberdade prometida pelas empresas de tecnologia muitas vezes se revela uma ilusão, disfarçada de escolha. Embora os trabalhadores tenham a opção de decidir quando e como atuar, estão, na verdade, presos a um sistema que controla suas condições de trabalho de maneira significativa. Essa contradição entre a promessa de liberdade e a realidade do controle algorítmico destaca a necessidade de uma reflexão mais profunda sobre as implicações sociais e éticas do trabalho na era digital, bem como a urgência de repensar as estruturas de poder que moldam essas experiências.

A intersecção entre as ideias de Byung-Chul Han, o neoliberalismo, o gerenciamento algorítmico e as plataformas digitais revela um panorama complexo do trabalho contemporâneo. Han (2017) critica a sociedade do desempenho, onde o valor do indivíduo é medido pela sua capacidade de produzir e se destacar. Nesse contexto, o direito à desconexão emerge como uma resposta necessária a essa lógica opressiva, que frequentemente transforma os trabalhadores em meros recursos produtivos, sempre disponíveis e sob constante vigilância. A pressão para estar conectado e produtivo a todo momento não apenas compromete a saúde mental dos indivíduos, mas também perpetua um ciclo de exaustão e burnout, que é exacerbado pelas dinâmicas das plataformas digitais.

Portanto, a promoção do direito à desconexão se torna uma forma de resistência contra essa cultura de hiperconectividade e desempenho incessante. Ao garantir que os trabalhadores tenham o direito de se desconectar e recuperar seu tempo pessoal, essa legislação não apenas protege a saúde e o bem-estar dos indivíduos, mas também desafia a lógica neoliberal que prioriza a produtividade em detrimento da qualidade

de vida. Assim, o direito à desconexão pode ser visto como um passo crucial para reverter as consequências negativas do gerenciamento algorítmico e das plataformas digitais, promovendo um ambiente de trabalho mais equilibrado e humano, onde o valor do indivíduo não é reduzido a sua capacidade de produzir, mas reconhecido em sua totalidade como ser humano.

CONCLUSÃO

A análise do gerenciamento algorítmico no trabalho em plataformas digitais e do direito à desconexão revela um cenário complexo e multifacetado, onde a promessa de liberdade e flexibilidade se confronta com a realidade de um controle rigoroso e desumanizador. A pesquisa evidencia que, embora os trabalhadores tenham a ilusão de autonomia, na prática, estão sujeitos a um sistema que molda suas condições de trabalho de maneira opressiva. Essa contradição é particularmente acentuada no contexto neoliberal, que prioriza a eficiência e a maximização de lucros em detrimento do bem-estar dos trabalhadores.

Além disso, a fragmentação das relações sociais, conforme discutido por Han, agrava a sensação de isolamento e dificulta a organização coletiva dos trabalhadores, tornando-os mais vulneráveis às arbitrariedades do sistema. A falta de solidariedade e apoio mútuo entre os trabalhadores das plataformas não apenas perpetua essa vulnerabilidade, mas também enfraquece as reivindicações por melhores condições de trabalho.

Portanto, é imperativo que se promova uma reflexão crítica sobre as estruturas de poder que sustentam o trabalho em plataformas digitais. A defesa do direito à desconexão emerge como uma necessidade urgente, não apenas como uma questão de saúde mental, mas como um passo fundamental na luta por dignidade e respeito no ambiente de trabalho. A construção de um futuro mais justo e equitativo para os trabalhadores digitais requer um esforço conjunto para reverter as dinâmicas de exploração e promover um ambiente de trabalho que valorize a humanidade e a solidariedade.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, L. C. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? Estudos Avançados, v. 34, n. 98, p. 111-126, 2020. Disponível em: <https://bityli.com/1bktn>. Acesso em 9 set. 2023.

AMADO, João Leal. Tempo de trabalho e tempo de vida: sobre o direito à desconexão profissional. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, Campinas, n. 52, p. 255-268, jan./jun. 2018.

AMORIM, H; MODA, F. B. Trabalho por aplicativo: gerenciamento algorítmico e condições de trabalho dos motoristas da Uber. *Fronteiras-estudos midiáticos*, v. 22,n. 1, p. 59-71, 2020. Disponível em: <https://bityli.com/6yEIR>. Acesso em 9 set. 2023.

ANTUNES, R. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, R. Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BRAGA, Eduardo Souza. Direito à desconexão do trabalho como instrumento de proteção à saúde do trabalhador. 2015. 163 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/136054>. Acesso em 9 set. 2023.

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FONTES, V. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. *Marx e o Marxismo*, v. 5, n. 8, p. 45-66, 2017. Disponível em: <https://bityli.com/tUu5g>. Acesso em 9 set. 2023.

GAURIAU, Rosane. Direito à desconexão e teletrabalho: contribuição do direito do trabalho francês: estudo comparado franco-brasileiro. *Revista eletrônica [do] Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região*, Curitiba, v. 10, n. 93, p. 37-50, out. 2020. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/180194>. Acesso em 30 jun. 2024.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GROHMANN, R. Plataformização do trabalho: entre dataficação, financeirização e racionalidade neoliberal. *Revista Eptic*, v. 22, n. 1, p. 106-122, 2020. Disponível em: <https://bityli.com/UPjwy>. Acesso em 9 set. 2023.

GUSTIN, M. B. S. DIAS, M. T. F. (Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

HAN, B.-C. Infocracia: digitalização e a crise da democracia. Petrópolis: Vozes, 2022.

HAN, B.-C. Sociedade do cansaço. 2º ed. ampl. Petrópolis: Vozes, 2017.

HARFF, R. N.. Direito à desconexão: estudo comparado do direito brasileiro com o direito francês. Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, pp. 53-74, nº 205, jul./2017.

HARVEY, D. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 19. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

JAWORSKA, Katarzyna. The Right to Disconnect. Studia Z Zakresu Prawa Pracy | Polityki Społecznej, v. 29, n. 1, p. 51-58, 31 mar. 2022

KELLOGG, Katherine C.; VALENTINE, Melissa A.; CHRISTIN, Angéle. Algorithms at Work: the new contested terrain of control. Academy Of Management Annals, v. 14, n. 1, p. 366-410, jan. 2020. Academy of Management.

LEROUGE, Loic; PONS, Francisco Trujillo. Contribution to the study on the 'right to disconnect' from work. Are France and Spain examples for other countries and EU law? European Labour Law Journal, [S.L.], v. 13, n. 3, p. 450-465, 14 jun. 2022. SAGE Publications.

MAFFRA, Márcia Vieira. Direito à desconexão no universo do trabalho. In: GUERRA, Giovanni Antônio Diniz; VASCONCELOS, Ricardo Guerra; CHADI, Ricardo (Org.). Direito do Trabalho. Belo Horizonte: FUMARC, 2015. v. 2, p. 505-520.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003,

OLIVEIRA, Christiana D'Arc Damasceno. Direito à desconexão do trabalhador: repercussões no atual contexto trabalhista. Revista Ltr: legislação do trabalho, São Paulo, v. 74, n. 10, p. 1180-1188, out. 2010.

PONZILACQUA, M. H. P.; SILVA, L. G.. O direito à desconexão do trabalho francês: perspectivas de implementação no Direito brasileiro. Revista Direito e Práxis, v. 13, n. 1, p. 196-221, jan. 2022.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Nova Hamburgo: Feevale, 2013.

ROSENBLAT, A; STARK, L. Algorithmic Labor and Information Asymmetries: A Case Study of Uber's Drivers. International Journal of Communication, v. 10, n. X, p. 3758-3784, 2016.

ZUBOFF, Shoshana. A Era do Capitalismo de Vigilância. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

Capítulo 4

ESTUDO DA ATUAÇÃO DOS NÚCLEOS DE APOIO TÉCNICO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO TOCANTINS E MUNICÍPIO DE PALMAS NA PROMOÇÃO DE SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DAS DEMANDAS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE PÚBLICA NO PERÍODO 2017 A 2022

WELLINGTON GOMES MIRANDA
TEREZA RAQUEL MASCARENHAS BRAGA
JULIA WAGNER
JOÃO RICARDO LUIZ RIBEIRO
JÚLIA CARNEIRO CHAVES

RESUMO:

Neste projeto, o objetivo dos pesquisadores foi entender como a atuação do Núcleo de Apoio ao Poder Judiciário tem reduzido a possibilidade de decisões judiciais conflitantes em temas relacionados a medicamentos e tratamentos, visando prevenir a excessiva judicialização da saúde, ampliando ações efetivas da promoção da saúde pública à luz dos princípios contemporâneos dos Direitos Humanos. Para alcançar tal propósito, foi realizada coleta, organização e análise de dados e relatórios dos NATJUS Estadual e Municipal, bem como da Vara de Execuções Fiscais e Saúde Pública e do Juizado da Infância e Juventude de Palmas. Em se tratando de uma pesquisa descritivo-analítica com abordagem quanti-qualitativa, pode-se verificar a importância do NATJUS na resolução administrativa envolvendo demandas de saúde pública. Em resumo, a pesquisa reforça a relevância da atuação dos Núcleos de Apoio Técnico ao Judiciário, tanto no estado do Tocantins quanto no município de Palmas/TO, visando promover maior eficácia na busca por uma saúde pública menos judicializada. É essencial que esses Núcleos continuem sendo aprimorados, em parceria com outros órgãos de justiça, para assegurar uma melhor prestação de serviços e a efetiva proteção dos direitos humanos.

Palavras-Chave: judicialização; saúde; natjus; Tocantins.

INTRODUÇÃO

O direito à saúde é consagrado na Constituição Federal de 1988, sendo reconhecido como um direito social fundamental no Brasil. O artigo 196 estabelece que a saúde é "direito de todos e dever do Estado", devendo ser garantida por meio de políticas públicas que visem à redução do risco de doenças e ao acesso universal e igualitário a ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Nesse sentido, o Sistema Único de Saúde (SUS) é o principal mecanismo de implementação desse direito, atuando em todo o território nacional. No entanto, a insuficiência de recursos e a complexidade de demandas no setor de saúde têm levado a uma crescente judicialização, à medida que cidadãos recorrem ao Poder Judiciário para assegurar o acesso a tratamentos e medicamentos que, muitas vezes, não são fornecidos de forma eficiente pelo sistema público.

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça, a judicialização da saúde no Brasil tem se tornado um fenômeno crescente, sobrecarregando tanto o sistema de saúde pública quanto o Poder Judiciário.

Nesse sentido, o Painel de Estatísticas Processuais de Direito da Saúde apontou um aumento de quase 20% no número de processos abertos contra o sistema de saúde público e privado na justiça brasileira apenas entre os anos de 2021 e 2022 (AUMENTO DA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE, 2023). Nesse contexto, milhares de cidadãos recorrem à Justiça para garantir o acesso a medicamentos, tratamentos e procedimentos médicos que, muitas vezes, o Sistema Único de Saúde (SUS) não consegue fornecer de maneira eficiente e em tempo hábil. Esse cenário levanta uma série de desafios para o Poder Judiciário, que, ao mesmo tempo em que busca assegurar o direito fundamental à saúde, enfrenta a necessidade de administrar, de forma eficiente, o volume crescente de processos judiciais.

Diante desse quadro, os Núcleos de Apoio Técnico (NATs) foram criados para fornecer suporte ao Judiciário na análise de demandas relacionadas à saúde pública, com o objetivo de promover soluções administrativas e evitar judicializações desnecessárias (NAT-JUS: FERRAMENTA DE APOIO ÀS DECISÕES JUDICIAIS, 2023).

No Estado do Tocantins e no município de Palmas, os NATs desempenham um papel crucial na mediação entre o cidadão e o sistema público de saúde, buscando resolver os conflitos de maneira mais célere e eficiente. No entanto, diante da carência de materiais de estudo sobre essa temática no âmbito regional, bem como da necessidade de desenvolver mecanismos de solução de conflitos mais eficazes nessa área, o presente estudo se mostra fundamental para identificar a eficácia da atuação dos NATs na região e, consequentemente, reconhecer as melhorias necessárias.

Assim, o objetivo principal da pesquisa é analisar a atuação dos NATs no Tocantins e em Palmas no período de 2017 a 2022, a fim de verificar se essas soluções administrativas contribuíram para a redução da judicialização da saúde e para a melhoria no atendimento das demandas públicas de saúde. A pesquisa busca, ainda, avaliar a eficácia dessas soluções e identificar os tipos de demandas mais recorrentes durante o período analisado.

OBJETIVOS

GERAL

Entender como a atuação do Núcleo de Apoio ao Poder Judiciário tem reduzido a possibilidade de decisões judiciais conflitantes em temas relacionados a medicamentos e tratamentos, visando prevenir a excessiva judicialização da saúde, ampliando ações efetivas da promoção da saúde pública à luz dos princípios contemporâneos dos Direitos Humanos.

ESPECÍFICOS

Analisar a efetividade das notas técnicas elaboradas com base em evidências científicas na área da saúde, emitidas pelos Núcleos de Apoio Técnico ao Judiciário (NATJUS) e pelos Núcleos de Avaliação de Tecnologias em Saúde (NATS) do Estado do Tocantins e do Município de Palmas na redução da judicialização da saúde;

Identificar o perfil das decisões judiciais em temas relacionados a medicamentos e tratamentos, proferidas com fundamentos nas Notas Técnicas emitidas pelos Núcleos de Apoio Técnico ao Judiciário do Estado do Tocantins e do município de Palmas;

Verificar se a atuação dos Núcleos de Apoio Técnico ao Judiciário do Estado do Tocantins e do município de Palmas junto ao Ministério Público e Defensoria Pública do Estado do Tocantins, fomenta a solução administrativa das demandas envolvendo saúde;

Demonstrar a adesão dos magistrados da Vara de Execuções Fiscais e Saúde e do Juizado da Infância e Juventude de Palmas as Notas Técnicas e Pareceres Técnicos-Científicos emitido pelos Núcleos de Apoio Técnico ao Judiciário do Estado do Tocantins e do município de Palmas.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para alcançar os objetivos deste estudo, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre a judicialização no Brasil e no Estado do Tocantins, com ênfase na efetividade dos Direitos Humanos e nas políticas de saúde pública adotadas pelas Secretarias de Saúde do Estado do Tocantins e do Município de Palmas-TO.

A metodologia vai além dos procedimentos e técnicas utilizadas, abrangendo também a abordagem teórica, a motivação e a criatividade do pesquisador, que desempenha um papel essencial nesse processo. É fundamental descrever o percurso metodológico como um caminho possível para a realização da pesquisa científica.

Este estudo é de caráter exploratório e comparativo, voltado para a organização, análise e interpretação de registros documentais

previamente não tratados de forma sistemática. Como estudo exploratório e comparativo, abrange tanto aspectos qualitativos quanto quantitativos, considerando uma realidade localizada no Estado do Tocantins, em especial no município de Palmas/TO, com agentes sociais específicos.

Foram elencadas as fontes de dados para que fossem cumpridos os objetivos do projeto de pesquisa, encontrando-se os NATJUS Estadual (Tocantins) e Municipal (Palmas-TO), assim como os resultados da judicialização da saúde pública, através das decisões proferidas na Vara de Execuções Fiscais e Saúde Pública de Palmas-TO e no Juizado da Infância e Juventude de Palmas-TO.

A coleta de dados se deu por meio de pesquisa documental, análise de registros públicos e envio de ofícios requisitórios aos entes, para que fornecessem os dados já elencados, os quais precisam ser regularmente fornecidos aos órgãos de controladoria e fiscalização.

Após a coleta dos dados, as informações foram catalogadas e organizadas para que pudesse ser feita uma análise através do método fenomenológico, uma vez que foram utilizados os dados na maneira em que apresentados, havendo tão somente uma organização para facilitar a sua visualização, sendo posteriormente interpretados e apresentados conforme resultado, discussão e conclusão do projeto.

A metodologia incluiu uma análise qualitativa e quantitativa das Notas Técnicas emitidas pelo Núcleo de Apoio Técnico ao Judiciário nas esferas estadual e municipal, no período de 2017 a 2022. Além disso, foram levantados os resultados do Judiciário que apontam os objetos das decisões judiciais da Vara de Execuções e Saúde de Palmas, bem como do Juizado Especial da Infância e Juventude, envolvendo fornecimento de medicamentos, procedimentos cirúrgicos, exames, consultas e insumos, entre outros.

Desta forma, a metodologia adotada busca entender como a atuação dos Núcleos de Apoio Técnico ao Judiciário (NATJUS) do Estado do Tocantins e do Município de Palmas contribuiu para a diminuição da judicialização das demandas de saúde pública, bem como para a promoção de soluções administrativas. A pesquisa também visa identificar o impacto das Notas Técnicas emitidas por esses núcleos na redução das demandas judiciais.

O universo da pesquisa compreende as demandas de saúde pública judicializadas no Estado do Tocantins e no Município de Palmas entre os anos de 2017 e 2022. A amostra abrange as decisões judiciais em questões relacionadas a medicamentos e tratamentos, bem como os documentos técnicos emitidos pelos NATJUS.

A pesquisa respeitou os princípios éticos previstos nas normativas brasileiras para pesquisa em Ciências Sociais, assim como o regulamentado pela Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

RESULTADO E DISCUSSÃO

Considerando os objetivos norteadores do projeto frente ao estudo dos Núcleos de Apoio Técnico em Saúde do Tocantins e de Palmas/TO, a pesquisa baseou-se em relatórios anuais emitidos pelos NATs, nos anos de 2017 a 2022, encontrados no site do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO), a fim de coletar e comparar dados para que se alcançassem as respostas almejadas. Além disso, embasou-se em dados estatísticos da Vara de Execuções Fiscais e Saúde de Palmas/TO e do Juizado Especial da Infância e Juventude de Palmas/TO, obtidos mediante ofícios requisitórios, acerca das ações referentes à saúde nos anos de 2017 a 2022 nos referidos juízos, conforme será abordado adiante.

NATJUS ESTADUAL DO TOCANTINS NO PERÍODO DE 2017 A 2022

Primeiramente, cabe ressaltar que o Núcleo de Apoio Técnico do Estado do Tocantins (NAT) foi instituído por intermédio da

Portaria/Sesau nº 338, de 2 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.873, de 13 de maio de 2013, com o intuito de subsidiar os Magistrados, os Representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública na formação de juízo de valor quanto à apreciação das questões clínicas apresentadas pelas partes nas ações relativas ao SUS – Sistema Único de Saúde, atuando de forma a prevenir a excessiva judicialização da saúde.

Conforme a análise de dados do período de 2017 a 2022, as solicitações mais recorrentes ao núcleo técnico são as de procedimentos e em seguida as de medicamentos. Em 2017, houveram 461 demandas extrajudiciais de medicamentos e 259 de procedimentos. No ano seguinte, em 2018, houveram apenas 347 demandas extrajudiciais de medicamentos e 859 procedimentos. Em 2019, tiveram 1.047 solicitações extrajudiciais de medicamentos e somente 284 de procedimentos. Em contrapartida, no ano seguinte, as demandas extrajudiciais dos medicamentos reduziram para 289 e as de procedimentos saltaram para 720. No ano de 2021, houveram 453 demandas extrajudiciais dos medicamentos e 1.167 dos procedimentos.

No último ano de análise, em 2022, houve recorde das solicitações extrajudiciais de procedimentos, no número de 1.801, enquanto houveram apenas 587 solicitações de medicamentos. Nesse sentido, as solicitações extrajudiciais por procedimentos, predominaram os anos de 2018, 2020, 2021 e 2022, sendo assim, a maioria dos anos do período de análise (2017 a 2022).

Nesse sentido, em análise ao período de 2017 a 2022, foi possível verificar o total de 8.274 (100%) demandas extrajudiciais e 5.768 (69,71%) demandas judiciais, relacionadas a medicamentos e procedimentos, junto ao NATJUS Estadual do Tocantins. Logo, através da atuação do NAT, houve uma resolutividade por serviço de 32,52% das demandas extrajudiciais, o que equivale a 2.691 das demandas, no período de 2017 a 2022, conforme gráfico abaixo.



Gráfico 1: A resolutividade por serviço (medicamentos e procedimentos) pela atuação do Natjus Estadual do Tocantins no período de 2017 a 2022.

FONTE: Elaborado pelos autores, com base nos Relatórios de atividades anuais do NATJUS do Estado do Tocantins de 2017 a 2022.

Por outro lado, o NAT também possui o objetivo de reduzir a judicialização da saúde de modo geral, ou seja, a desjudicialização da saúde, em conjunto com a atuação do Ministério Público e da Defensoria Pública. Nesse sentido, durante o período de 2017 a 2022, foram analisadas o total de 9.065 (100%) demandas extrajudiciais, de origem do Ministério Público, da Defensoria Pública Estadual e da Defensoria Pública da União.

De acordo com as estatísticas apresentadas pelos relatórios do NATJUS Estadual, desde a criação do Núcleo em 2013 até o ano de 2017, houve uma procura crescente de informações técnicas ao NAT por todos os órgãos envolvidos. Desde já, cumpre ressaltar que a maior parte das demandas são oriundas da Defensoria Pública Estadual, em seguida pelo Ministério Público e por último, a Defensoria Pública da União, com números irrisórios.

Em 2017, houve 911 solicitações extrajudiciais da Defensoria Pública (DP) e 493 do Ministério Público (MP). No ano seguinte, em 2018, as demandas da Defensoria Pública diminuíram para 820 e as do Ministério Público reduziram para 463. No ano de 2019, as solicitações

da Defensoria Pública aumentaram significativamente, em comparação aos últimos 2 anos, para o número de 1.007, enquanto que as do MP diminuíram para 429. Em 2020, tanto as demandas extrajudiciais da Defensoria Pública reduziram, como as do MP, para o valor de 636 e de 342, respectivamente. No ano posterior, em 2021, as solicitações da Defensoria Pública voltaram a subir, dessa vez para 980 e as do MP para 620. Por fim, no ano de 2022 houve o maior aumento das solicitações extrajudiciais da Defensoria Pública dos últimos 5 anos, totalizando o valor de 1.547, enquanto que o MP obteve o total de 817.

Dessa forma, das 9.065 (100%) demandas extrajudiciais, 2.131 foram judicializadas, portanto, somente 23,51% do total. Posto isso, a desjudicialização da saúde no período de 2017 a 2022 pela atuação do NAT, do MP, da DPE e da DPU, atingiu o elevado valor de 76,49%, equivalente a 6.934 das demandas, conforme ilustrado abaixo.



Gráfico 2: Desjudicialização da saúde pela atuação do Natjus Estadual do Tocantins em fomento com o DPE, DPU e MP no período de 2017 a 2022.

FONTE: Elaborado pelos autores, com base nos Relatórios de atividades anuais do NATJUS do Estado do Tocantins de 2017 a 2022.

Ante o exposto, conclui-se que durante o período de 2017 a 2022, o NAT foi capaz de prevenir que até 32,52% das demandas relacionadas a medicamentos e tratamentos (procedimentos) fossem judicializadas, dos quais a maioria das solicitações tratavam-se de procedimentos. Ademais, o Núcleo de Apoio Técnico do Estado do Tocantins foi

responsável por 76,49% da desjudicialização da saúde, juntamente com a atuação do Ministério Público e da Defensoria Pública, no período de 2017 a 2022.

NATJUS MUNICIPAL DE PALMAS/TO NO PERÍODO DE 2017 A 2022

Cumprе salientar que o Núcleo de Apoio Técnico em Saúde de Palmas (NAT-Palmas) foi instituído por intermédio da Portaria nº 468/SEMUS/GAB, de 27 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial do município de Palmas nº 1.511, de 27 de maio de 2016, obtendo efetiva atividade apenas em 2016, com o intuito de auxiliar o Poder Judiciário com pareceres técnicos consultivos, bem como responder aos questionamentos relacionados à saúde pública apresentados pelos cidadãos, Defensores Públicos, Promotores de Justiça e Procuradores.

Nesse sentido, em análise às atividades efetivadas no ano de 2017, nota-se que foram prestadas 192 consultas pelo NAT-Palmas por meio de notas técnicas. No ano seguinte, o número saltou para 485 solicitações de consultas, representando um aumento de 152,60% em relação ao ano anterior. Já no ano de 2019, o número de pareceres técnicos subiu ainda mais, totalizando 633 consultas, aumento este que não se repetiu em 2020, perfazendo a quantia de 335 solicitações. Em contrapartida, os anos de 2021 e 2022 saltaram para 706 e 863 consultas, respectivamente.

De certo, as consultas prestadas pelo NAT-Palmas podem abarcar diferentes tipos de serviços em saúde, como por exemplo, medicamentos, insumos, procedimentos/cirurgias, consultas e exames, podendo, ainda, cada solicitação de parecer técnico tratar acerca de mais de um serviço. Dentre os tipos de serviços, o mais recorrente apontado pelos relatórios trata-se de medicamentos, sejam eles previstos nas listas de medicamentos do SUS ou não, o que se assemelha com as sentenças judiciais notificadas a Secretaria Municipal de Saúde de Palmas, as quais, em sua maioria, versam sobre medicamentos. A título de exemplo, no ano de 2018, das 108 decisões

judiciais relacionadas a judicialização à saúde notificadas a Secretaria Municipal de Saúde de Palmas, o principal pedido acolhido nas decisões versava sobre medicamento, representando 59,60% do total de demandas.

Ainda sobre o assunto, o relatório anual de 2017 apontou que mais da metade dos medicamentos pedidos nas solicitações de informações ao NAT-Palmas não estavam elencados nas listas de medicamentos previstas no SUS, o que abriria pauta para um estudo aprofundado acerca da possibilidade de substituição terapêutica destes medicamentos. O fato é que, dada a diversidade de serviços, buscou-se com o presente estudo uma análise específica do número de pareceres técnicos emitidos pelo núcleo municipal acerca de medicamentos e procedimentos/cirurgias, incluindo demandas judiciais e extrajudiciais, a fim de verificar se a atuação do núcleo técnico tem contribuído ou não na prevenção da excessiva judicialização da saúde.

Os dados abordados apontaram que no ano de 2017, o núcleo técnico municipal prestou 181 consultas acerca de medicamentos, dentre as quais, 47 estavam presentes em demandas judiciais notificadas a Secretaria Municipal de Saúde de Palmas, bem como 5 consultas acerca de procedimentos/cirurgias, dentre as quais, 5 estavam presentes em demandas judiciais notificadas a referida secretaria. No de 2018 e 2019, por ausência dos dados específicos, não foi possível comparar os números. Por sua vez, no ano de 2020 foram emitidos 95 pareceres técnicos extrajudiciais acerca de medicamentos e 25 pareceres judiciais, além de 34 pareceres técnicos extrajudiciais e 5 pareceres judiciais acerca de procedimentos/cirurgias. No ano seguinte, houveram 145 consultas extrajudiciais e 56 consultas judiciais sobre medicamentos, bem como 148 consultas extrajudiciais e 74 consultas judiciais sobre procedimentos/cirurgias. Por último, no ano de 2022, foram solicitados 208 pareceres extrajudiciais e 32 pareceres judiciais acerca de medicamentos, além de 609 pareceres extrajudiciais e 68 pareceres judiciais acerca de procedimentos/cirurgias.

Subtraindo o número de demandas extrajudiciais pelas judiciais, chegou-se ao número de resolutividade de cada ano. Por conseguinte, a soma dos números de resolutividade de cada ano totalizou 1.354 demandas resolvidas administrativamente, representando um percentual de 98,26% de resolutividade, conforme gráfico abaixo.



Gráfico 1: A resolutividade por serviço (medicamentos e procedimentos) pela atuação do Natjus Municipal de Palmas/TO no período de 2017 a 2022.

FONTE: Elaborado pelos autores do projeto, com base nos Relatórios de atividades anuais do NATJUS Municipal de Palmas/TO de 2017 a 2022.

Outrossim, outro ponto importante a ser extraído dos relatórios de 2017 a 2022 é que a Defensoria Pública Estadual do Tocantins atuou como principal solicitante de informações técnicas em todos os anos, ocupando nos referidos anos o primeiro lugar nas consultas ao núcleo. Nesse ponto, pertinente faz-se ressaltar a missão do núcleo técnico em fortalecer a cooperação e o diálogo entre os três poderes da República, além do Ministério Público, Defensoria Pública e Sociedade Civil, buscando estimular soluções administrativas acerca das demandas relativas à saúde. Logo, buscou-se verificar se a atuação do NAT-Palmas junto ao Ministério Público e Defensoria Pública Estadual do Tocantins tem fomentado a solução administrativa das demandas envolvendo saúde, por meio dos números apresentados nos relatórios.

Após a análise dos relatórios, não foi possível concluir de forma clara se a atuação do NAT-Palmas junto aos referidos órgãos fomenta a solução administrativa das demandas envolvendo saúde, pela ausência

de exposição específica desses dados. Entretanto, foi possível observar, entre os anos de 2017 a 2022, o aumento ou diminuição de consultas feitas pelo Ministério Público do Estado do Tocantins (MPE-TO), Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO) e Defensoria Pública da União (DPU) junto ao núcleo técnico. O que se pode dizer é que quanto maior o número de consultas ano após ano, maior torna-se a possibilidade de soluções administrativas.

Conforme os dados coletados, no ano de 2017, o núcleo técnico em saúde de Palmas prestou 121 consultas à DPE-TO e DPU, e 2 consultas para o MPE-TO, totalizando 123 consultas. Já no ano seguinte, os números subiram, sendo emitidos 332 pareceres técnicos para a Defensoria Pública (DP), abrangendo a estadual e federal, e 42 pareceres ao Ministério Público Estadual, totalizando 374 pareceres técnicos. No ano de 2019, os números subiram mais ainda, fechando em 544 consultas, sendo 512 à DP e 32 ao MP. Em contrapartida, no ano de 2020, os números foram reduzidos, oportunidade em que a DP solicitou 188 pareceres técnicos e o MP solicitou 77 pareceres, fechando o ano com um total de 265 solicitações. Por outro lado, no ano de 2021, os números voltaram a subir, visto que a DP buscou auxílio do NAT-Palmas em 408 vezes, ao passo que o MP buscou 155 vezes, contabilizando 563 consultas ao final.

Por último, no ano de 2022, a DP solicitou 750 consultas ao núcleo, enquanto que o MP solicitou 154, totalizando em 904 consultas e registrando o maior número de solicitações até então. Em suma, os números apontaram um aumento significativo de consultas ao NAT-Palmas a cada ano, exceto entre 2019 e 2020, seguindo abaixo, para fins aclaratórios, tabela comparativa acerca dos percentuais de aumento e diminuição de consultas entre cada ano.

Comparativo anual de Consultas no NATJUS Municipal de 2017 a 2022
Defensoria Pública e Ministério Público

Ano	Porcentagem	Aumento	Diminuição
2017 a 2018	204,07%	X	
2018 a 2019	45,45%	X	
2019 a 2020	51,29%		X
2020 a 2021	112,45%	X	
2021 a 2022	60,57%	X	

FONTE: Elaborado pelos autores, com base nos Relatórios de atividades anuais do NATJUS Municipal de Palmas/TO de 2017 a 2022.

Superado tal ponto, considerando o intuito de atuar de maneira a prevenir a judicialização de demandas na área da saúde, conforme previsão da portaria que instituiu o Núcleo de Apoio Técnico em Saúde de Palmas, objetivou-se analisar se os pareceres técnicos emitidos em consulta ao NAT-Palmas tem contribuído ou não na redução da judicialização da saúde, independentemente de quem seja o órgão solicitante.

De acordo com os dados disponíveis, não foi possível abordar com precisão os anos de 2017 e 2018 por ausência de dados para suprir o objetivo. Contudo, foi feita a análise dos anos seguintes. Nesse sentido, das 633 consultas prestadas pelo NatJus municipal de Palmas no ano de 2019, 547 foram extrajudiciais e 86 foram judiciais, contabilizando 461 demandas que não foram judicializadas. No ano seguinte, dos 335 pareceres emitidos pelo núcleo técnico em saúde, 265 foram extrajudiciais e 70 foram judiciais, representando 195 demandas não judicializadas. Já no ano de 2021, 420 demandas não foram judicializadas, visto que foram emitidas 563 consultas extrajudiciais e 143 judiciais. Por último, o ano de 2022 apresentou o maior número de resolutividade, visto que dos 863 pareceres técnicos extrajudiciais emitidos, apenas 41 foram judicializados, totalizando 822 demandas não ajuizadas.

A soma dos números representativos de desjudicialização totalizou a quantia de 1.898 demandas, podendo-se concluir que houve a

desjudicialização de 84,81% das demandas de saúde pela atuação do núcleo técnico municipal em saúde de Palmas.

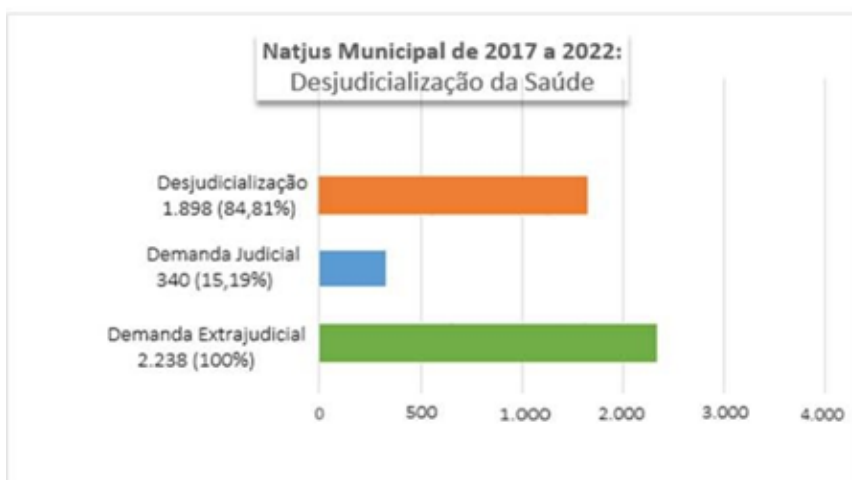


Gráfico 2: A Desjudicialização da Saúde pela atuação do Natjus Municipal de Palmas/TO no período de 2017 a 2022.

FONTE: Elaborado pelos autores, com base nos Relatórios de atividades anuais do NATJUS Municipal de Palmas/TO de 2017 a 2022.

Ante todo o exposto, conclui-se que entre o período de 2017 a 2022, exceto nas lacunas mencionadas ao longo do texto, a atuação do Núcleo de Apoio Técnico em Saúde de Palmas contribuiu significativamente nas demandas relativas à saúde, representando um nível de resolutividade de 98,26% nas questões relativas a medicamentos e procedimentos/cirurgias, bem como foi possível verificar a desjudicialização de 84,81% das demandas de saúde pela atuação do núcleo técnico, o que condiz com a sua competência e atuação, além do aumento de sua atuação junto ao Ministério Público, Defensoria Pública Estadual do Tocantins e Defensoria Pública da União, o que demonstra a crescente adesão desses órgãos ao núcleo técnico.

JUIZADO ESPECIAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE PALMAS/TO NO PERÍODO DE 2017 A 2022

Superados os relatórios analisados anteriores e abordando dados estatísticos fornecidos pelo Juizado Especial da Infância e Juventude de Palmas/TO, no período de 2017 a 2022, referentes às ações de saúde,

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

houveram ao total 447 julgados procedentes, 21 julgados improcedentes e 514 distribuídos.

Descrição	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Julgados Procedentes	19	7	101	114	121	85
Julgados Improcedentes	0	0	3	4	11	3
Distribuídos	26	44	118	65	151	110

Fonte: Sistema gksense
Elaboração: TITO / COGES / Assessoria de Estatística

Portanto, a maioria dos julgados relacionados a saúde do Juizado Especial da Infância e Juventude de Palmas/TO, no período de 2017 a 2022, foram procedentes, em média 96,59% dos julgados, enquanto que os julgados improcedentes equivalem a apenas 3,41% dos casos.

Outrossim, foi possível identificar que entre 2017 a 2022 houveram 514 processos distribuídos referentes a ações de saúde, do Juizado Especial da Infância e Juventude de Palmas/TO, conforme demonstra a tabela abaixo:

ASSUNTO	Quantidade
Fornecimento de Medicamentos	114
Tratamento médico-hospitalar	108
Unidade de terapia intensiva (UTI) / unidade de cuidados intensivos (UCI)	107
Consulta	43
Hospitais e Outras Unidades de Saúde	32
Padronizado	30
Urgência	22
Tutela de Urgência	7
Cadeira de rodas / cadeira de banho / cama hospitalar	6
Fraldas	6

Não padronizado	6
Eletiva	4
Encaminhar o Filho a Tratamento Especializado	4
Fornecimento de insumos	4
Medicamento em Desacordo com Receita Médica	3
Tratamento Psicológico/Psiquiátrico	3
Internação compulsória	2
Internação involuntária	2
Vigilância Sanitária e Epidemiológica	2
Controle Social e Conselhos de Saúde	1
Convênio médico com o SUS	1
COVID-19	1
Doação e transplante de órgãos, tecidos ou partes	1
Doação e Transplante de Órgãos; Tecidos e Partes do Corpo Humano	1
Financiamento do SUS	1
Sem registro na ANVISA	1
Serviços de Saúde	1
Serviços Hospitalares	1
Total	514

Fonte: Sistema gksense
Elaboração: TITO / COGES / Assessoria de Estatística

Sendo que, os assuntos majoritários tratam-se do fornecimento de medicamentos, em seguida, pelo tratamento médico hospitalar e em terceiro lugar de ocorrência, pela unidade de terapia intensiva (UTI) ou unidade de cuidados intensivos (UCI).

Conclui-se que no Juizado Especial da Infância e Juventude de Palmas/TO, de 2017 a 2022, cerca de 96,59% dos julgados relacionados à saúde foram procedentes e 514 processos foram distribuídos, sendo a maior ocorrência de medicamentos, tratamento médico e unidade de terapia intensiva (UTI) ou unidade de cuidados intensivos (UCI).

VARA DE EXECUÇÕES FISCAIS E SAÚDE DA COMARCA DE PALMAS/TO NO PERÍODO DE 2017 A 2022

Segundo os dados estatísticos da Vara de Execuções Fiscais e Saúde de Palmas/TO, durante o período de 2017 a 2022, houveram o total 707 julgados procedentes, 102 julgados improcedentes, 185 julgados com procedência em parte e 674 julgados sem resolução de mérito.

Quantitativo de processos julgados procedentes, improcedentes e ainda em andamento, no período de 01/01/2017 até 31/12/2022.						
Movimento Julgamento	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Julgamento - Com Resolução do Mérito - Procedência	0	262	211	97	93	44
Julgamento - Com Resolução do Mérito - Improcedência	0	34	30	19	18	1
Julgamento - Com Resolução do Mérito - Procedência em Parte	0	86	36	26	18	19
Julgamento - Sem Resolução de Mérito	0	139	116	124	232	63
Fonte: Sistema e-Proc						
Elaboração: TITO / COGES / Assessoria de Estatística						

Diante disso, a maioria dos julgados relacionados à saúde da Vara de Execuções Fiscais e Saúde de Palmas/TO, durante o período de 2017 a 2022, foram procedentes, resultando em 42,39% dos julgados. Por outro lado, os julgados improcedentes fomentam 6,12% do total e os julgados procedentes somados aos de procedência parcial resultam em 53,48% dos casos.

Ademais, foi possível identificar que entre 2017 a 2022 houveram 1.892 processos distribuídos referentes a ações de saúde, da Vara de Execuções Fiscais e Saúde de Palmas/TO, conforme demonstra a tabela abaixo:

Quantitativo de processos distribuídos relativo à Saúde no período de 01/01/2017 até 31/12/2022.						
Unidade	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Vara de Execuções Fiscais e Saúde da Comarca de Palmas	0	391	495	328	396	282
Fonte: Sistema e-Proc						
Elaboração: TITO / COGES / Assessoria de Estatística						

Acerca dos tipos de demandas judiciais na área da saúde apresentadas perante o referido juízo, os temas mais recorrentes foram os de unidade de terapia intensiva (UTI) ou unidade de cuidados intensivos (UCI), em seguida pelo fornecimento de medicamentos e urgência.

Quantitativo de tipos mais comuns de demandas judiciais na área da saúde apresentadas perante a Vara de Execuções Fiscais e Saúde da Comarca de Palmas no período de 01/01/2017 até 31/12/2022.	
Assunto	Qtd
Unidade de terapia intensiva (UTI) / unidade de cuidados intensivos (UCI)	364
Fornecimento de Medicamentos	314
Urgência	226
Tratamento médico-hospitalar	197
Hospitais e Outras Unidades de Saúde	164
Consulta	161
Padronizado	132
Vigilância Sanitária e Epidemiológica	48
Leito de enfermaria / leito oncológico	44
Internação compulsória	43
Fonte: Sistema e-Proc	
Elaboração: TJTO / COGES / Assessoria de Estatística	

Posto isso, conclui-se que na Vara de Execuções Fiscais e Saúde de Palmas/TO, de 2017 a 2022, cerca de 42,39% dos julgados relacionados à saúde foram procedentes e apenas 6,12% dos julgados foram improcedentes. Além disso, houveram 1.892 processos distribuídos ao total e os temas principais foram unidade de terapia intensiva (UTI) ou unidade de cuidados intensivos (UCI), em seguida pelo fornecimento de medicamentos e urgência.

CONCLUSÃO

Conclui-se que a atuação do NATJUS Estadual do Tocantins, entre 2017 e 2022, foi fundamental para a desjudicialização das demandas de saúde, especialmente nas questões relacionadas a medicamentos e tratamentos. Com uma resolutividade de 32,52% das demandas por via administrativa, o NATJUS conseguiu solucionar um número significativo de casos sem a necessidade de judicialização, colaborando diretamente com a Defensoria Pública Estadual, a Defensoria Pública da União e o Ministério Público. Em termos globais, o órgão foi responsável por 76,49% da desjudicialização da saúde no estado durante esse período.

No âmbito municipal, a comarca de Palmas destacou-se com uma resolutividade de 98,26% nas demandas extrajudiciais de saúde, o que resultou na redução de 84,81% da judicialização. Além disso, a adesão dos órgãos públicos ao NATJUS foi majoritariamente elevada, embora tenha sofrido uma leve queda entre 2019 e 2020.

Por outro lado, nos julgados relacionados à saúde no Juizado Especial da Infância e Juventude de Palmas, 96,59% dos processos foram procedentes, evidenciando uma alta taxa de decisões favoráveis. Na Vara de Execuções Fiscais e de Saúde, 42,39% dos casos julgados também tiveram decisões procedentes, com os principais temas sendo relacionados a internações em UTI, fornecimento de medicamentos e situações de urgência.

Esses dados reforçam a importância do NATJUS como instrumento de fomento à solução extrajudicial de demandas de saúde, promovendo uma significativa redução na judicialização e contribuindo para a eficiência do sistema de saúde pública no Tocantins.

Em conclusão, a pesquisa verificou que a atuação do NATJUS Estadual do Tocantins e do NATJUS Municipal de Palmas foi imprescindível na desjudicialização da saúde entre o período de 2017 a 2022. Por outro lado, a colaboração entre o NATJUS Estadual, a Defensoria Pública Estadual, a Defensoria Pública da União e o Ministério Público foi indispensável para alcançar os elevados números de redução da judicialização da saúde. Notou-se que a adesão dos referidos órgãos ao NATJUS municipal aumentou significativamente entre os anos de 2017 a 2022.

A desjudicialização, especificamente, dos medicamentos e procedimentos, ocorreu de modo apenas razoável no âmbito estadual, mas de forma elevada no aspecto municipal. No Juizado Especial da Infância e Juventude de Palmas/TO e na Vara de Execuções Fiscais e Saúde de Palmas/TO, no período de 2017 a 2022, os dados apontaram para uma alta procedência dos julgados relacionados à saúde e os

principais temas variam entre medicamentos, urgência, tratamento médico e unidade de terapia intensiva (UTI) ou unidade de cuidados intensivos (UCI).

Apesar do estudo ter sido capaz de trazer à tona os aspectos gerais da desjudicialização da saúde por meio da atuação do NATJUS dentro do período de 2017 a 2022, também houveram desafios na análise dos dados, uma vez que as estatísticas disponibilizadas pelo órgão não são padronizadas, ou seja, a cada ano, o Núcleo apresentou dados diferentes, o que dificultou na análise comparativa, ano após ano, para verificar o verdadeiro crescimento da atuação da NATJUS. Outrossim, houve uma grande lacuna no fornecimento de dados, como o perfil das decisões judiciais em temas relacionados a medicamentos e procedimentos, com fundamentos nas Notas Técnicas emitidas pelos Núcleos de Apoio Técnico ao Judiciário do Estado do Tocantins e do Município de Palmas, e a adesão dos magistrados da Vara de Execuções Fiscais e Saúde e do Juizado da Infância e Juventude de Palmas as Notas Técnicas e Pareceres Técnicos-Científicos emitido pelos referidos núcleos técnicos.

Em suma, a pesquisa corrobora com a importância da atuação dos Núcleos de Apoio Técnico ao Judiciário, tanto no estado do Tocantins, quanto no município de Palmas/TO, de modo a promover maior eficácia na promoção de uma saúde pública menos judicializada. Torna-se imperativo a continuidade do aprimoramento desses núcleos, em aliança com outros órgãos da justiça, para garantir uma melhor prestação de serviços e a efetiva proteção dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Painel de Saúde. Justiça em Números. Disponível em: <<https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-saude/>>. Acesso em: 24 set. 2024.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO TOCANTINS. Portaria/Sesau nº 337, de 2 de maio de 2013. Disponível em: <<https://www.tjto.jus.br/saude/natjus-nucleos-de-apoio-tecnico-ao-judiciario/natjus-estadual/20708-portaria-de-criacao-2/viewdocument/20708>>. Acesso em: 24 set. 2024.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE PALMAS. Portaria nº 468, de 27 de maio de 2016. Disponível em: <<http://diariooficial.palmas.to.gov.br/media/diario/1511-27-5-2016-18-51-5.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2024.

FUTURO DA SAÚDE. Aumento da judicialização na saúde. 2023. Disponível em: <<https://futurodasaude.com.br/aumento-judicializacao-na-saude/>>. Acesso em: 24 set. 2024.

JUSBRASIL. NAT-JUS: ferramenta de apoio às decisões judiciais. 2023. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/nat-jus/776539240#:~:text=Criado%20em%2012%20de%20setembro,em%20suas%20decis%C3%B5es%20alusivas%20%C3%A0>>. Acesso em: 24 set. 2024.

MONOGRAFIAS BRASIL ESCOLA. Pesquisas exploratória, descritiva e explicativa. Disponível em: <<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/regras-abnt/pesquisas-exploratoria-descritiva-explicativa.htm>>. Acesso em: 30 set. 2024.

NASCIMENTO, Bianca Santos; MIRANDA, Wellington Gomes. Natjus: meio de fomento para a desjudicialização das demandas de assistência à saúde no estado do Tocantins. Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Tocantins, v. 13, n. 18, 2020. Acesso em: 21 set. 2024.

NATJUS ESTADUAL. p. 1-10. Disponível em: <<https://www.tjto.jus.br/saude/natjus-nucleos-de-apoio-tecnico-ao-judiciario/relatorios/20674-natjus-estadual-relatorio-de-atividades-anual-2021-pdf/viewdocument/20674>>. Acesso em: 24 set. 2024.

NATJUS MUNICIPAL DE PALMAS. p. 1-5. Disponível em:
<<https://www.tjto.jus.br/saude/natjus-nucleos-de-apoio-tecnico-oo-judiciario/relatorios/21251-natjus-palmas-relatorio-anual-2022/viewdocument/21251>>. Acesso em: 21 set. 2024.

RELATÓRIO ANUAL - 2017. Palmas; 2018. p. 1-22.
Disponível em:
<<https://www.tjto.jus.br/saude/natjus-nucleos-de-apoio-tecnico-oo-judiciario/relatorios/20670-natjus-estadual-relatorio-de-atividades-anual-2017-pdf/viewdocument/20670>>. Acesso em: 24 set. 2024.

RELATÓRIO ANUAL - 2018. Palmas; 2019. p. 1-24.
Disponível em:
<<https://www.tjto.jus.br/saude/natjus-nucleos-de-apoio-tecnico-oo-judiciario/relatorios/20671-natjus-estadual-relatorio-de-atividades-anual-2018-pdf/viewdocument/20671>>. Acesso em: 24 set. 2024.

RELATÓRIO ANUAL- 2019. Palmas; 2020. p. 1-31. Disponível em:
<<https://www.tjto.jus.br/saude/natjus-nucleos-de-apoio-tecnico-oo-judiciario/relatorios/20672-natjus-estadual-relatorio-de-atividades-anual-2019-pdf/viewdocument/20672>>. Acesso em: 24 set. 2024.

RELATÓRIO ANUAL DE PRODUTIVIDADE 2020. Palmas; 2021. p. 1-4.
Disponível em:
<<https://www.tjto.jus.br/saude/natjus-nucleos-de-apoio-tecnico-oo-judiciario/relatorios/20679-natjus-palmas-relatorio-anual-2020-pdf/viewdocument/20679>>. Acesso em: 21 set. 2024.

RELATÓRIO ANUAL DE PRODUTIVIDADE 2021. Palmas; 2022. p. 1-7.
Disponível em:
<<https://www.tjto.jus.br/saude/natjus-nucleos-de-apoio-tecnico-oo-judiciario/relatorios/20680-natjus-palmas-relatorio-anual-2021-pdf/viewdocument/20680>>. Acesso em: 21 set. 2024.

RELATÓRIO ANUAL DO NÚCLEO DE APOIO TÉCNICO - NAT PALMAS - 2017. Palmas; 2018. p. 1-5. Disponível em: <<https://www.tjto.jus.br/saude/natjus-nucleos-de-apoio-tecnico-ao-judiciario/relatorios/20676-natjus-palmas-relatorio-anual-2017-pdf/viewdocument/20676>>. Acesso em: 21 set. 2024.

RELATÓRIO ANUAL DO NÚCLEO DE APOIO TÉCNICO DO PODER JUDICIÁRIO - NAT JUS MUNICIPAL DE PALMAS - 2018. Palmas; 2019. p. 1-3. Disponível em: <<https://www.tjto.jus.br/saude/natjus-nucleos-de-apoio-tecnico-ao-judiciario/relatorios/20677-natjus-palmas-relatorio-anual-2018-pdf/viewdocument/20677>>. Acesso em: 21 set. 2024.

RELATÓRIO ANUAL DO NÚCLEO DE APOIO TÉCNICO DO PODER JUDICIÁRIO - NAT JUS MUNICIPAL DE PALMAS - 2019. Palmas; 2020. p. 1-2. Disponível em: <<https://www.tjto.jus.br/saude/natjus-nucleos-de-apoio-tecnico-ao-judiciario/relatorios/20678-natjus-palmas-relatorio-anual-2019-pdf/viewdocument/20678>>. Acesso em: 21 set. 2024.

RESUMO GERAL - ANUAL. p. 1-9. Disponível em: <<https://www.tjto.jus.br/saude/natjus-nucleos-de-apoio-tecnico-ao-judiciario/relatorios/20673-natjus-estadual-relatoriodeatividades-anual-2020-pdf/viewdocument/20673>>. Acesso em: 24 set. 2024.

RESUMO GERAL - ANUAL - 2022. p. 1-12. Disponível em: <<https://www.tjto.jus.br/saude/natjus-nucleos-de-apoio-tecnico-ao-judiciario/relatorios/21250-natjus-estadual-relatorio-de-atividades-anual2022/viewdocument/21250>>. Acesso em: 24 set. 2024.

SIGNIFICADOS.COM.BR. Como fazer metodologia TCC. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/como-fazer-metodologia-tcc/>>. Acesso em: 30 set. 2024.

Capítulo 5

VERDE PARA TODOS – Estudo da arborização urbana enquanto indicador de segregação socioespacial em Palmas/TO.

Ana Carla de Lira Bottura

Nathalia Araújo Machado

Pedro Augusto Miranda Borges

Vitor Guimarães Crispe

Lília Lins Moura

RESUMO

A arborização urbana atua como um fator preponderante, desempenhando um papel crucial na melhoria da qualidade de vida nas cidades. Trata-se da presença e manejo de árvores e vegetação em áreas urbanas, como ruas, parques, praças e jardins e consiste no plantio, cultivo e manutenção de árvores, dentro do ambiente urbano, com o objetivo de promover diversos benefícios ambientais, sociais e estéticos. A presente pesquisa tem como objetivo principal identificar e avaliar as variáveis que determinam a distribuição desigual da arborização urbana nos espaços públicos das áreas residenciais de Palmas/TO, com enfoque na sua relação com a segregação socioespacial registrada na cidade. O método utilizado, de natureza quanti-qualitativa, abrangeu a pesquisa bibliográfica, o levantamento e mapeamento dos níveis de arborização nas áreas verdes da cidade por meio de recursos digitais, além do estudo de praças públicas existentes por meio de trabalho de campo para medição de temperaturas e registros fotográficos. Este conjunto de ações resultou na elaboração de mapas e tabelas comparativas que subsidiaram as análises realizadas, que, por sua vez revelam a escassez de arborização nos espaços públicos da cidade, além do tratamento diferenciado dedicado às regiões periféricas, presente desde os princípios do planejamento e desenho urbano, à distribuição de áreas verdes e política de implantação de praças na cidade.

Palavras-Chave: Arborização urbana, Segregação socioespacial, Palmas.

INTRODUÇÃO

A noção de sustentabilidade urbana refere-se à busca por desenvolvimento e crescimento das áreas urbanas de maneira sustentável, considerando os aspectos sociais, econômicos e ambientais. O seu objetivo é criar cidades que sejam eficientes, resilientes e saudáveis para seus habitantes, ao mesmo tempo em que minimizem os impactos negativos no meio ambiente.

Neste sentido, a arborização urbana atua como um fator preponderante, desempenhando um papel crucial na melhoria da qualidade de vida nas cidades. Trata-se da presença e manejo de árvores e vegetação em áreas urbanas, como ruas, parques, praças e jardins e consiste no plantio, cultivo e manutenção de árvores, dentro do ambiente urbano, com o objetivo de promover diversos benefícios ambientais, sociais e estéticos.

No entanto, considerando o contexto de desigualdades socioespaciais presentes em praticamente todas as cidades brasileiras, os benefícios que a presença do verde pode propiciar aos espaços públicos, de maneira geral, não são distribuídos de maneira homogênea nos espaços públicos, cujos cuidados com a urbanização adequada e o tratamento paisagístico tendem a se concentrar nas áreas urbanas de maior interesse socioeconômico e, portanto, utilizadas pela população de maior poder aquisitivo. Observa-se, assim, uma tendência, nas cidades brasileiras, em privilegiar determinados segmentos sociais com relação ao acesso a espaços públicos bem arborizados, tendo em vista a sua localização na cidade (Lima et al., 2020).

Na cidade de Palmas, capital do Tocantins, cujo clima pode ser classificado como tropical semi úmido, mas que apresenta picos de calor e baixíssimos índices de umidade nos meses de julho a setembro e grandes concentrações de fortes chuvas nos meses de novembro a janeiro, a presença da vegetação exerce funções vitais, tanto na

redução das ilhas de calor quanto na permeabilidade do solo, que contribui para a redução dos riscos de enchentes. Concebido com base no discurso de cidade ecológica do século 21, o projeto que deu origem a Palmas traz como argumentos os conceitos de ecologia, humanismo, princípios bioclimáticos de desenho urbano e preservação do meio ambiente (GrupoQuatro, 1989).

No entanto, o que se observou no seu processo inicial de implantação, e que se estende até os dias atuais, foi o desmatamento indiscriminado de toda e qualquer cobertura vegetal na abertura dos loteamentos que deram origem à cidade, seguidos da substituição de vegetação nativa existente por vegetação exótica nas áreas verdes, praças e avenidas da cidade, gerando um sério impacto ambiental, sobretudo do ponto de vista da acentuação das ilhas de calor, quanto do ponto de vista das perdas para a biodiversidade do cerrado (Paz, 2009).

A insustentabilidade urbana sob a qual a urbanização de Palmas se deu pode ser observada, ainda, na dispersão pelo território que se instaurou precocemente, ainda nos primeiros anos da sua criação, com a proliferação de vazios urbanos centrais e a instalação de loteamentos populares nas suas zonas periféricas ao sul, destinadas à população de baixa renda. A condição periférica se reflete nas deficiências relacionadas à distribuição da infraestrutura urbana, ao tratamento dos espaços públicos, das áreas de lazer e, conseqüentemente, da arborização urbana. Como resultado, verifica-se uma apropriação desigual do direito à cidade, no qual o acesso a ambientes de qualidade e oportunidades de bem-estar na cidade deveria estar à disposição de toda a população. A segregação socioespacial, portanto, desenvolveu-se em Palmas concomitantemente à sua construção, e segue até os dias atuais naturalizada, como condição inerente ao seu desenvolvimento (Bottura, 2019).

Tendo em vista tal panorama, a pesquisa realizada tem como tema a Arborização Urbana e, como enfoque, o estudo das suas possíveis

relações com a segregação socioespacial presente em Palmas/TO. A pergunta à qual se buscou responder ao longo do seu desenvolvimento foi: Em que medida a segregação socioespacial presente na cidade de Palmas se estende ao tratamento dos espaços públicos, mais especificamente à arborização desses locais e, conseqüentemente, aos seus benefícios em termos de qualidade de vida.

OBJETIVOS

GERAL

Identificar e avaliar as variáveis que determinam a distribuição desigual da arborização urbana nos espaços públicos das áreas residenciais de Palmas/TO, com enfoque na sua relação com a segregação socioespacial registrada na cidade.

ESPECÍFICOS:

Compreender o histórico de desmatamento e plantio de massa arbórea na cidade;

Realizar levantamentos de campo com o intuito de identificar padrões de arborização nos espaços públicos e áreas verdes das áreas residenciais da cidade;

Elaborar mapas de praças deficitárias de arborização na cidade.

Contribuir para o planejamento territorial de ações de plantio em áreas verdes da cidade.

MATERIAIS E MÉTODOS

O desenvolvimento da pesquisa contou uma sequência de atividades que podem ser distribuídas em quatro etapas, todas elas vivenciadas simultaneamente por todos os estudantes envolvidos. Importante destacar que, para efeitos deste trabalho, a importância da participação de todo o grupo nas mesmas etapas, o que permitiu uma intensa troca de percepções e compreensões, que enriqueceu o processo construído coletivamente.

A primeira delas consistiu na pesquisa bibliográfica acerca do tema da arborização urbana enquanto conceito e seus impactos nos centros urbanos, além da abordagem da questão inserida no processo histórico do desenvolvimento urbano de Palmas e pesquisa documental por meio da abordagem da legislação urbanística e do estudo do Diagnóstico de Arborização de Palmas (Palmas, 2015).

Com vistas à compreensão da distribuição espacial da arborização na cidade foi, inicialmente, feito um estudo das áreas públicas presentes nas áreas residenciais classificadas na cidade como Áreas Verdes não edificantes (AVs), de acordo com a Lei Complementar 321/2015 e mapas dos loteamentos aprovados disponibilizados pelo poder público municipal na plataforma digital Geopalmas 1.

Complementarmente, foi utilizado como ferramenta para os mapeamentos o software QGis (versão 3.10) conectado com banco de dados de imagens de satélite do Google Earth. Para efeito de análise, foram criadas diferentes categorias direcionadas à classificação dos níveis de arborização encontrados em cada uma das AVs, de acordo com o critério da densidade arbórea identificada visualmente por meio das fotos aéreas. Foram distinguidas as seguintes categorias:

- 1) Arborizada (ARB) – AV com uma massa arbórea facilmente identificada e capaz de gerar um sombreamento contínuo em pelo menos 50% da sua área total;
- 2) Parcialmente arborizada (PAR) – AV com massa arbórea presente mas dispersa, que não 1 Disponível em <<http://geo.palmas.to.gov.br/>>. Acesso em 18 de setembro de 2024. chegam a formar ou formam pequenas áreas de sombreamento contínuo;
- 3) Arborização Rarefeita (RARE) – AV com presença de árvores dispersas e em pequena quantidade em comparação com a sua extensão, considerando-se o mínimo de 1 árvore presente para a contabilização nesta categoria.;
- 4) Arborização inexistente (INEX) – AV ausente de qualquer espécie arbórea.

Através desta categorização foi possível proceder o mapeamento de cada uma das AVs encontradas nas quadras residenciais das 4 regiões do Plano Diretor de Palmas, no entanto, como será explanado posteriormente, discrepâncias no planejamento urbano da Região Palmas Sul, não permitiram que o estudo pudesse se estender até a mesma. Tal dificuldade redirecionou o foco da pesquisa para o estudo das AVs formalmente definidas como Praças em seus memoriais descritivos, por meio de um levantamento realizado e gentilmente cedido pela equipe técnica da Fundação do Meio Ambiente. Esta mudança de foco conduziu à produção de novos mapas, cujos enfoques recaem sobre as AVs de toda a cidade oficialmente destinadas à construção de Praças, que foram alvo de duas novas categorizações. Do ponto de vista da implantação ou não de equipamentos nesses locais, foi criada as seguintes categorias:

- 1) Praça implantada – Aquela na qual foi possível identificar a presença de mobiliário urbano, pavimentação, equipamentos (playground infantil, academia da terceira idade, quadra esportiva, etc.) ou pelo menos dois desses elementos;
- 2) Praça não implantada – Aquela que não apresenta nenhum tipo de implantação de elementos ou equipamentos para a utilização da população;
- 3) Praça Ocupada – Aquela que, apesar da destinação oficial como praça, encontra-se ocupada com outro uso. Após esta classificação, foram observadas mais atentamente as imagens de satélite das praças identificadas como Implantadas nas quatro regiões do Plano Diretor e na região Palmas Sul e estas receberam uma subclassificação, sendo divididas de acordo com os níveis de arborização anteriormente definidos: 1) ARB; 2) PAR; 3) RARE e 4) INEX.

O estudo das praças da cidade permitiu, não apenas uma compreensão dos diferentes padrões de arborização destas áreas verdes em cada região, como também uma avaliação do tratamento dado pelo poder público a cada uma delas do ponto de vista dos

cuidados com a urbanização, o que impacta diretamente na qualidade de vida e no grau de utilização desses espaços pelos seus moradores.

A última etapa da pesquisa consistiu na seleção de praças implantadas classificadas em diferentes níveis de arborização em cada uma das regiões da cidade e aferição de temperaturas e umidade em cada uma delas. As aferições contaram com a utilização de um Termo Higrômetro digital (modelo HT-270/ Temperatura: -30°C - 100°C / Resolução: 0,01 %/ Umidade 0% - 100% UR), o preenchimento de uma ficha de observação (ver apêndice) e realização de registro fotográfico em cada uma das 34 praças visitadas no período de 13/08/2024 a 03/09/2024, na franja de horário entre 13h30 e 16h00.

Apresentamos, a seguir, os resultados do cruzamento e análise dos dados levantados por meio desse conjunto de técnicas e métodos, que permitiu o cumprimento dos objetivos iniciais da pesquisa.

Importante destacar que, ao longo do desenvolvimento da pesquisa, dois estudantes bolsistas tiveram a oportunidade de participar do 31st Regional Congress of The Portuguese Association for Regional Development realizado em Leiria, Portugal, de 26 a 28 de junho de 2024, apresentando resultados parciais dos mapeamentos da pesquisa, então em fase de elaboração.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Do ponto de vista histórico, as questões que envolvem a arborização urbana em Palmas têm início nos seus primórdios, na ocasião da implantação da cidade, em 1989, quando a retirada da cobertura arbórea para a abertura das ruas e avenidas se configurou como uma das primeiras ações do governo na capital, publicizada através de imagens das máquinas avançando sobre a vegetação, simbolizando um <marco de desenvolvimento e criação de uma capital>. Esse desmatamento, realizado de maneira indiscriminada, removendo a maior parte da vegetação nativa pelas aberturas das quadras,

traduziu-se em enormes perdas de biodiversidade do Cerrado, sendo, assim, o responsável pelo primeiro grande déficit arbóreo de Palmas (Paz, 2009). No projeto original da cidade, Figuera (2005) destaca, a previsão de um sistema de áreas verdes composto por Parque Ecológico com Jardim Botânico e zoológico, Parques Urbanos, Parques Lineares e áreas verdes comunitárias, perfazendo uma média de área verde por habitante superior aos índices internacionais.

Essa dinâmica, ainda que absurda, serviu e segue servindo de parâmetro para a abertura das novas quadras ainda não urbanizadas até os dias atuais, tornando-se uma prática comum o desmatamento seguido de replantio a partir do uso de espécies exóticas. Em um estudo acerca das espécies presentes na cidade, Reis (2010) identificou 129 espécies nativas do cerrado e 89 espécies exóticas em 80 quadras, porém 66% da cobertura vegetal nativa encontra-se nas quadras não urbanizadas e apenas 10% nas quadras urbanizadas, evidenciando a enorme redução da cobertura vegetal nativa na cidade conforme o crescimento urbano ocorre.

Do ponto de vista da distribuição espacial da arborização na cidade, o Diagnóstico de Arborização de Palmas (2015) oferece um estudo bem detalhado, a partir do qual se faz possível aferir algumas conclusões importantes, dentre as quais destacamos:

- A Região das ARNOs (Áreas Residenciais Norte) foi apontada como aquela que possui o menor índice de arborização quando comparado ao restante da cidade. Cabe destacar que se trata de uma região ocupada primordialmente por população de baixa renda e sua origem está associada a um histórico de ocupações por movimentos sociais configurando-se, portanto, como uma região de tratamento <periférico> dentro os limites da malha urbana projetada, que de acordo com Bottura (2023) pode ser identificada como um quadrante insurgente na cidade.
- A região Palmas Sul, onde se concentra o maior contingente de população de baixa renda na cidade, no diagnóstico está representada

pelos bairro Jardim Aurenny (I,II, III e IV), primeiros loteamentos periféricos implantadas pelo poder público na capital e símbolo da segregação socioespacial anteriormente referida. Na análise das ruas e áreas verdes, destaca-se que a arborização encontrada em sua maioria tem indícios de ser implantada pelos próprios moradores, com um alto índice de presença de árvores de espécies exóticas, o que compromete a biodiversidade local, além de frequentemente criarem conflitos com a rede elétrica devido ao mau posicionamento, uma vez que não há um planejamento para o seu plantio. Também nesta região, observa-se a presença de uma importante unidade de conservação em torno do Córrego do Machado, que concentra a maior cobertura vegetal nativa da cidade, no entanto em processo avançado de antropização. Nos dias atuais, a área é foco de intervenção do poder público municipal através do projeto do Parque do Córrego do Machado, cuja implantação está prevista para os próximos anos.

- Em todas as regiões analisadas no âmbito do Diagnóstico foi identificado déficit de arborização, com maior concentração nas regiões mais densas da cidade. Também em todas elas foi apontado o plantio excessivo de espécies exóticas e o mau posicionamento dos indivíduos arbóreos com relação à fiação elétrica.

Estes breves apontamentos sintetizam as principais questões contidas no documento que nos interessam para efeito da pesquisa, a partir dos quais pode-se aferir que o projeto e a implantação da pretensa <Capital Ecológica>, perdeu a sua oportunidade de se tornar ambientalmente sustentável, não apenas no indistinto desmatamento inicial, mas também na continuidade de uma prática pouco cuidadosa com o planejamento ambiental.

Tais questões puderam ser aferidas por meio do estudo dos níveis de arborização nas áreas verdes não edificantes das quadras residenciais da cidade. Neste, a principal dificuldade encontrada diz respeito à forma desigual de disponibilização de dados pela prefeitura referente aos projetos dos loteamentos residenciais situados em diferentes regiões da cidade, que reflete as discrepâncias existentes no próprio

planejamento urbano, na medida em que distingue uma malha urbana projetada – entendida como região do <Plano Diretor= e, portanto, a cidade oficial – da região inicialmente destinada a uma expansão futura da capital, mas precocemente direcionada para a moradia da população de baixa renda, conhecida como "Palmas Sul=.

A primeira, parte da grelha ortogonal, com quadras bem definidas, quadras residenciais em sua maioria micro parceladas e projetados obedecendo a percentuais mínimos de áreas verdes não edificantes, áreas públicas institucionais, de acordo com a Lei Federal 67.66/1979 e legislações municipais. Do outro lado, Palmas Sul, concentrando um alto contingente de loteamentos populares e, portanto, com lotes e espaços de dimensões reduzidas, em parte promovidos pelo poder público, em parte pela iniciativa privada. O tratamento diferenciado a esta região reflete-se nas políticas urbanas, na medida em que conta com uma legislação específica de ordenamento do uso do solo, baseada em parâmetros distintos dos utilizados no restante da cidade.

Em termos de desenho urbano, observa-se total discrepância entre o traçado da malha nas quadras projetadas do Plano Diretor e nos setores periféricos, que se traduzem em vias e calçadas mais estreitas nestes últimos, maior densidade construtiva, que impactam diretamente na distribuição de áreas institucionais e áreas verdes. Estas, por sua vez, na base de dados geográficos disponíveis publicamente, não apresentam diferenciação, sendo todas classificadas como áreas públicas municipais (APM), sem distinguir áreas institucionais das áreas verdes não edificantes. A ausência destas informações, aliada à dificuldade de identificar parâmetros comuns, capazes de promover um estudo comparativo que comprovasse quantitativamente os diferentes graus de arborização em todas as áreas verdes da cidade, conduziram à necessidade de ajustes no foco da pesquisa.

Estes então foram então os motivos que levaram à restrição do levantamento quantitativo de áreas verdes públicas não edificantes à

região do Plano Diretor e redirecionamento do foco dos estudos da região Palmas Sul, mais especificamente para os lotes identificados como praças públicas, a partir dos levantamentos realizados pela Fundação municipal de Meio ambiente, por meio dos memoriais descritivos de cada loteamento.

Estudo as áreas verdes não edificantes

Os resultados do estudo de áreas verdes não edificantes na região do Plano Diretor foram traduzidos sob a forma de mapas que, para uma melhor visualização foram divididos por quadrantes da cidade. Nestes, os levantamentos contemplam todas as áreas verdes localizadas no interior das quadras, canteiros das avenidas internas e externas e rotatórias. Tendo em vista o impacto no cálculo de áreas, foram excluídas as quadras ainda sem microparcelamento e parques urbanos.

Os dados coletados referentes à Área Residencial Noroeste (ARNO) demonstram a presença de 236 áreas verdes parcialmente arborizadas (37,1% do total) que, somadas, perfazem uma área correspondente a 53% da metragem quadrada total correspondente desta região (Tabela 1). Se somarmos este resultado aos números registrados de áreas verdes arborizadas, percebe-se a presença de arborização em 68,1% das áreas verdes, ainda que, em sua maioria, estas não apresentem zonas de sombreamento contínuo.

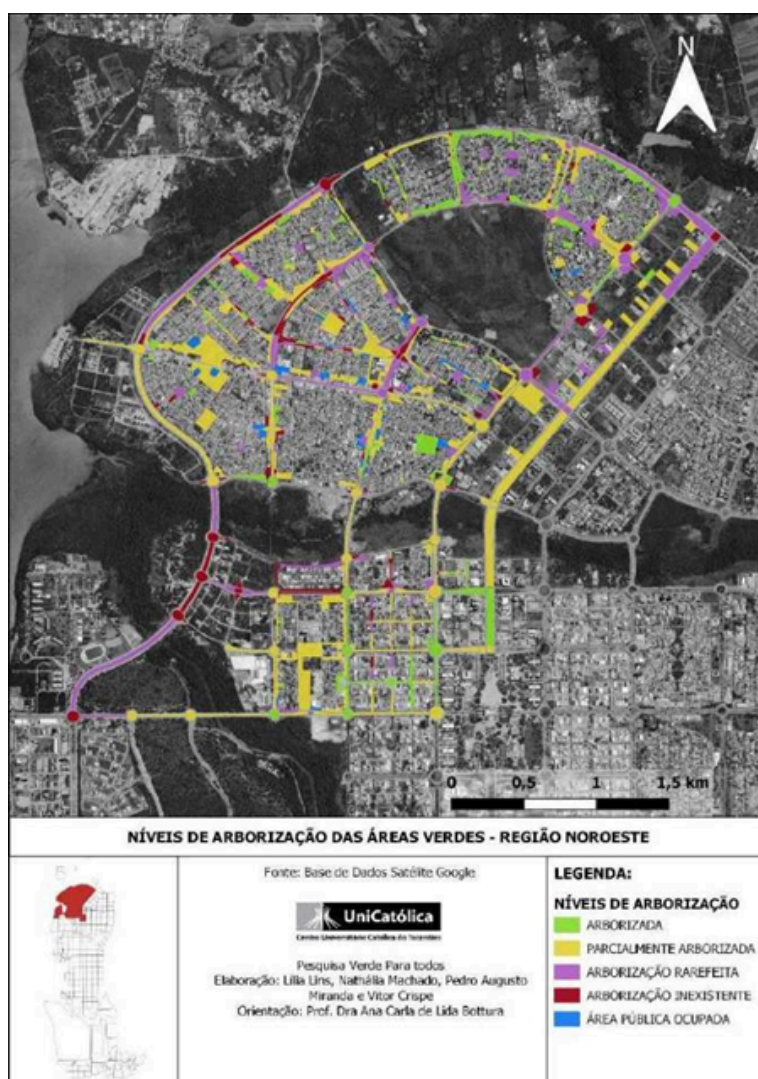
Tabela 1 – Níveis de arborização de áreas verdes da região Noroeste

CLASSIFICAÇÃO NÍVEIS DE ARBORIZAÇÃO	QUANT.	%	ÁREA TOTAL (m ²)	%
Arborizada	127	20,0	200.956,64	15,1
Parcialmente arborizada	236	37,1	703.394,80	53,0
Arborização Rarefeita	120	18,9	275.134,47	20,7
Inexistente	95	14,9	102.905,98	7,8
Áreas verde ocupada	58	9,1	44.400,04	3,3
	636	100,0	1.326.791,93	100,0

Fonte: Elaboração própria, 2024

Ao avaliar o mapa de níveis de arborização das áreas verdes (Fig.1) observa-se que uma parte expressiva das áreas arborizadas e parcialmente arborizadas está localizada às margens da Avenida Teotônio Segurado e nos canteiros das avenidas NS e LO. Já do ponto de vista das quadras residenciais, a única quadra com área verde efetivamente arborizada é a 303N, contrastando com a sua vizinha, a quadra 305N, que não apresenta sequer áreas verdes disponíveis para arborização, e com as demais quadras, que demonstram uma diversidade muito grande de situações. Observa-se, assim, um tratamento bastante irregular na arborização das áreas públicas, além da expressiva incidência de 58 áreas verdes ocupadas, perfazendo 3,3% da área total registrada.

Figura 1 – Mapa de níveis de arborização de áreas verdes: Região Noroeste



Fonte: Elaboração própria, 2024

O estudo da região Área Residencial Nordeste – ARNE (Tabela 2) revela a presença de um baixíssimo índice de áreas verdes arborizadas (8,4%) , no entanto, uma presença expressiva de áreas parcialmente arborizadas (37,7%). Somados, esses dois índices alcançam 46,1% de áreas com presença razoável de árvores, que se mostra inferior aos 53,9% correspondentes à somatória das áreas de arborização rarefeita (31%) e inexistente (22,9%). Portanto, ainda que aqui não tenham sido encontradas áreas verdes ocupadas, em comparação à ARNO, esta região totaliza uma área menor com presença de arborização nas suas áreas verdes públicas.

Tabela 2 – Níveis de arborização das áreas verdes da região Nordeste

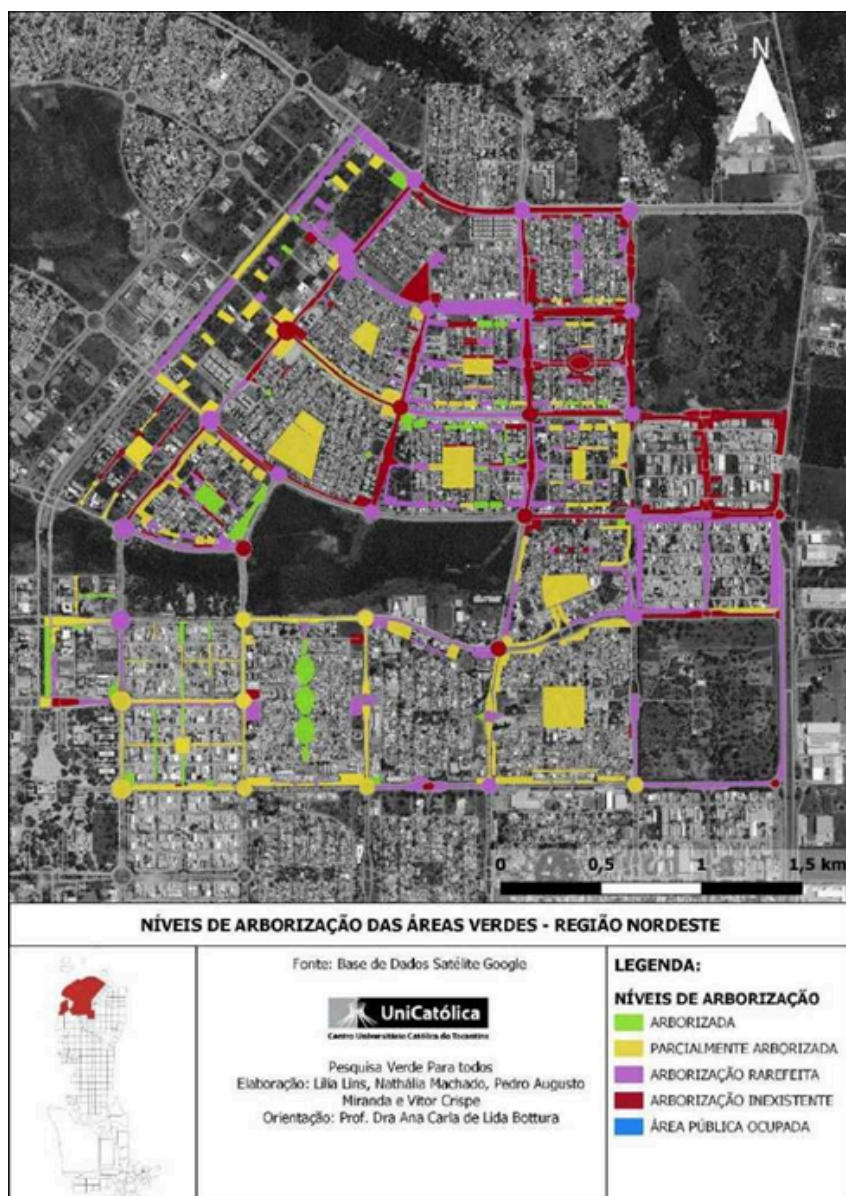
CLASSIFICAÇÃO NÍVEIS DE ARBORIZAÇÃO	QUANT.	%	ÁREA TOTAL (m²)	%
Arborizada	54	9,6	108.679,85	8,4
Parcialmente arborizada	157	27,9	487.833,94	37,7
Arborização Rarefeita	164	29,2	400.443,24	31,0
Inexistente	187	33,3	296.451,29	22,9
	562	100,0	1.293.408,31	100,0

Fonte: Elaboração própria, 2024

O cruzamento das informações quantitativas fornecidas pela planilha de áreas e o mapeamento realizado proporciona uma leitura mais aprofundada de cada caso. No mapa (Fig.2), observa-se, uma diferença expressiva no tratamento da Av. Teotônio Segurado em relação à margem noroeste, uma vez que aqui a maior parte das áreas verdes encontram-se com arborização rarefeita. No interior das quadras residenciais, percebe-se que o alto índice de áreas parcialmente arborizadas se dá pelas dimensões das praças que se encontram nesta classificação, no entanto a sua distribuição está concentrada em algumas quadras (208N, 408N, 406N, 404N, 504N e 506N). Por outro lado, é perceptível a presença massiva de áreas com classificação de arborização rarefeita e inexistente por uma grande extensão, ao longo das avenidas que circundam a maior parte das

quadras e no interior de algumas delas, como na 212N, 412N, 508N e 606N. As poucas áreas verdes arborizadas presentes estão concentradas na quadra 106N, mais próxima à região central da cidade e na quadra 304N.

Figura 2 – Mapa de níveis de arborização de áreas verdes: Região Nordeste

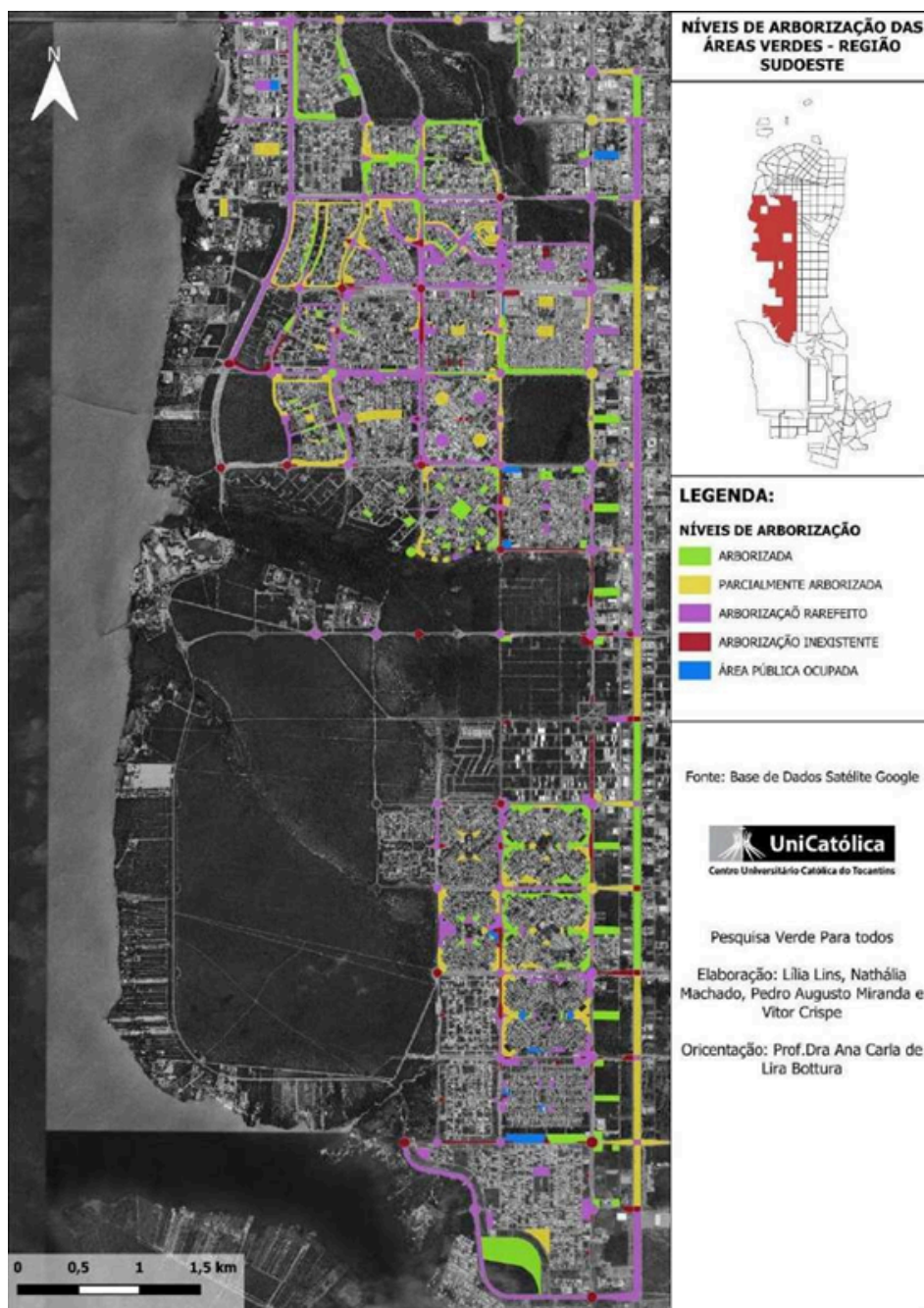


Fonte: Elaboração própria, 2024

A região Sudoeste é a porção da malha urbana que concentra o maior vazio urbano da cidade, contemplando mais de vinte quadras ainda sem microparcelamento. Tendo em vista evitar interpretações

equivocadas dos dados, foi necessário excluir estas áreas do estudo, ainda que se reconheça que a presença de vegetação nativa nestas áreas produz um efeito direto nas temperaturas registradas nos espaços públicos dessa região.

Figura 3 – Mapa de níveis de arborização de áreas verdes: Região Sudoeste



Fonte: Elaboração própria, 2024

A observação do mapa de níveis de arborização das áreas verdes da ARSO (Área Residencial Sudoeste) revela a intensidade da presença de áreas arborizadas, que cobrem uma área um total 38,4% da região, e das áreas com arborização rarefeita, que correspondem a 33,2% da extensão de áreas verdes (Fig.3).

Tabela 3 – Níveis de arborização das áreas verdes da região Sudoeste

CLASSIFICAÇÃO NÍVEIS DE ARBORIZAÇÃO	QUANT.	%	ÁREA TOTAL (m²)	%
Arborizada	294	32,7	1.164.246,56	38,4
Parcialmente arborizada	145	16,1	654.681,53	21,6
Arborização Rarefeita	321	35,7	1.005.365,03	33,2
Inexistente	126	14,0	147.172,86	4,9
Áreas verdes ocupadas	13	1,4	60.225,62	2,0
	899	100,0	3.031.691,59	100,0

Fonte: Elaboração própria, 2024

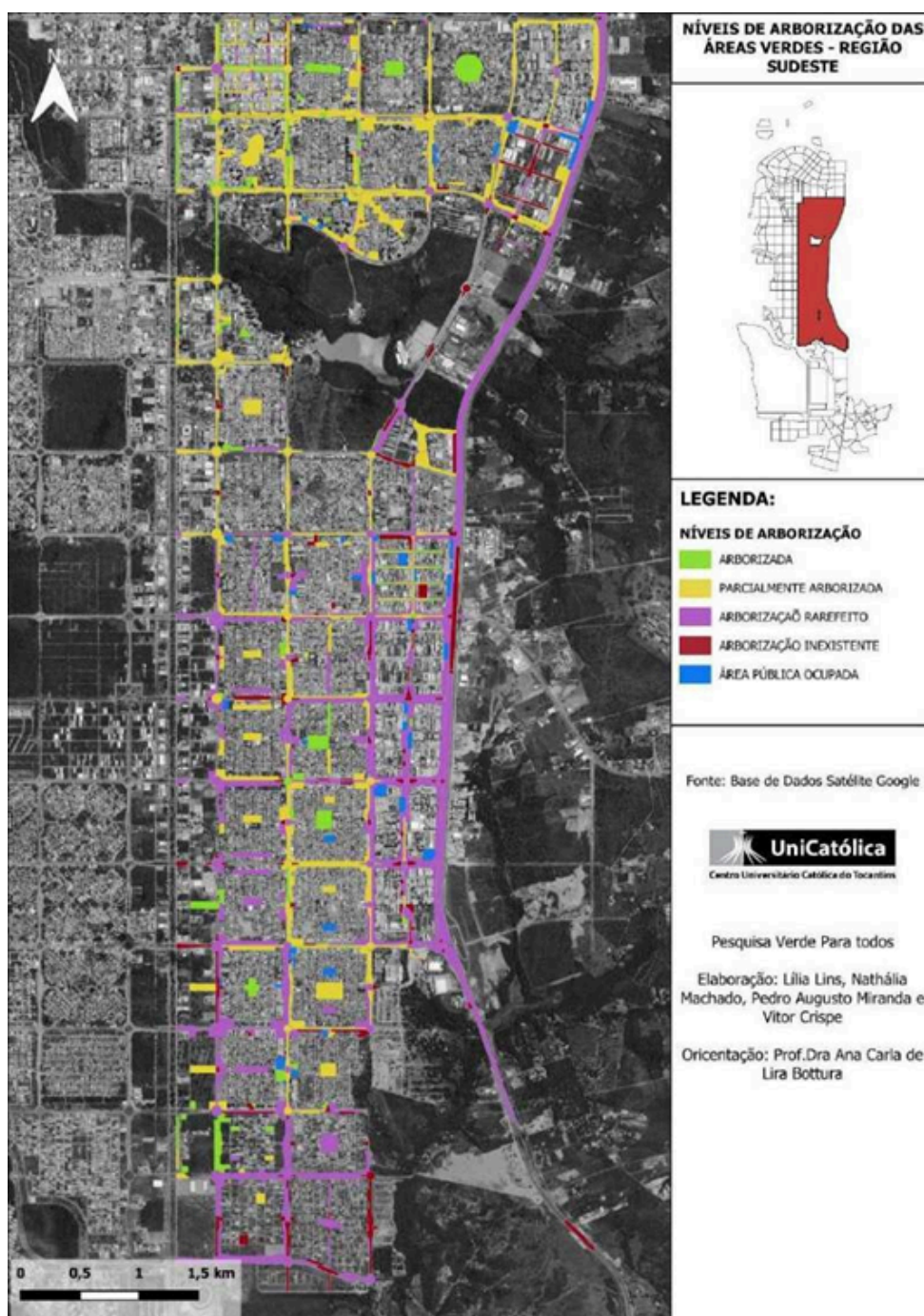
Já a região Sudeste destaca-se por uma alta concentração de áreas verdes com arborização rarefeita (44,2%), seguida pela presença expressiva de áreas parcialmente arborizadas (36,0%). Na observação do mapeamento (Fig.4), verifica-se claramente a tendência à redução do nível de arborização à medida em que nos afastamos do centro da cidade de seguimos na direção sul, reforçando a já conhecida prática de privilegiar a região central em detrimento das periferias.

Tabela 4 – Níveis de arborização das áreas verdes da região Sudeste

CLASSIFICAÇÃO NÍVEIS DE ARBORIZAÇÃO	QUANT.	%	ÁREA TOTAL (m²)	%
Arborizada	111	10,8	283.046,01	9,2
Parcialmente arborizada	348	33,9	1.107.350,13	36,0
Arborização Rarefeita	336	32,7	1.359.796,35	44,2
Inexistente	186	18,1	191.639,43	6,2
Áreas verdes ocupadas	46	4,5	134.960,00	4,4
	1027	100,0	3.076.791,92	100,0

Fonte: Elaboração própria, 2024

Figura 4 – Mapa de níveis de arborização de áreas verdes: Região Sudeste



Fonte: Elaboração própria, 2024

Ao observar a tabela comparativa entre os quatro quadrantes do Plano Diretor (Tabela 5), verifica-se que a região oeste é aquela que apresenta as melhores condições de arborização na cidade, sendo que Área Residencial Sudoeste é aquela que apresenta o maior índice de áreas verdes arborizadas, seguida pela região Noroeste, com o maior

índice de áreas parcialmente arborizadas. A Área Residencial Nordeste aparece como aquela que registra os menores índices de arborização, seguida da Área Residencial Sudeste.

Tabela 5– Resumo dos Níveis de arborização de áreas verdes na região do Plano Diretor

Tabela 5– Resumo dos Níveis de arborização de áreas verdes na região do Plano Diretor

CLASSIFICAÇÃO	NORDESTE		NOROESTE		SUDESTE		SUDOESTE		ÁREA TOTAL (m²)
	SUBTOTAL (m²)	%	SUBTOTAL (m²)	%	SUBTOTAL (m²)	%	SUBTOTAL (m²)	%	
Arborizada	108.679,85	8,4	200.956,64	15,1	283.046,01	9,2	1.164.246,56	38,4	1.756.929,05
Parcialmente arborizada	487.833,94	37,7	703.394,80	53,0	1.107.350,13	36,0	654.681,53	21,6	2.953.260,40
Arborização Rarefeita	400.443,24	31,0	275.134,47	20,7	1.359.796,35	44,2	1.005.365,03	33,2	3.040.739,09
Inexistente	296.451,29	22,9	102.905,98	7,8	191.639,43	6,2	147.172,86	4,9	738.169,56
Áreas verdes ocupadas	-	-	44.400,04	3,3	134.960,00	4,4	60.225,62	2,0	239.585,65

Fonte: Elaboração própria, 2024

Estudo de arborização nas praças públicas

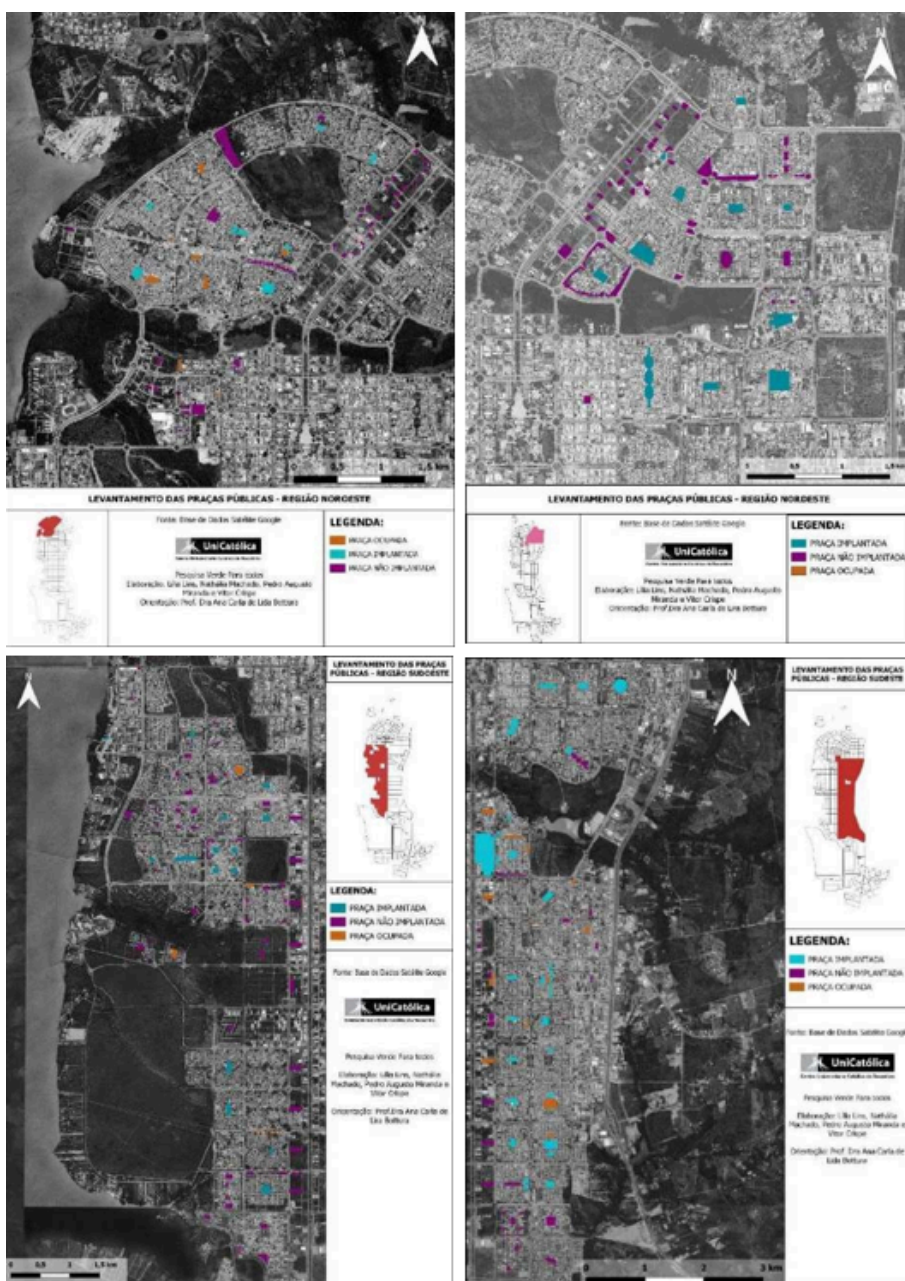
Conforme explicitado anteriormente, o redirecionamento do enfoque da pesquisa para as praças da cidade foi a estratégia que permitiu estabelecer um estudo comparativo que englobasse a região periférica de Palmas Sul. Este estudo contou com três etapas, sendo a primeira delas dedicada à identificação das praças implantadas, não implantadas e ocupadas em cada região da cidade; a segunda com o foco na classificação dos níveis de arborização somente das praças implantadas; e a terceira de trabalho de campo, direcionado à observação da infraestrutura disponível e medição de temperaturas no sol e na sombra em praças selecionadas.

O mapeamento das praças, assim identificadas formalmente nos memoriais descritivos dos loteamentos aprovados, revelou uma perceptível escassez em quase toda a cidade, com exceção da Área Residencial Sudeste (ARSE), que conta com a maior proporção de praças implantadas. Ao considerar as áreas onde se concentram os maiores índices de densidade populacional da cidade (ARNO e Palmas

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

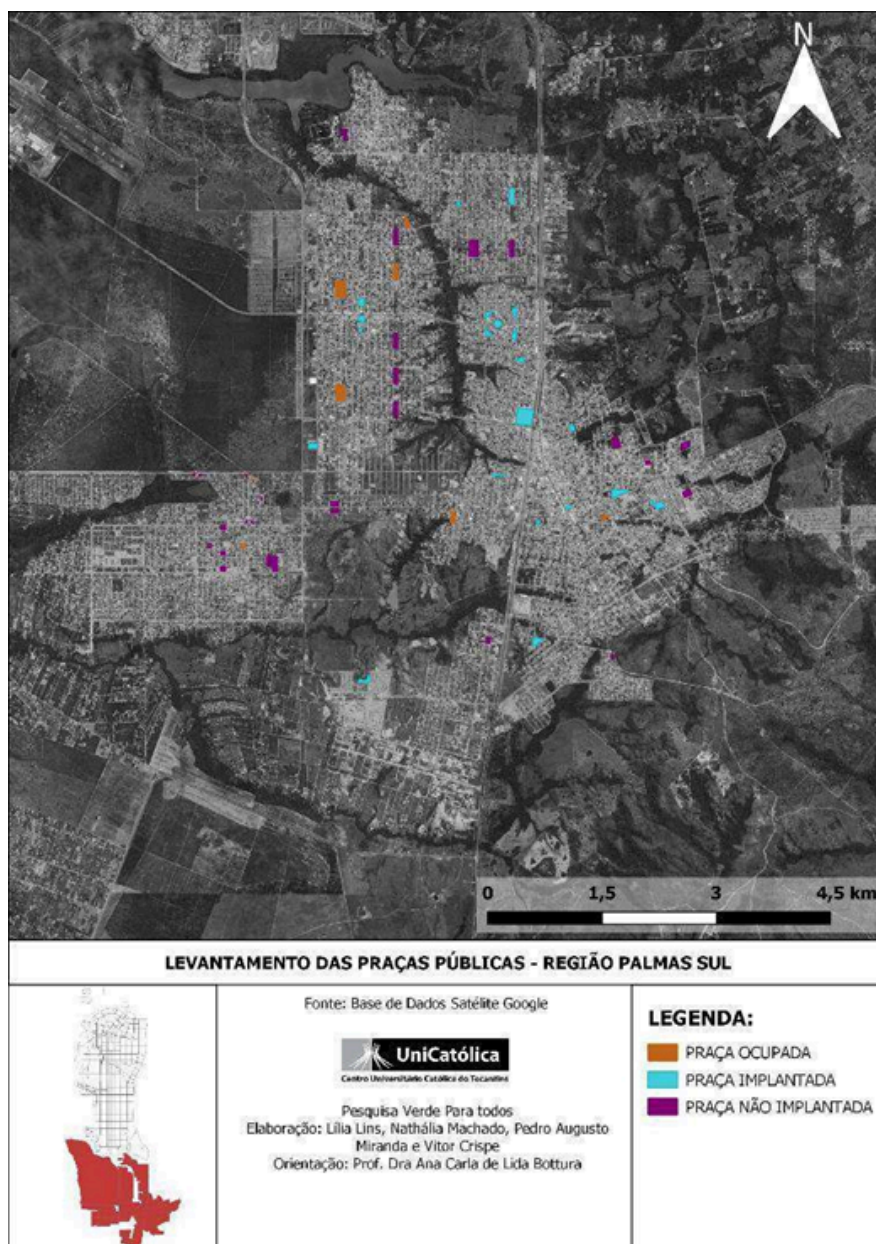
Sul), percebe-se que, ainda que tenham sido registradas praças implantadas de maneira pulverizada ao longo das quadras e setores, a oferta se apresenta desproporcional à demanda, em especial na região Palmas Sul, no setor Jardim Aurenny 3, o mais populoso da cidade, de acordo com dados do IBGE (2010). Em todas as regiões foram encontradas áreas públicas que deveriam ser destinadas a praças ocupadas por edifícios públicos ou particulares.

Figuras 5, 6, 7 e 8 – Levantamento de Praças Públicas na área do Plano Diretor



Fonte: Elaboração própria, 2024

Figura 9 – Levantamento de Praças Públicas Palmas Sul



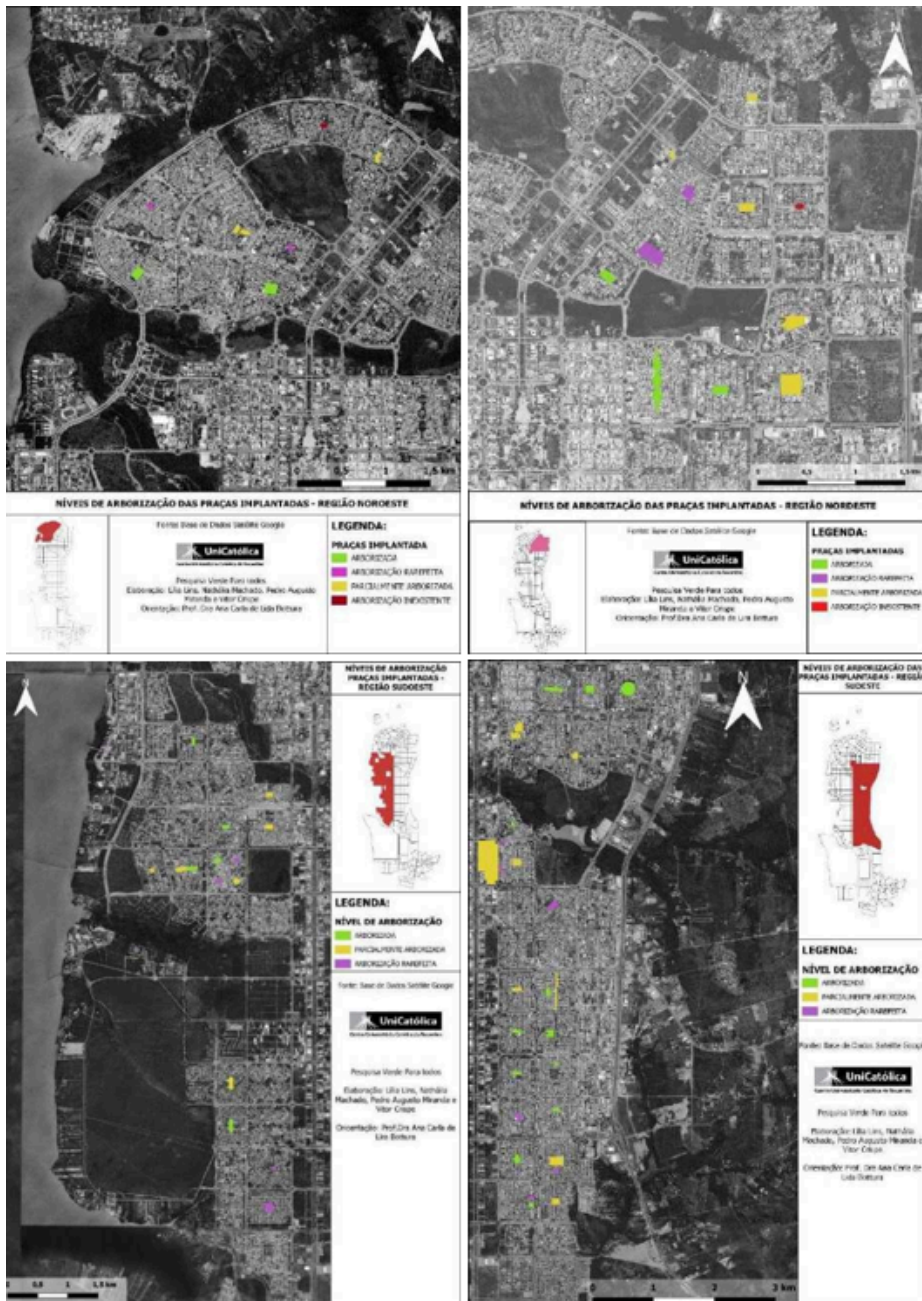
Fonte: Elaboração própria, 2024

O estudo das praças implantadas forneceu uma visão mais abrangente acerca do tratamento dado aos espaços públicos pelo poder público municipal, com foco na arborização e na implantação de mobiliário urbano (vide Registro Fotográfico no Apêndice B). A partir da classificação dos níveis de arborização das praças implantadas foi possível verificar os seguintes dados:

- a) ARNO (Fig.10) – dentre as 11 quadras residenciais presentes na ARNO, 63,63% possuem praças implantadas, sendo que destas 28,6% são arborizadas, 28,6% são parcialmente arborizadas, 28,6% têm arborização rarefeita e 14,2% não possuem arborização.
- b) ARNE (Fig.11) – dentre as 16 quadras residenciais ocupadas presentes da ARNE, 56,25% possuem praças implantadas, sendo que destas 33,3% são arborizadas, 33,3% são parcialmente arborizadas, 22,2% têm arborização rarefeita e 11,1% não possuem arborização.
- c) ARSO (Fig.12) – dentre as 30 quadras residenciais ocupadas presentes da ARSO, 36,67% possuem praças implantadas. Como algumas quadras contam com mais de uma praça, aqui foram contabilizadas 15 praças, sendo que destas 33,3% são arborizadas, 40,0% são parcialmente arborizadas e 26,7% têm arborização rarefeita. Não foram registradas praças implantadas sem arborização.
- d) ARSE (Fig.13) – dentre as 27 quadras residenciais ocupadas presentes da ARSO, 60,71% possuem praças implantadas. Como algumas quadras contam com mais de uma praça, aqui foram contabilizadas 21 praças, sendo que destas 42,9% são arborizadas, 38,1% são parcialmente arborizadas e 19,0% têm arborização rarefeita. Não foram registradas praças implantadas sem arborização.

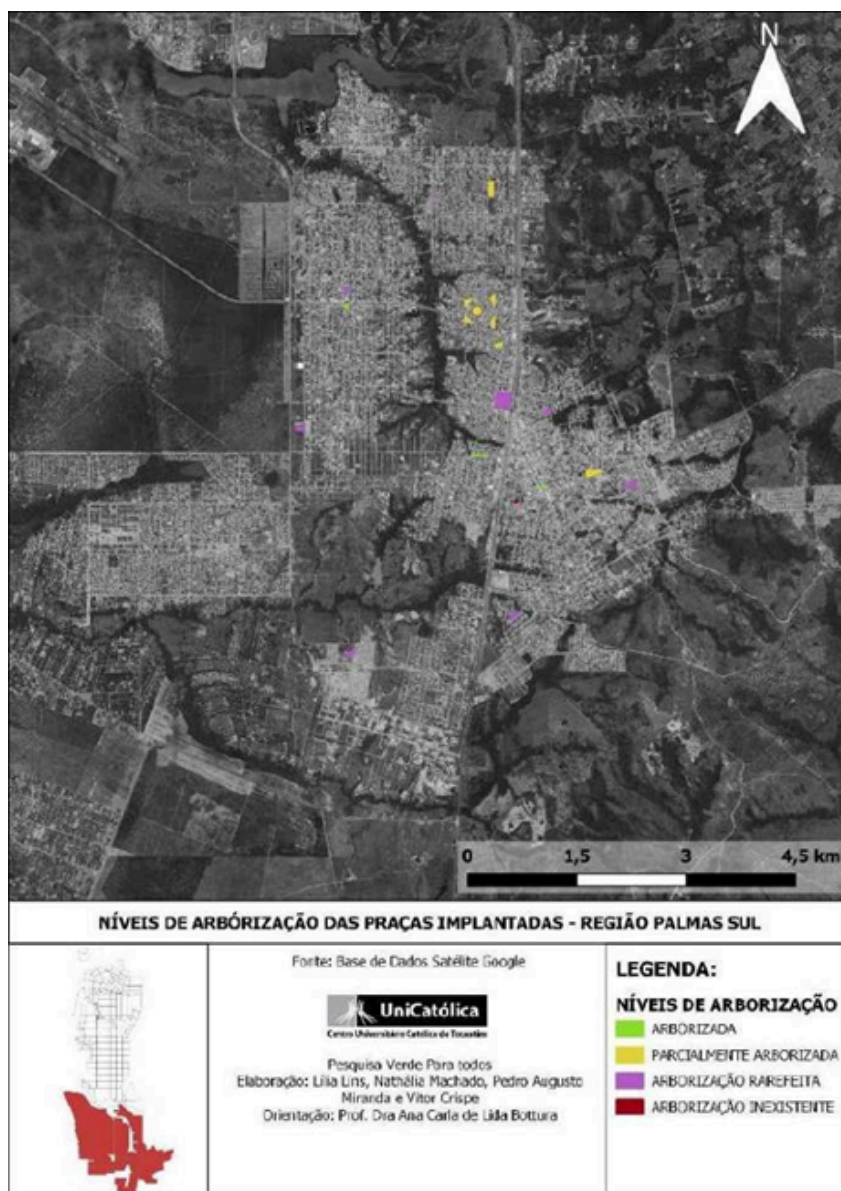
Figuras 10, 11, 12 e 13 – Níveis de arborização nas praças implantadas na região do Plano Diretor

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)



Fonte: Elaboração própria, 2024

Figura 14 – Níveis de arborização nas praças implantadas na região Palmas Sul



Fonte: Elaboração própria, 2024

e) Palmas Sul (Fig.14) – conforme explicitado anteriormente, a análise desta região não pôde seguir os mesmos parâmetros quantitativos das anteriores, tendo em vista a sua distribuição por setores em dimensões e formatos completamente distintos do padrão existente nas quadras da região do Plano Diretor. O que aqui se destaca na observação do mapeamento das praças implantadas é a ocorrência de setores inteiros sem uma praça implantada sequer, a exemplo do Jardim Taquari, Santa Bárbara, Bertaville, entre outros, e mesmo setores mais recentes como o Jardim Vitória, Jardim Laila e Recanto das

Araras. No Jardim Aurenny 3, apenas 3 pequenas praças implantadas foram registradas, sendo 2 delas com arborização rarefeita e apenas 1 arborizada. O setor Jardim Aurenny I mais antigo da região, é aquele que concentra maior número de praças implantadas, contando com 6 pequenas praças parcialmente arborizadas foram encontradas, o que, comparado ao padrão de todo o restante da cidade, pode ser considerado como o setor mais bem servido neste quesito. No Jardim Aurenny II encontra-se a principal e maior praça da região Palmas Sul, que é onde se encontra o Ginásio Ayrton Senna, equipamento esportivo que atende a toda a população do entorno. No Jardim Aurenny 4 registrou-se apenas uma praça parcialmente arborizada. Em toda a extensão do setor Taquaralto, composto por diversos loteamentos populares, foram registradas apenas 5 pequenas praças implantadas, sendo apenas 1 dela arborizada, 1 parcialmente arborizada, 2 com arborização rarefeita e 1 sem arborização.

A última etapa do estudo da arborização nas praças públicas de Palmas contou com a seleção das principais praças pertencentes às três principais categorias estudadas (Arborizadas, Parcialmente arborizada e Rarefeita) em cada uma das Áreas Residenciais da região do Plano Diretor e na região Palmas Sul (ver localização das praças no Apêndice A). Nestas foram realizadas medições de temperaturas máximas e mínimas no sol e na sombra, além do registro da umidade máxima e mínima. Como resultado obteve-se a Tabela 6, na qual estão registrados os dados coletados em campo, além das temperaturas e umidades médias registradas nos dias de trabalho de campo. Estas últimas informações têm como objetivo fornecer subsídios para a verificação das variações diárias e das suas possíveis influências nos valores encontrados.

Tabela 6 – Tabela resumo de temperatura e umidade relativa registradas nas praças estudadas.

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

REGIÃO	LOCALIZAÇÃO DA PRAÇA / REFERÊNCIA	DATA	NÍVEL DE ARBORIZAÇÃO	HORA INÍCIO	HORA FIM	SOMBRA				SOL				TEMP. MÁX. DIA (1)	UMID. MÉDIA (2)
						MIN (C°)	MAX (C°)	MÉDIA (C°)	UMID. (%)	MIN (C°)	MAX (C°)	MÉDIA (C°)	UMID. (%)		
NORDESTE	110 NORTE	13/08	PARCIAL	13:30	13:56	36,1	37,6	36,8	40,04	36	41	38,5	33	35	46,7
NORDESTE	106 NORTE	13/08	ARBORIZADA	14:05	14:10	35,8	37,51	36,7	35,43	41,48	40,9	41,2	37	35	46,7
NORDESTE	404 NORTE	13/08	RAREFEITA	14:17	14:22	37,6	38,6	38,1	35,5	38,17	39,68	38,9	33	35	46,7
NORDESTE	304 NORTE	13/08	ARBORIZADA	14:30	14:34	38,7	39,7	39,2	34,11	40,2	41,9	41,1	35	35	46,7
NORDESTE	504 NORTE	13/08	RAREFEITA	14:50	14:56	36,2	39,5	37,9	35	36,64	42,1	39,4	31	35	46,7
NORDESTE	508 NORTE	13/08	INEXISTENTE	15:01	15:06	36,3	36,89	36,6	36,5	39,35	40,5	39,9	31,84	35	46,7
NORDESTE	SANTO AMARO	13/08	PARCIAL	15:12	15:16	36,9	39,1	38,0	34,3	38,8	39,17	39,0	33	35	46,7
NOROESTE	605 NORTE	15/08	RAREFEITA	14:26	14:33	35,4	36,99	36,2	35,8	36,65	39,1	37,9	33,3	34	46,7
NOROESTE	603 NORTE	15/08	PARCIAL	14:40	14:52	34,2	34,96	34,6	38,24	37,11	38,25	37,7	32,48	34	46,7
NOROESTE	407 NORTE	15/08	RAREFEITA	15:05	15:12	34,2	34,32	34,3	42,23	35,16	35,7	35,4	39,23	34	46,7
NOROESTE	307 NORTE	15/08	ARBORIZADA	15:18	15:26	33,5	33,98	33,8	44,23	35,66	37,33	36,5	35,95	34	46,7
NOROESTE	405 NORTE	15/08	PARCIAL	15:37	15:44	34,8	35,44	35,1	38,46	36,9	38,32	37,6	32,6	34	46,7
NOROESTE	403 NORTE	15/08	RAREFEITA	15:48	15:54	35,2	35,4	35,3	35,84	37,07	37,44	37,3	33,65	34	46,7
NOROESTE	303 NORTE	15/08	ARBORIZADA	16:00	16:10	35,2	35,31	35,3	39,66	36,11	37,88	37,0	35,66	34	46,7
SUDESTE	110 SUL	21/08	ARBORIZADA	13:30	13:50	35,8	35,95	35,9	30,4	41,61	42,08	41,8	24,55	36	38,9
SUDESTE	108 SUL	21/08	PARCIAL	13:53	14:05	36,5	36,94	36,7	29,16	40,28	40,92	40,6	25,6	36	38,9
SUDESTE	504 SUL	21/08	PARCIAL	14:20	14:32	36,9	37,35	37,1	29,9	38,18	39,4	38,8	27,11	36	38,9
SUDESTE	606 SUL	21/08	RAREFEITA	14:38	14:48	35,7	35,91	35,8	30,48	36,25	37,44	36,8	29,38	36	38,9
SUDESTE	1104 SUL	21/08	RAREFEITA	14:53	15:04	36,6	36,73	36,7	28,66	38,34	39,72	39,0	26,12	36	38,9
SUDESTE	1206 SUL	21/08	PARCIAL	15:08	15:20	35,9	35,99	35,9	30,49	40,53	41,56	41,0	23,01	36	38,9
SUDESTE	1204 SUL	21/08	ARBORIZADA	15:25	15:35	36,2	36,3	36,3	31,33	37,45	38,74	38,1	31,6	36	38,9
SUDOESTE	303 SUL	22/08	PARCIAL	13:30	12:44	37	37,81	37,4	30,45	40,82	41,23	41,0	23,32	36	38,9
SUDOESTE	403 SUL	22/08	ARBORIZADA	12:40	13:57	35,4	35,62	35,5	32,21	40,72	41,37	41,0	24,95	36	38,9
SUDOESTE	405 SUL	22/08	ARBORIZADA	14:02	14:14	36,9	36,99	36,9	30,27	39,7	40,1	39,9	27,05	36	38,9
SUDOESTE	1005 SUL	22/08	PARCIAL	14:22	14:30	36,6	36,74	36,7	33,48	39,61	41,41	40,5	26	36	38,9
SUDOESTE	1203 SUL	22/08	RAREFEITA	14:41	14:53	37,5	37,38	37,5	24,37	40,1	41,4	40,8	21,16	36	38,9
SUDOESTE	1303 SUL	22/08	RAREFEITA	14:59	15:13	36,2	36,42	36,3	30,49	40,46	41,61	41,0	24,47	36	38,9
PALMAS SUL	ESTAÇÃO XERENTE	29/08	PARCIAL	13:21	13:30	34,5	34,66	34,6	28,17	39,33	39,8	39,6	22,84	35	37,3
PALMAS SUL	PRAÇA BRASÍLIA	29/08	PARCIAL	13:34	13:41	34	34,49	34,2	29,72	37,94	38,89	38,4	26,02	35	37,3
PALMAS SUL	GINÁSIO AYRTON SENA	29/08	RAREFEITA	13:46	13:56	33,8	34,14	34,0	30,24	37,08	38,92	38,0	25,78	35	37,3
PALMAS SUL	RAU RUBI	03/09	RAREFEITA	13:13	13:18	33,74	37,37	35,6	21,26	39	39,21	39,1	17,1	36	34,9
PALMAS SUL	PRAÇA VALE DO SOL	03/09	PARCIAL	13:21	13:27	36,1	36,82	36,5	19,79	39,64	41,6	40,6	16,3	36	34,9
PALMAS SUL	PRAÇA DA IGREJA	03/09	ARBORIZADA	13:30	13:36	38,4	38,3	38,3	19,86	41,63	41,97	41,8	15,78	36	34,9
PALMAS SUL	QUADRA POLIESPORTIVA	03/09	RAREFEITA	12:40	13:46	37,2	38,76	38,0	18,61	39,6	40,77	40,2	16,83	36	34,9

(1) De acordo com registro do Accuweather, disponível em: https://www.accuweather.com/pt/br/palmas/36879/august-weather/36879?year=2024#google_vignette

(2) De acordo com os Boletins Meteorológicos Semanais disponibilizados pelo Labmet na Estação Meteorológica de Palmas/TO: <https://www.uft.edu.br/campus/palmas/laboratorios/laboratorio-de-meteorologia-e-climatologia/boletins-meteorologicos>

A análise da tabela não foi conclusiva, uma vez que foi detectada uma variação muito grande de valores registrados nas diferentes classificações de praças. Assim, não foi possível distinguir um padrão de dados que seja capaz de produzir informações precisas acerca da influência da presença da arborização com as temperaturas e umidades relativas registradas.

CONCLUSÃO

No que tange aos objetivos da presente pesquisa, as principais conclusões às quais se chegaram referem-se à verificação de um padrão diferenciado no tratamento dos espaços públicos das áreas centrais da cidade em detrimento da região Palmas Sul. Este padrão pode ser evidenciado pelas próprias premissas do desenho urbano das quadras da malha projetada e pela presença regular de praças públicas previstas e implantadas nessas áreas, contrastando com um panorama de escassez e fragilidades do ponto de vista das áreas verdes públicas destinadas ao lazer da população de baixa renda que habita as periferias da cidade.

No entanto, do ponto de vista da presença da arborização urbana nos espaços públicos da cidade, principal foco da pesquisa, observou-se que a escassez é generalizada, de forma que toda a cidade carece de uma maior atenção ao suprimento do déficit arbóreo, tendo em vista a redução das ilhas de calor, incremento dos índices de umidade do ar, aumento da permeabilidade do solo e melhoria das condições de drenagem superficial, entre muitos outros benefícios.

Nos mapeamentos e trabalho de campo realizados observou-se o forte impacto da ação voluntária dos próprios moradores no plantio em áreas verdes urbanas, sobretudo nas regiões periféricas, o que, por um lado contribui para a redução do déficit, no entanto, por outro lado aumenta expressivamente o plantio de espécies não nativas. Tal prática apresenta prejuízos do ponto de vista da manutenção da biodiversidade local, uma vez que prejudica a alimentação das aves que dependem de frutos e sementes típicos do bioma local. Além disso, do ponto de vista do estudo da arborização urbana relacionada à segregação socioespacial, a prática do plantio realizada por moradores da periferia também produz resultados diferentes do esperado, uma vez que ela impacta diretamente nos índices encontrados.

Ainda assim, as principais contribuições do presente estudo estão presentes no registro dos níveis de arborização na cidade sob a forma de mapeamento, material que poderá servir de subsídio para ações de planejamento de ações de plantio pelo poder público e organizações civis dedicadas a esta causa.

REFERÊNCIAS

BOTTURA, Ana Carla de Lira. Palmas, cidade neoliberal. Conflitos, produção de consensos e luta pela moradia. Curitiba:Appris, 2023.

Conflitos e produção de consensos na produção da cidade neoliberal: a luta por moradia em Palmas/TO. Tese de Doutorado, USP, 2019.

FIGHERA, Daniela da Rocha. A efetividade do Projeto de Cidade Ecológica de Palmas – TO pelos seus espaços verdes. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Tocantins, 2005.

GRUPOQUATRO. Projeto da capital do estado do Tocantins: Plano básico/Memória. Palmas: Governo do Estado do Tocantins; Novatins, 1989.

LIMA, Gabriel Villas Boas de Amorim; PEREIRA, Marina Morhy ; RIBEIRO JR., Carlos Roberto; AZEVEDO, Luiz Eduardo Chaves de Azevedo; ARAÚJO, Ivan Roberto Santos. O Direito à Cidade Arborizada: a arborização urbana como indicador da segregação socioeconômica em Belém do Pará. In: REVSBAU, Curitiba – PR, v.15, n1, p. 79–96, 2020.

Disponível em: < <https://revistas.ufpr.br/revsbau/article/view/69694>>. Acesso em 03 de junho de 2023.

PALMAS. Diagnóstico de Arborização urbana de Palmas. Prefeitura de Palmas/TO, 2015.

PALMAS. Lei complementar 321 de 13 de agosto de 2015. Dispõe sobre a divisão da Área Urbana da Sede do Município de Palmas em Zonas de Uso e dá outras providências. Disponível em: < <https://legislativo.palmas.to.gov.br/media/leis/lei-complementar-321-2015-08-13-29-10-2015-9-36-35.pdf>> Acesso em 01 de outubro de 2024.

PAZ, Luis Hildebrando Ferreira. A influência da vegetação sobre o clima urbano de Palmas– TO. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

Capítulo 6

Da Informalidade à Regularidade Fiscal: Caminhos para promover a Cidadania Fiscal dos Profissionais Ambulantes na cidade de Palmas/TO

Jeová Brito Silva

Daniela Beppler

Herika Ribeiro dos Santos

Karlan Frank Júnioe Sousa Rocha

Resumo:

O projeto intitulado: "Da Informalidade à Regularidade Fiscal: Caminhos para promover a Cidadania Fiscal dos Profissionais Ambulantes em Palmas/TO" visa investigar os desafios enfrentados pelos ambulantes na transição para a formalização e propor estratégias para incentivar essa mudança. Utilizando uma metodologia baseada em entrevistas e questionários aplicados em feiras e pontos estratégicos da cidade, o estudo identificou barreiras como a burocracia excessiva, falta de infraestrutura e a dificuldade de acesso a informações sobre o processo de regularização. Com base nos resultados, o projeto propõe a criação de uma cartilha para simplificar o processo de formalização e conscientizar sobre os benefícios da cidadania fiscal, como acesso a crédito, direitos trabalhistas e benefícios sociais. Os resultados esperados incluem a promoção da formalização econômica, a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, a redução da desigualdade social e o fortalecimento das finanças públicas locais, contribuindo para um desenvolvimento mais justo e sustentável em Palmas.

Palavras-Chave: Informalidade; Formalização Fiscal; Cidadania Fiscal; Vendedores Ambulantes.

INTRODUÇÃO

A informalidade é um fenômeno recorrente em economias de países em desenvolvimento, sendo responsável por uma parcela significativa das atividades econômicas. No Brasil, esse cenário se repete, especialmente nas grandes cidades e capitais, onde muitos trabalhadores encontram na informalidade uma alternativa de sustento. Palmas, capital do estado do Tocantins, não é exceção. A cidade tem visto um crescimento expressivo em sua economia, com destaque para a urbanização e diversificação de atividades econômicas, e nesse contexto, os profissionais autônomos ambulantes desempenham um papel crucial. Atuando em setores diversos, como alimentação, artesanato e prestação de serviços itinerantes, esses trabalhadores são essenciais para a economia local, mas enfrentam desafios que vão além da simples sobrevivência econômica.

A informalidade dos ambulantes em Palmas está profundamente enraizada em questões sociais e econômicas que afetam diretamente a vida desses trabalhadores. A falta de formalização implica na exclusão desses profissionais de direitos básicos, como acesso a crédito, segurança social, benefícios previdenciários e programas governamentais de apoio. Além disso, a informalidade afeta negativamente a arrecadação tributária do município, o que limita a capacidade da administração pública de investir em áreas essenciais como saúde, educação e infraestrutura. A economia informal, portanto, não apenas coloca em risco a segurança financeira dos trabalhadores, mas também enfraquece a sustentabilidade fiscal e o desenvolvimento socioeconômico da cidade.

Nesse contexto, a pergunta que norteia esta pesquisa é: Como a persistente informalidade entre os profissionais autônomos ambulantes em Palmas/TO afeta a economia local, e quais estratégias podem ser implementadas para mitigar suas consequências tanto em nível individual quanto coletivo? Essa pergunta é relevante porque toca em um problema que está no cerne do desenvolvimento social e econômico

de Palmas. A informalidade, ao criar uma barreira entre os trabalhadores e os benefícios da formalização, contribui para a perpetuação da desigualdade social e impede que esses indivíduos participem plenamente da economia formal. Além disso, investigar as causas da informalidade e as possíveis soluções para mitigá-la significa criar um caminho viável para que esses profissionais possam melhorar sua qualidade de vida e ter mais oportunidades de crescimento.

O processo de transição da informalidade para a formalidade não se resume apenas ao cumprimento das obrigações fiscais; ele envolve, fundamentalmente, a promoção da cidadania fiscal e da inclusão social. A regularização fiscal representa uma porta de entrada para que os trabalhadores possam se tornar participantes ativos da economia formal, com acesso a direitos e benefícios que garantam estabilidade financeira e segurança social. A formalização traz vantagens tanto para o trabalhador quanto para a sociedade. Para o indivíduo, significa a possibilidade de acesso ao crédito, assistência técnica e proteção social, elementos fundamentais para que o negócio cresça de maneira sustentável. Para a sociedade, contribui com o fortalecimento das finanças públicas, aumentando a arrecadação e possibilitando mais investimentos em serviços públicos essenciais, como saúde, educação e segurança.

No entanto, a transição para a formalidade não é simples e envolve superar uma série de barreiras. A pesquisa inicial revelou que muitos vendedores ambulantes enfrentam dificuldades significativas no entendimento das obrigações fiscais, bem como barreiras institucionais como burocracia excessiva e falta de acesso a informações claras e recursos financeiros. A complexidade dos processos de regularização e a percepção de uma carga tributária elevada dificultam a adesão desses trabalhadores ao sistema formal. Além disso, a falta de suporte governamental, infraestrutura precária e dificuldades em acessar serviços de apoio, como consultoria jurídica e capacitação empresarial, são fatores que contribuem para a resistência à formalização.

A investigação sobre a informalidade dos ambulantes em Palmas se justifica não apenas pelo impacto econômico, mas também pelo potencial de transformação social. A informalidade está relacionada à precariedade das condições de trabalho e à vulnerabilidade social dos profissionais. Esses trabalhadores muitas vezes não têm qualquer tipo de proteção, como assistência em caso de acidentes ou doenças, ficando à mercê das condições do mercado. Ao incentivar a formalização, a pesquisa busca promover uma melhoria significativa na qualidade de vida desses trabalhadores, garantindo-lhes direitos básicos e oportunidades de desenvolvimento econômico. Além disso, há um aspecto de cidadania envolvido, já que a formalização permite que os ambulantes passem a contribuir de maneira ativa para o desenvolvimento de sua comunidade, reforçando a noção de responsabilidade coletiva e de justiça social.

Portanto, vale a pena investigar este problema porque, ao buscar soluções para a informalidade, estaremos não apenas promovendo justiça social, mas também criando condições para o desenvolvimento econômico sustentável de Palmas. Incentivar a formalização significa integrar esses trabalhadores à economia formal, proporcionando-lhes os benefícios da cidadania fiscal e contribuindo para a arrecadação e fortalecimento das políticas públicas. O objetivo geral desta pesquisa é identificar e propor estratégias que tornem a formalização acessível e atrativa para os ambulantes, oferecendo-lhes uma nova perspectiva de inclusão e crescimento econômico. A criação de uma cartilha explicativa e acessível é uma das estratégias principais propostas para promover essa mudança. A cartilha visa fornecer informações claras e simplificadas sobre os benefícios e o processo de formalização, além de orientar sobre os direitos e deveres dos profissionais formalizados, incentivando assim uma transição mais segura e eficiente da informalidade para a regularidade fiscal.

Essa iniciativa pode ser o primeiro passo para a transformação da realidade dos profissionais ambulantes de Palmas, não apenas regularizando suas atividades, mas também integrando-os plenamente

à sociedade, como contribuintes e cidadãos que participam ativamente do desenvolvimento econômico e social de sua cidade.

OBJETIVOS

GERAL

Investigar os desafios enfrentados pelos profissionais autônomos ambulantes na transição da informalidade para a regularidade fiscal na cidade de Palmas/TO e propor estratégias que promovam a cidadania fiscal, incentivando a conformidade tributária e contribuindo para o fortalecimento das finanças públicas e o desenvolvimento social.

ESPECÍFICOS

- a) Identificar os principais desafios enfrentados pelos profissionais ambulantes na formalização: Analisar os fatores que contribuem para a informalidade, incluindo barreiras burocráticas, falta de infraestrutura e obstáculos econômicos. Isso inclui entender como a burocracia e a ausência de suporte técnico dificultam o processo de formalização.
- b) Descrever os benefícios da regularização fiscal para os ambulantes e para a sociedade: Mostrar como a formalização pode proporcionar vantagens aos profissionais, como acesso a crédito, benefícios previdenciários e segurança social, além de evidenciar os impactos positivos na arrecadação tributária e no fortalecimento das finanças públicas locais.
- c) Desenvolver uma cartilha informativa para os ambulantes: Criar um material educativo que simplifique os conceitos fiscais esclareça as obrigações e benefícios da regularização e ofereça orientações práticas sobre o processo de se tornar um Microempreendedor Individual (MEI). A cartilha deve ser uma ferramenta acessível, ajudando a desmistificar a formalização e incentivando os profissionais a darem esse passo.

d) Propor estratégias de suporte para os ambulantes na transição para a formalidade: Sugerir iniciativas como cursos de capacitação e suporte técnico, a fim de auxiliar os ambulantes a administrar seus negócios de forma sustentável e integrada à economia formal. Essas estratégias devem incluir orientações sobre gestão financeira, controle de estoque e técnicas de marketing, ajudando a garantir que os profissionais tenham suporte contínuo após a formalização.

MATERIAIS E MÉTODOS

Revisão Bibliográfica

A primeira etapa da pesquisa envolveu uma revisão bibliográfica abrangente sobre a informalidade econômica e a legislação fiscal aplicável aos trabalhadores autônomos. Foram analisados artigos científicos, estudos de caso e relatórios de órgãos governamentais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa revisão teórica forneceu a base necessária para entender os determinantes da informalidade e os desafios da formalização, contextualizando a situação dos ambulantes em Palmas. Esse embasamento teórico também foi essencial para identificar possíveis estratégias de incentivo à formalização fiscal.

Coleta de Dados

Para coletar informações precisas sobre os desafios enfrentados pelos ambulantes, foi realizada uma coleta de dados em campo dividida em duas principais etapas: aplicação de questionários e realização de entrevistas estruturadas.

Pesquisa de Campo

As visitas técnicas foram realizadas em locais estratégicos da cidade de Palmas, como o Parque Cesamar, a Praia da Graciosa e a região de Palmas Brasil Sul. Esses pontos são conhecidos pela alta concentração de vendedores ambulantes, permitindo que a amostra fosse

representativa. Durante essas visitas, foi possível observar diretamente o cotidiano dos ambulantes, suas condições de trabalho e os principais desafios enfrentados no dia a dia. Essa observação direta proporcionou uma compreensão mais ampla e contextualizada da situação desses profissionais.

Entrevistas e Questionários Estruturados

Os dados foram coletados por meio de entrevistas e questionários estruturados aplicados pessoalmente aos vendedores ambulantes. A amostra incluiu 100 (cem) profissionais, cuidadosamente selecionados para garantir a diversidade em termos de gênero, faixa etária e área de atuação. Os questionários continham perguntas abertas e fechadas, abordando tópicos como:

- Perfil sociodemográfico (idade, gênero, tipo de atividade);
- Conhecimento sobre processos de formalização;
- Condições de trabalho e desafios enfrentados;
- Faturamento e gestão financeira;
- Interesse em se tornar Microempreendedor Individual (MEI).

A abordagem presencial foi essencial para obter respostas mais detalhadas e contextuais, permitindo que os vendedores expressassem suas experiências e percepções de forma direta. Além disso, as entrevistas permitiram explorar questões mais profundas relacionadas às barreiras enfrentadas, como burocracia, dificuldades financeiras e falta de suporte governamental.

População e Amostra

A amostra foi composta por 100 (cem) profissionais ambulantes que atuam em diversos setores, como alimentação, artesanato e prestação de serviços. A seleção da amostra teve como objetivo garantir representatividade e captar uma visão abrangente dos diferentes desafios e realidades enfrentados por esses trabalhadores. A diversidade da amostra foi fundamental para entender os diferentes

contextos que moldam a informalidade, desde a falta de infraestrutura até barreiras institucionais e econômicas.

Análise dos Dados

Após a coleta, os dados foram sistematizados e submetidos a diferentes métodos de análise, incluindo técnicas quantitativas e qualitativas:

Análise Descritiva: Foi realizada uma análise estatística descritiva dos dados quantitativos obtidos nos questionários, como idade, tipo de atividade, faturamento mensal, entre outros. A análise descritiva permitiu identificar padrões e características comuns entre os ambulantes, como a predominância de certas atividades e os principais desafios enfrentados no processo de formalização.

Análise de Conteúdo: Para as perguntas abertas das entrevistas, foi utilizada a análise de conteúdo, que ajudou a identificar os principais temas, preocupações e percepções dos ambulantes sobre a formalização. Essa análise qualitativa revelou uma visão mais detalhada sobre as barreiras que impedem a formalização, como a burocracia excessiva, a falta de clareza nas regulamentações e as dificuldades financeiras.

Procedimentos e Materiais Utilizados

Questionários Estruturados: Elaborados para coletar informações quantitativas e qualitativas, os questionários foram aplicados diretamente aos ambulantes em seus locais de trabalho.

Entrevistas Presenciais: As entrevistas aprofundaram tópicos específicos, proporcionando um entendimento mais abrangente dos desafios enfrentados pelos vendedores ambulantes e suas percepções sobre a formalização.

Visitas Técnicas em Campo: Visitas aos locais de trabalho dos ambulantes, como feiras e espaços públicos, para aplicar questionários, realizar entrevistas e observar as condições de trabalho.

Acompanhamento e Ajustes Metodológicos

O processo de coleta de dados envolveu ajustes contínuos, com base nos desafios encontrados em campo. Por exemplo, na segunda fase da coleta, foi realizada uma adaptação da abordagem, tornando as entrevistas mais dinâmicas e permitindo um contato mais direto e acessível com os ambulantes. Esse ajuste ajudou a diminuir a resistência dos entrevistados e facilitou a obtenção de informações mais detalhadas e úteis para a análise.

Conclusão dos Métodos

Os métodos adotados, que incluíram a revisão bibliográfica, coleta de dados em campo por meio de questionários e entrevistas, e a criação de materiais educativos, foram cuidadosamente escolhidos para fornecer uma visão completa dos desafios enfrentados pelos ambulantes de Palmas. A metodologia focou-se não apenas na identificação das barreiras à formalização, mas também no desenvolvimento de soluções práticas, acessíveis e sustentáveis. O contato direto com os ambulantes durante as visitas técnicas e entrevistas possibilitou uma compreensão realista dos obstáculos enfrentados por esses profissionais, garantindo que as soluções propostas sejam eficazes e verdadeiramente aplicáveis às suas necessidades. A cartilha desenvolvida é um exemplo claro de uma ação concreta derivada desta pesquisa, que visa ajudar os trabalhadores na sua jornada de formalização e promover uma transformação positiva e duradoura em suas vidas.

RESULTADO E DISCUSSÃO

A pesquisa sobre a transição da informalidade para a formalidade dos vendedores ambulantes de Palmas/TO revelou uma série de achados significativos que ajudam a entender melhor os desafios e as oportunidades relacionadas ao processo de formalização. Os resultados obtidos permitem uma análise abrangente dos fatores que

mantêm os ambulantes na informalidade, ao mesmo tempo em que destacam possíveis soluções para promover a cidadania fiscal e a inclusão desses trabalhadores na economia formal.

Características dos Vendedores Ambulantes

Os vendedores ambulantes entrevistados em Palmas representam uma população diversa em termos de idade, gênero, tipo de atividade e tempo de atuação. A maioria dos entrevistados atua no setor de alimentos, seguido por produtos artesanais e serviços, refletindo a ampla diversidade de atividades dentro do mercado informal. A predominância masculina observada entre os ambulantes sugere que fatores socioeconômicos e culturais influenciam a ocupação dessa atividade, incluindo questões como as expectativas de gênero e as oportunidades desiguais no mercado de trabalho.

O tempo médio de atuação no mercado ambulante é elevado, com muitos dos entrevistados trabalhando há mais de uma década no setor, o que indica uma significativa resiliência desses trabalhadores diante das condições adversas. A escolha de permanecer na informalidade muitas vezes se deve à falta de alternativas viáveis de emprego e à necessidade de gerar renda para sustento próprio e familiar. Este dado reforça a importância de políticas públicas que não apenas incentivem a formalização, mas que também criem oportunidades reais de emprego para aqueles que atuam na economia informal.

Barreiras à Formalização

Os resultados da pesquisa apontam uma série de barreiras que dificultam a formalização dos ambulantes em Palmas. Entre as principais dificuldades citadas, destacam-se:

Burocracia Excessiva

Um dos maiores desafios apontados pelos ambulantes foi a complexidade dos processos burocráticos necessários para formalizar

suas atividades. Muitos entrevistados relataram dificuldades em entender os procedimentos para se tornar um Microempreendedor Individual (MEI) e as etapas necessárias para a regularização de seus negócios. A falta de clareza sobre a documentação exigida e os processos administrativos foi uma queixa recorrente. A percepção de um processo burocrático complicado afasta muitos trabalhadores, que optam por permanecer na informalidade para evitar o desgaste e os custos associados.

Falta de Acesso a Informações Claras

A pesquisa evidenciou que muitos vendedores ambulantes não têm acesso a informações claras e simplificadas sobre o processo de formalização. A falta de orientação adequada, seja por meio de instituições públicas ou de apoio de iniciativas privadas, cria um cenário de desinformação que contribui significativamente para a resistência em se formalizar. Muitos ambulantes desconhecem os benefícios da formalização, como o acesso a crédito e a seguridade social, o que reforça a ideia de que se manter informal é mais vantajoso.

Falta de Infraestrutura e Segurança no Ambiente de Trabalho

Outra questão importante revelada pela pesquisa foi a precariedade das condições de trabalho dos ambulantes. Em muitos casos, a falta de infraestrutura básica, como tendas, mesas, cadeiras e acesso a instalações sanitárias, compromete a viabilidade dos negócios. Além disso, a insegurança nos locais de atuação, associada à exposição às condições climáticas extremas e à ausência de proteção contra roubos e violência, agrava ainda mais a situação desses trabalhadores. A ausência de um ambiente de trabalho seguro e adequado torna a atividade ambulante ainda mais instável e arriscada, desestimulando qualquer tentativa de formalização.

Custos e Carga Tributária

A carga tributária e os custos associados à formalização são frequentemente vistos como impeditivos para a transição à formalidade. Muitos vendedores ambulantes acreditam que os custos superam os benefícios, especialmente considerando a instabilidade de renda característica dessa atividade. A percepção de que a formalização não traz um retorno tangível em termos de benefícios públicos, como melhorias em infraestrutura ou oportunidades de crescimento, também contribuem para essa resistência.

Conscientização e Interesse na Formalização

Apesar das barreiras identificadas, a pesquisa revelou um crescente interesse dos ambulantes em se formalizar, desde que os processos se tornem mais acessíveis e simples. Muitos entrevistados reconheceram a importância de estar regularizado, principalmente para o acesso a crédito e outros benefícios sociais. No entanto, a falta de suporte e a complexidade dos processos são obstáculos que precisam ser superados para que o interesse se transforme em ação. Este ponto reforça a necessidade de intervenções direcionadas, como a criação de materiais educativos e a oferta de apoio técnico, que tornem o processo de formalização menos intimidador e mais vantajoso para os trabalhadores.

Propostas e Estratégias Desenvolvidas

Com base nas dificuldades relatadas pelos ambulantes, uma das principais estratégias desenvolvidas no projeto foi a criação de uma *cartilha educativa*. Essa cartilha visa fornecer um guia passo a passo sobre o processo de formalização, abordando desde os requisitos legais até os benefícios que podem ser obtidos ao se tornar um MEI. A cartilha foi pensada para ser simples e acessível, garantindo que até mesmo aqueles com pouca escolaridade possam compreender os conceitos apresentados e se sentir motivados a buscar a formalização. Além disso, a cartilha inclui orientações sobre gestão financeira, controle de receitas e despesas, e dicas para a administração do

negócio. Isso visa capacitar os ambulantes para que, além de se formalizarem, possam gerenciar seus empreendimentos de maneira mais eficiente e sustentável. A inclusão de informações sobre direitos e benefícios sociais é fundamental para que os trabalhadores entendam que a formalização é um caminho não apenas para a conformidade legal, mas também para melhorar suas condições de vida e garantir uma rede de segurança social.

Outra proposta importante é a realização de *cursos de capacitação*. A pesquisa revelou que muitos ambulantes carecem de conhecimentos sobre gestão financeira, marketing e estratégias de vendas. Oferecer cursos de capacitação voltados para essas áreas poderia aumentar a confiança dos vendedores em suas habilidades de administrar seus negócios, além de contribuir para o crescimento econômico sustentável dos empreendimentos. Esses cursos poderiam ser oferecidos em parceria com instituições locais, órgãos governamentais ou Organizações Não Governamentais (ONGs), garantindo um suporte técnico contínuo para os trabalhadores ambulantes após a formalização.

Discussão dos Resultados

Os resultados da pesquisa indicam que a informalidade dos vendedores ambulantes em Palmas não é um problema isolado, mas sim um reflexo de um conjunto de fatores que envolvem a falta de suporte institucional, dificuldades burocráticas e a precariedade das condições de trabalho. A formalização desses profissionais é um caminho complexo, que exige mudanças tanto no âmbito individual quanto coletivo. A criação de uma cartilha informativa e a oferta de cursos de capacitação são estratégias práticas que podem ser implementadas para facilitar a transição dos ambulantes para a formalidade.

O principal desafio é superar as barreiras estruturais que mantêm esses profissionais à margem da economia formal. A simplificação dos processos burocráticos e a melhoria na disseminação de informações

sobre o processo de formalização são passos fundamentais. Além disso, o fortalecimento da infraestrutura nos locais de trabalho, com a criação de áreas adequadas para o comércio ambulante, pode criar um ambiente mais favorável para que esses trabalhadores se sintam motivados a formalizar seus negócios.

Os resultados também mostram que a formalização pode trazer benefícios substanciais tanto para os trabalhadores quanto para a cidade de Palmas. Para os ambulantes, a formalização representa a possibilidade de acesso a crédito, seguridade social e uma rede de proteção em caso de doenças ou acidentes. Para a cidade, a inclusão desses trabalhadores na economia formal pode significar um aumento na arrecadação de impostos, o que possibilitaria maiores investimentos em áreas essenciais como saúde, educação e infraestrutura. Assim, a formalização deve ser vista não apenas como um dever legal, mas como um caminho para o desenvolvimento econômico e social inclusivo.

Principais Dificuldades Encontradas

As principais dificuldades encontradas durante o desenvolvimento deste projeto estão relacionadas à resistência dos ambulantes em participar do processo de formalização e à falta de confiança nas instituições governamentais. A percepção de que os impostos não retornam em benefícios palpáveis cria uma desconfiança generalizada. Além disso, muitos ambulantes têm medo de comprometer a renda familiar ao se formalizarem, acreditando que os custos podem não compensar os benefícios.

A resistência às entrevistas também foi um desafio, especialmente no início do processo de coleta de dados. Muitos ambulantes demonstraram receio em compartilhar informações sobre sua atividade econômica. Esse problema foi, em parte, superado por meio da adaptação da abordagem de coleta, tornando as entrevistas mais informais e acessíveis, além de estabelecer uma relação de confiança com os entrevistados.

CONCLUSÃO

Os resultados obtidos evidenciam que a informalidade dos ambulantes em Palmas é um problema que pode ser mitigado por meio da implementação de políticas que estimulem a formalização e ofereçam suporte adequado aos trabalhadores. A criação da cartilha informativa, a simplificação dos processos burocráticos e a oferta de cursos de capacitação se apresentam como passos cruciais para assegurar que esses profissionais disponham das condições necessárias para se formalizar e integrar-se plenamente à economia formal. Dessa forma, a formalização pode trazer benefícios significativos tanto para os trabalhadores, ao melhorar suas condições de vida e segurança financeira, quanto para o município, ao fortalecer a economia local e aumentar a arrecadação para investimentos públicos. Portanto, a adoção dessas medidas não apenas visa à conformidade fiscal, mas também à promoção de um ambiente econômico mais justo e inclusivo em Palmas..

Referências

BRASIL. Lei Complementar Nº 424 DE 13/01/2023. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=441577>> Acesso em: 11 ago. 2024.

SEBRAE. Cursos e eventos Educação Empreendedora. Disponível em: <<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/cursosoeeventoseducacao?uf=IO>> Acesso em: 24 ago. 2024.

PALMAS. Serviços ofertados ao microempreendedor individual. Casa do Empreendedor. Disponível em: <<https://casadoempreendedor.palmas.to.gov.br/>>. Acesso em: 01 jul. 2024.

Capítulo 7

AS HABILIDADES DO CAMPO DE 'PRÁTICAS DE ESTUDO E PESQUISA' DA BNCC/DCT DO ENSINO MÉDIO: QUAIS ABORDAGENS DO LETRAMENTO CIENTÍFICO?

Adnilma José de Oliveira
Mario Ribeiro Morais

Palavras-chave: Letramento científico, BNCC/DCT Ensino Médio, Abordagens.

INTRODUÇÃO

Letramento científico é um termo que abrange várias concepções significativas e que sofreu mudanças ao longo dos anos. Santos (2007) traz os termos Alfabetização Científica (AC) e Letramento Científico (LC), abordando a diferenciação entre eles, um que trata a alfabetização no contexto escolar sendo considerada a compreensão e domínio da linguagem e outro que trata o seu sentido na prática social. De modo geral, AC e LC têm em seu objetivo a formação do cidadão, o acesso à ciência e a tecnologia e sua aplicação em seu meio social, pois o que se busca é a construção do cidadão independente, que busca conhecimento associando isso à defesa de igualdade social e acesso a pesquisas e inovações.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como documento norteador direciona a formulação dos currículos escolares. Este documento prevê uma abordagem abrangente e integrada para a educação científica, visando desenvolver nos discentes a compreensão e aplicação do conhecimento científico em suas vidas e na sociedade, e funcionando também como guia para desenvolver atividades pedagógicas, planos de aula e avaliações. Essa orientação visa uniformizar o ensino, definindo os conhecimentos fundamentais que todos os estudantes precisam adquirir sem levar em consideração sua localização geográfica ou a rede de ensino ao qual estão vinculados. “Dessa maneira, reconhecem que a educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica.” (Brasil; 2017, p.16).

A BNCC e o DCT, no campo ‘práticas de estudo e pesquisa’ no ensino médio, trazem habilidades com foco na educação científica. Entretanto, resta saber quais as concepções desses documentos norteadores trazem sobre letramento científico, pois o trabalho efetivo de do Letramento Científico no espaço escolar pode oportunizar a realização de uma leitura de mundo, compreensão e construção de valores e

saberes. Alguns estudos apresentam diferentes concepções sobre o LC, e pesquisadores como Fernandes e Morais (2023) fazem uso das categorias de Ratcliffe (1997) por sua necessidade e importância no saber científico dos estudantes, tendo o professor como mediador e orientador nesse processo de aprendizagem, os autores citados acima fizeram um estudo baseados nesses mesmos documentos, porém adaptaram suas pesquisas para o contexto do ensino fundamental. Com isso, houve a necessidade de fazer um estudo aprofundado no ensino médio para observar como se dá o letramento científico nessa categoria.

No processo de letramento científico, é levado em conta a vivência social do aluno, com isso, procura-se incluir componentes curriculares que estejam orientados na busca pelo aspecto social do estudante.

MÉTODO E MATERIAIS

Essa pesquisa tem como objetivo investigar quais concepções de letramento científico configuram as habilidades do 'campo práticas de estudo e pesquisa' da Base Nacional Comum Curricular/Documento Curricular do Tocantins, Ensino Médio. A investigação está situada no campo da Linguística Aplicada, tendo como aporte teórico pesquisadores que abordam as vertentes e interfaces do Letramento Científico (Santos, 2007; Chassot, 2002; Arons, 1983; Ratcliffe, 1997; Soares, 2009; Deboer, 2000).

É do tipo qualitativa, de procedimento documental, segundo Gerhardt e Silveira (2009, p.37), em que é citado Fonseca (2002, p.32), diz que ela "recorre a fontes mais diversificadas e diversas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, fotografias, relatórios de empresa, etc", nessa pesquisa documental é feita a análise de oito (08) habilidades nos campos de 'práticas de estudo e pesquisa' da Base Nacional Comum Curricular, ao qual será analisado como é abordado e trabalhado o letramento científico no ensino médio.

Abordando o letramento científico no ensino escolar, Ratcliffe (1997), em sua pesquisa intitulada: “Discutindo problemas sociocientíficos em aulas de ciências: a atitude dos alunos e o papel da professora”, elege algumas categorias que podem ser desenvolvidas com os alunos nas pesquisas, a saber: i) Relevância – encorajar os alunos a relacionar suas próprias experiências da ciência escolar aos problemas reais e desenvolver responsabilidade social; ii) Motivação – para explorar o problema profundamente; iii) Comunicação – Dar assistência aos alunos ao verbalizar, ouvir e argumentar; iv) Análises – dar assistência aos alunos em habilidades de raciocínio sistemático e reflexivo; v) Compreensão - Aprender conceitos científicos. Essas categorias serão utilizadas ao longo das análises para uma melhor compreensão de como se dá o saber científico nos documentos curriculares.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para fins didáticos, foi realizada uma divisão dos eixos das práticas de linguagem que são: Leitura, Escrita, Oralidade e Análise Linguística/Semiótica. Nos quadros 1, 2, 3 e 4 a seguir estão apresentadas as práticas de linguagem e as habilidades referentes a elas, tal como apresentam-se na BNCC, especificamente no campo de ‘práticas de estudo e pesquisa’ do Ensino Médio, que contempla um total de oito (08) habilidades.

Quadro 1: Habilidades referentes ao campo de práticas de estudo e pesquisa eixo leitura- 1º a 3º série

Práticas de linguagem	Habilidade
Leitura	(EM13LP28) Organizar situações de estudo e utilizar procedimentos e estratégias de leitura adequados aos objetivos e à natureza do conhecimento em questão.

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

Leitura Escrita	(EM13LP30) Realizar pesquisas de diferentes tipos (bibliográfica, de campo, experimento científico, levantamento de dados etc.), usando fontes abertas e confiáveis, registrando o processo e comunicando os resultados, tendo em vista os objetivos pretendidos e demais elementos do contexto de produção, como forma de compreender como o conhecimento científico é produzido e apropriar-se dos procedimentos e dos gêneros textuais envolvidos na realização de pesquisas.
Leitura	(EM13LP31) Compreender criticamente textos de divulgação científica orais, escritos e multissemióticos de diferentes áreas do conhecimento, identificando sua organização tópica e a hierarquização das informações, identificando e descartando fontes não confiáveis e problematizando enfoques tendenciosos ou superficiais.
Leitura	(EM13LP32) Selecionar informações e dados necessários para uma dada pesquisa (sem excedê-los) em diferentes fontes (orais, impressas, digitais etc.) e comparar autonomamente esses conteúdos, levando em conta seus contextos de produção, referências e índices de confiabilidade, e percebendo coincidências, complementaridades, contradições, erros ou imprecisões conceituais e de dados, de forma a compreender e posicionar-se criticamente sobre esses conteúdos e estabelecer recortes precisos.

Fonte: (Brasil, 2018, p.517).

Analizando a habilidade EM13LP28, comum a todos os anos do ensino médio o qual está inserida na categoria de práticas de estudo e pesquisa. Sendo ela de caráter procedimental na categoria Motivação (RATCLIFFE, 1997) em que o objetivo é explorar a questão mais a fundo. Isso aponta a importância que esses conhecimentos têm, pois contribuem para uma compreensão do mundo ao nosso redor e para a nossa cultura geral. Seu valor cultural e seu contexto podem torná-lo significativo para os estudantes (SANTOS, 2007). Além de “possibilitar aos estudantes tanto para o adensamento de seus conhecimentos, alcançando maior nível de teorização e análise crítica, quanto para o

exercício contínuo de práticas discursivas em diversas linguagens" (Brasil, 2018, p.486).

A habilidade (EM13LP30) ressalta que a capacidade de utilizar fontes abertas e confiáveis para pesquisa requer uma base sólida de leitura. Com isso, a categoria sociocientífica percebida nesta habilidade refere-se à Análise, Compreensão e comunicação (RATCLIFFE, 1997), pois requer habilidades para avaliar e analisar criticamente as fontes de informação, fazendo a análise dos dados e interpretação dos resultados, além de comunicar os resultados da pesquisa explorada de forma incisiva registrando todo o processo. Essa habilidade apresenta o quanto é "fundamental que seja garantido aos estudantes oportunidades de experienciar fazeres cada vez mais próximos das práticas da vida acadêmica" (Brasil, 2018, p. 486).

A habilidade (EM13LP31) exige uma análise cuidadosa do conteúdo apresentado nos textos de divulgação científica, o que inclui a interpretação da estrutura e organização tópica, a capacidade de hierarquizar informações, e a habilidade de identificar e descartar fontes que não são confiáveis. Portanto, a habilidade descrita acima está relacionada à categoria Análise (Ratcliffe, 1997), pois há um processo de recorte e escolha do conteúdo ao qual será pesquisado, auxiliando no processo de raciocínio sistemático e ponderando ao avaliar textos de divulgação científica.

O que se observa na habilidade (EM13LP32) é que ela demanda a capacidade de analisar textos provenientes de diversas fontes, extrair informações relevantes e compará-las de maneira crítica. Essa habilidade demonstra como a leitura não é apenas uma habilidade isolada, mas um pilar fundamental em várias esferas educacionais e de pesquisa. Deste modo, a categoria percebida nessa habilidade refere-se à Análise (Ratcliffe, 1997) com o intuito de perceber a coincidência, complementaridades, contradições, erros ou impressões nos conteúdos avaliados, os alunos são estimulados a posicionar-se criticamente sobre essas questões e a estabelecer recortes precisos para suas

pesquisas, pois estará “demonstrando na prática que a leitura é uma atividade individual, singular até na maneira de ler, pois o que queremos de uma leitura determina como faremos essa leitura” (Kleiman, 2013, p.43).

Quadro 2: Habilidades referentes ao campo de práticas de estudo e pesquisa eixo escrita 1º a 3ª série

Práticas de Linguagem	Habilidades
Escrita	(EM13LP29) Resumir e resenhar textos, por meio do uso de paráfrases, de marcas do discurso reportado e de citações, para uso em textos de divulgação de estudos e pesquisas.
Escrita	(EM13LP34) Produzir textos para a divulgação do conhecimento e de resultados de levantamentos e pesquisas – texto monográfico, ensaio, artigo de divulgação científica, verbete de enciclopédia (colaborativa ou não), infográfico (estático ou animado), relato de experimento, relatório, relatório multimidiático de campo, reportagem científica, podcast ou vlog científico, apresentações orais, seminários, comunicações em mesas redondas, mapas dinâmicos etc. –, considerando o contexto de produção e utilizando os conhecimentos sobre os gêneros de divulgação científica, de forma a engajar-se em processos significativos de socialização e divulgação do conhecimento.

Fonte: (Brasil, 2018, p.517)

A habilidade descrita em (EM13LP29) refere-se à capacidade de resumir e resenhar textos utilizando paráfrases, marcas do discurso reportado e citações, e desempenha um papel significativo na comunicação eficaz de informações científicas. Com isso, a habilidade referida está relacionada à categoria Compreensão e Relevância (Ratcliffe, 1997), pois baseado nessas categorias os estudantes estão se familiarizando não apenas com resumos e resenhas, mas também com a compreensão dos textos científicos. Segundo Arons (1983) os conceitos e teorias científicas são mutáveis e provisórios, pois estão sujeitos a

revisões e aprimoramentos contínuos com base em novas evidências e interpretações.

A habilidade (EM13LP34) destaca-se pela capacidade de produzir textos voltados à divulgação do conhecimento e dos resultados de levantamentos e pesquisas. A comunicação eficaz no campo científico exige a escolha adequada do formato, considerando a melhor maneira de envolver e informar o público. Por conseguinte, a habilidade acima se relaciona com a categoria Relevância (Ratcliffe, 1997), porque ao produzirem textos de divulgação científica há um incentivo de conectar o conhecimento científico adquirido na instituição de ensino com problemas reais e desenvolver responsabilidade social ao comunicar essas questões de forma acessível e significativa para a comunidade como um todo. Com isso, “há uma contínua necessidade de fazermos com que a ciência possa ser não apenas medianamente entendida por todos, mas e principalmente, facilitadora do estar fazendo parte do mundo” (Chassot, 2002, p.93).

Quadro 3: Habilidades referentes ao campo práticas de estudo e pesquisa eixo análise linguística- 1º a 3º série

Práticas de Linguagem	Habilidade
Análise Linguística/Semiótica	(EM13LP33) Selecionar, elaborar e utilizar instrumentos de coleta de dados e informações (questionários, enquetes, mapeamentos, opinários) e de tratamento e análise dos conteúdos obtidos, que atendam adequadamente a diferentes objetivos de pesquisa.

Fonte: (Brasil, 2018, p.518).

A habilidade (EM13LP33) destaca-se pela capacidade de selecionar, elaborar e utilizar instrumentos de coleta de dados e informações, bem como de realizar o tratamento e análise dos conteúdos obtidos, de maneira a atender adequadamente a diferentes objetivos de pesquisa. Esse conjunto de habilidades é crucial para o desenvolvimento de estudos robustos e a obtenção de resultados confiáveis.

Nessa habilidade encontra-se a categoria Análise (Ratcliffe, 1997), pois essa habilidade é essencial na garantia de coleta de dados eficazes e significativos contribuindo para uma compreensão profunda do assunto em questão. Portanto, “o processo formativo ocorre conjuntamente com o processo de construção do conhecimento, uma noção que se tornou conhecida como educar pela pesquisa” (Demo, 2010, p.20).

Quadro 4: Habilidades referentes ao campo práticas de estudo e pesquisa eixo oralidade - 1º a 3º série

Práticas de Linguagem	Habilidade
Oralidade	(EM13LP35) Utilizar adequadamente ferramentas de apoio a apresentações orais, escolhendo e usando tipos e tamanhos de fontes que permitam boa visualização, topicalizando e/ou organizando o conteúdo em itens, inserindo de forma adequada imagens, gráficos, tabelas, formas e elementos gráficos, dimensionando a quantidade de texto e imagem por slide e usando, de forma harmônica, recursos (efeitos de transição, slides mestres, layouts personalizados, gravação de áudios em slides etc.).

Fonte: (Brasil, 2017, p.518)

A habilidade (EM13LP35) revela-se crucial no contexto das apresentações orais, pois refere-se à capacidade de utilizar adequadamente ferramentas de apoio, como slides, garantindo uma comunicação eficaz. Além disso, a inserção de imagens, gráficos e tabelas de forma adequada enriquece a apresentação, proporcionando suporte visual para os conceitos apresentados. Nessa habilidade ao qual envolve a utilização adequada de ferramenta de apoio, está a categoria Compreensão (Ratcliffe, 1997), pois contribui significativamente para o desenvolvimento das habilidades de comunicação. “Quando o aluno aprende a lidar com o método, a planejar e a executar pesquisa, a argumentar e contra-argumentar, a

fundamentar com autoridade do argumento, não está só fazendo ciência, está igualmente construindo a cidadania que sabe pensar” (Demo; 2010, p.20). Isso os capacita a participar ativamente de debates e a pensar de maneira independente.

DIFICULDADES ENCONTRADAS

Neste processo de escrita, além da dificuldade da escrita como um todo, por ser a primeira escrita acadêmica a nível de pesquisa científica da acadêmica, as maiores barreiras encontradas foram definir e escolher as categorias de análises dentro do letramento científico, que apresenta uma gama de possibilidades teóricas de microanálises. Definida a categoria, a próxima dificuldade foi como mobilizá-las, referenciando os respectivos autores que abordam o tema e trazê-los como aporte teórico para análise das habilidades da BNCC/DCT. Com dedicação e orientações, aos poucos, as dificuldades foram sendo sanadas.

Referências

Arons, A.B. Achieving wides scientific literacy. *Daedalus: Journal of the American Academy of Arts and Sciences*, v.112, p.91-112, 1983.

Brasil. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Ensino Médio. Brasília: Mec, 2018.

Deboer, G. E. Scientific literacy: another look at its historical and contemporary meanings and its relationship to science education reform. *Journal of research in science teaching*, Malden (USA), v. 37, nº. 6, p. 582 – 601, 2000.

Chassot, A. (2000). *Alfabetização científica: questões e desafios para a educação*. Porto Alegre: Editora Unisinos.

Chassot, A. (2002). Alfabetização científica: uma possibilidade para a inclusão social. *Revista Brasileira de Educação*, 21.

Chassot, Ático. Alfabetização científica: uma possibilidade para inclusão social: questões e desafios para a educação. Ijuí. Editora UNIJUÍ, 2000.-Alfabetização científica: uma possibilidade para a inclusão social. *Revista Brasileira de Educação, ANPED*, n. 26, p. 89-100, 2003.

Cunha, R.B. (2017). Alfabetização científica ou letramento científico? interesses envolvidos nas interpretações da noção de scientific literacy. *Revista Brasileira de Educação*, 22(68), 169-186.

Demo, P. Educação científica. B.Téc. Senac: a *Revista Educacional*. prof. Rio de Janeiro, v. 36, n.1, jan./abr. 2010.

Fernandes, M., & Ribeiro Morais, M. (2023). Letramento Científico nas habilidades do Campo de 'Práticas de estudo e pesquisa' da BNCC:: concepções sociocientíficas. *Porto Das Letras*, 9(Especial), 310-328.

Freire, P. (2005). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
Kleiman, A. *Oficina de Leitura: teoria e prática*, Angela Kleiman. 15ª ed. Campinas, SP – Pontes Editores, 2013.

Ratcliffe, M. Pupil decision-making about socio-scientific issues within the science curriculum. *International Journal of Science Education*, v.19, n°2, p.167-182, 1997.

Santos, W.L.P. dos. Educação científica na perspectiva de letramento como prática social: funções, princípios e desafios, *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v.12 n° 36, pp.474-550, 2007.

Silva, W.R. Letramento Científico na formação inicial do professor. *Revista Práticas de Linguagem*, v.6 especial -Escrita discente-2016.

Soares, M. **Letramento: um tema em três gêneros/** Magda Soares-3. ed.-Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.128p.

Tocantins. **Documento Curricular do Tocantins (DCT).** Etapa Ensino Médio. Caderno 2: Linguagens e suas Tecnologias. Palmas. Seduc, 2022º. Disponível em: <<https://central.to.gov.br/download/293180>>. Acesso em 02 Jun.2022.

Capítulo 8

Concepções de Letramento Literário nas Habilidades do Campo Artístico-Literário da BNCC/DCT

Samuel Pereira Rodrigues

Mario Ribeiro Morais

Palavras-chave: Concepções BNCC/DCT. Paradigmas de ensino.
Literatura. Letramento Autônomo e Ideológico.

INTRODUÇÃO

O ensino de literatura tem passado por mudanças significativas nas últimas décadas, especialmente no contexto escolar. Estudiosos como Cosson (2006) têm denunciado a redução da literatura como componente curricular, o que tem gerado sua desvalorização. Essa marginalização muitas vezes se deve a um modelo tradicional de ensino, focado em dados e análises gramaticais a partir de fragmentos de textos. No entanto, conforme argumenta Candido (2002, 2004), a literatura possui um papel fundamental na formação humana e deve ser central no currículo escolar, visto que é uma forma de expressão universal, presente em todas as culturas e tempos. Para Candido, a literatura é crucial para o desenvolvimento intelectual e emocional dos estudantes, refletindo e questionando os valores sociais e propondo novas maneiras de pensar e compreender o mundo.

Cosson (2006) vai além ao afirmar que a literatura é mais que uma simples expressão oral, sendo a palavra escrita essencial para sua continuidade e estudo. Ele defende o letramento literário como um novo paradigma para o ensino da literatura, que visa repensar os rumos de sua escolarização e promover uma experiência de leitura crítica e reflexiva. O letramento literário abrange práticas que estimulam a compreensão, a interpretação e a apreciação dos textos literários, indo além da mera decodificação de palavras e permitindo ao leitor explorar sua identidade e suas vivências.

Nesse contexto, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Médio (BRASIL, 2018) desempenha um papel fundamental trazendo os currículos das escolas, estabelecendo as competências e habilidades essenciais que devem ser desenvolvidas pelos alunos. O Documento Curricular do Tocantins (DCT) para o Ensino Médio segue essas diretrizes e destaca as competências necessárias para o exercício da cidadania e a preparação para o mundo do trabalho.

Diante disso, é imprescindível uma reflexão crítica sobre as abordagens curriculares propostas pela BNCC e pelo DCT, especialmente no que se refere à educação literária no campo artístico-literário do componente de Língua Portuguesa. Este estudo, de caráter qualitativo e análise documental (GERHARDT; SILVEIRA, 2009; LÜDKE; ANDRÉ, 1986), se apoia nos estudos do letramento literário (COSSON, 2014, 2020; MORAIS; SILVA, 2017) e dos Novos Estudos do Letramento (STREET, 2014).

As concepções de educação literária foram analisadas com base nos paradigmas de ensino propostos por Cosson (2020): moral-gramatical, histórico-nacional, analítico-textual, social-identitário, formação do leitor e letramento literário. E, por conseguinte, analisando os papéis dos estudantes, professores e escola no Letramento Literário. Essas categorias permitiram uma análise das diretrizes curriculares sobre o ensino de literatura, revelando possíveis desafios e alternativas para sua aplicação na prática docente.

MÉTODO E MATERIAIS

A pesquisa está inserida no campo da Linguística Aplicada Indisciplinar, dialoga com os Novos Estudos dos Letramentos sob a ótica do letramento literário e adota uma abordagem qualitativa. O procedimento metodológico utilizado durante a pesquisa é o de análise descritiva documental, com foco em dois documentos oficiais: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018) e o Documento Curricular do Tocantins (DCT) (TOCANTINS, 2022a, 2022b). A pesquisa documental, conforme Gerhardt e Silveira (2009), citando Fonseca (2002), baseia-se em fontes diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico prévio, como documentos oficiais, relatórios e outros materiais escritos.

A justificativa para o recorte da pesquisa reside na extensão e relevância da BNCC/DCT, sendo analisadas as nove habilidades que compõem o campo artístico-literário desses documentos e a discussão

sobre os papéis do professor, aluno e escola no letramento literário. Essas habilidades estão alinhadas à abordagem teórica do letramento literário, com foco nas habilidades do campo 'Artístico- Literário'. Para garantir o rigor metodológico, foram seguidos os passos propostos por Lüdke e André (1986) para a análise documental. O percurso metodológico da pesquisa pode ser detalhado da seguinte forma:

1. Estudo do referencial teórico: Foram realizadas análises a partir de estudos teóricos que embasam a investigação, com o objetivo de orientar as discussões e interpretações dos dados
2. Decisão sobre a unidade de registro: Definimos como unidades de análise trechos dos textos da BNCC e do DCT, referentes ao componente de Língua Portuguesa, especificamente nas habilidades e objetos de conhecimento relacionados ao letramento literário.
3. Coleta de dados: A coleta de dados foi feita por meio de uma (re)leitura atenta da BNCC e do DCT, com foco no Caderno 2 (TOCANTINS, 2022a) e no Anexo do Caderno 2 (TOCANTINS, 2022b), ambos referentes ao campo artístico-literário.
4. Agrupamento dos dados: Após as (re)leituras dos documentos, foram identificados padrões e recorrências, agrupando-se os trechos de acordo com os paradigmas de ensino da literatura descritos por Cosson (2020).
5. Análise dos dados: Os dados agrupados foram submetidos a uma nova leitura crítica, com o objetivo de aprofundar o entendimento sobre a concepção da BNCC/DCT em relação aos paradigmas de ensino da literatura, proporcionando uma análise mais detalhada e reveladora dos aspectos teórico- metodológicos presentes nos documentos..

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da pesquisa sobre o ensino da literatura no ensino médio, com foco no letramento literário, a partir das concepções

presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Documento Curricular do Tocantins (DCT) apresentam os aspectos abordados ao longo do estudo quanto ao letramento literário na sala de aula e destaca a análise dos paradigmas presentes na BNCC e no DCT. Ele aponta que, por um lado, ainda existe a recorrência de paradigmas tradicionais, como o moral-gramatical e o histórico-nacional, que tendem a reduzir a literatura a abordagens normativas e conteudistas.

Essas práticas continuam preocupantes, pois limitam o papel da literatura à reprodução de normas linguísticas ou à representação de uma história linear do Brasil, desconsiderando o potencial criativo e interpretativo da leitura literária.

Por outro lado, a pesquisa também observa a presença de paradigmas contemporâneos, como o analítico-textual, o social-identitário, a formação do leitor e, principalmente, o letramento literário. Esses paradigmas indicam uma abordagem mais dinâmica da literatura, em que a obra literária é valorizada em sua forma, suas representações culturais e sociais, e como um meio de engajamento do leitor. Nesse cenário, o papel do professor é central, agindo como mediador e orientador de uma prática de leitura que envolve atividades criativas, desde sequências básicas e expandidas até círculos de leitura, promovendo um processo formativo mais profundo e significativo para os estudantes.

A outra parte da pesquisa amplia para a discussão ao focar nos desdobramentos do letramento literário dentro do ambiente escolar. Ele evidencia que o letramento literário vai além da simples leitura técnica ou da decodificação dos textos. Sua proposta envolve uma compreensão crítica, reflexiva e estética, promovendo a interação entre o estudante e a literatura em diversos contextos – desde a sala de aula até as interações culturais cotidianas. A pesquisa também enfatiza que, embora o letramento literário seja uma competência fundamental, ele ainda é pouco explorado em muitas escolas, o que abre espaço para a necessidade de práticas pedagógicas mais inovadoras.

A importância da diversidade literária é fundamental para o desenvolvimento de leitores críticos e autônomos. Ao acessar uma pluralidade de vozes e experiências, os estudantes podem construir uma visão mais ampla e crítica do mundo. A literatura, nesse contexto, é vista como um meio poderoso para o diálogo intercultural e a valorização da diversidade.

A pesquisa aponta para a centralidade do letramento literário no ensino de literatura e para o papel decisivo que o professor, o estudante e a escola desempenham nesse processo. Por um lado é focado mais na análise crítica dos paradigmas educacionais e nas práticas associadas à literatura, e por conseguinte expande a discussão para as implicações sociais e culturais mais amplas do letramento literário, reforçando a ideia de que a literatura tem o poder de transformar a relação dos estudantes com a leitura, com a escola e com o mundo ao seu redor.

Quadro 1 - Classificação das habilidades nos paradigmas de ensino da literatura

Paradigmas do ensino de literatura	Habilidades BNCC ensino médio
Histórico-Nacional	(EM13LP48) Identificar assimilações, rupturas e permanências no processo de constituição da literatura brasileira e ao longo de sua trajetória, por meio da leitura e análise de obras fundamentais do cânone ocidental, em especial da literatura portuguesa, para perceber a historicidade de matrizes e procedimentos estéticos
	(EM13LP49) Perceber as peculiaridades estruturais e estilísticas de diferentes gêneros literários (a apreensão pessoal do cotidiano nas crônicas, a manifestação livre e subjetiva do eu lírico diante do mundo nos poemas, a múltipla perspectiva da vida humana e social dos romances, a dimensão política e social de textos da literatura

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

Analítico-textual	marginal e da periferia etc.) para experimentar os diferentes ângulos de apreensão do indivíduo e do mundo pela literatura.
	(EM13LP52) Analisar obras significativas das literaturas brasileiras e de outros países e povos, em especial a portuguesa, a indígena, a africana e a latino-americana, com base em ferramentas da crítica literária (estrutura da composição, estilo, aspectos discursivos) ou outros critérios

	relacionados a diferentes matrizes culturais, considerando o contexto de produção (visões de mundo, diálogos com outros textos, inserções em movimentos estéticos e culturais etc.) e o modo como dialogam com o presente.
Moral Gramatical e analítico-textual	(EM13LP50) Analisar relações intertextuais e interdiscursivas entre obras de diferentes autores e gêneros literários de um mesmo momento histórico e de momentos históricos diversos, explorando os modos como a literatura e as artes em geral se constituem, dialogam e se retroalimentam.
Formação do leitor e Social-identitário	(EM13LP51) Selecionar obras do repertório artístico-literário contemporâneo à disposição segundo suas predileções , de modo a constituir um acervo pessoal e dele se apropriar para se inserir e intervir com autonomia e criticidade no meio cultural .
Letramento Literário	(EM13LP46) Compartilhar sentidos construídos na leitura/escuta de textos literários , percebendo diferenças e eventuais tensões entre as formas pessoais e as coletivas de apreensão desses textos, para exercitar o diálogo cultural e aguçar a perspectiva crítica.
	(EM13LP47) Participar de eventos (saraus, competições orais, audições, mostras, festivais, feiras culturais e literárias, rodas e clubes de leitura, cooperativas culturais, jograis, repentes, slams etc.), inclusive para socializar obras da própria autoria (poemas, contos e suas variedades, roteiros e microrroteiros, vídeo minutos, playlists comentadas de música etc.) e/ou interpretar obras de outros, inserindo-se nas diferentes práticas culturais de seu tempo.
	(EM13LP53) Produzir apresentações e comentários apreciativos e críticos sobre livros, filmes, discos, canções, espetáculos de teatro e dança, exposições etc. (resenhas, vlogs e podcasts literários e artísticos, playlists comentadas, fanzines, e-zines etc.).

	(EM13LP54) Criar obras autorais, em diferentes gêneros e mídias – mediante seleção e apropriação de recursos textuais e expressivos do repertório artístico –, e/ou produções derivadas (paródias, estilizações, fanfics, fanclipes etc.), como forma de dialogar crítica e/ou subjetivamente com o texto literário.
--	--

Fonte: elaborado pelos autores com dados da pesquisa.

A habilidade (EM13LP46) apresenta uma concepção de letramento literário, devido ao compartilhamento de leitura e escuta dos textos literários, e percebendo diferenças entre as formas pessoais e as coletivas de apreensão desses textos descritos na habilidade, elementos indispensáveis na metodologia desse paradigma, conforme Cosson (2020). Além de demonstrar como o paradigma abarca os textos dados pela tradição e entre aqueles que são resgatados e ressignificados. Outra habilidade que apresenta a concepção do letramento literário é a (EM13LP47), abordando a participação em eventos e saraus, a socialização de obras da própria autoria, em alinhamento com atividades criativas e envolventes propostas no paradigma do letramento literário. Podemos identificar nessa concepção a forma como o leitor e o texto se condicionam e são condicionados de forma recíproca.

Outras duas habilidades que retomam ao letramento literário são (EM13LP53), que fala sobre a produção de apresentações e comentários apreciativos e críticos em diferentes manifestações artísticas, e a (EM13LP54), que traz a criação de obras autorais, em diferentes gêneros e mídias. Essas duas habilidades fazem parte do letramento literário, que refere a materialidade da literatura, abarcando todos os textos, e refere-se a um conjunto de obras que repensar e reescrever uma comunidade e sua herança cultural. Compreendemos que as habilidades (EM13LP46, EM13LP47, EM13LP53, EM13LP54), classificadas no paradigma do letramento literário, favorecem que o aluno desempenhe o papel de principal agente do processo pedagógico, cabendo ao professor guiar a experiência literária a partir de atividades de sequências básica e expandida, leitura do silêncio (sustentável e

meditativa), da voz, da memória, ilustrada, da interação, círculos de leitura, saraus, produções autorais, entre outras.

A habilidade (EM13LP48) retoma o paradigma histórico-nacional que, segundo Cosson (2020), traz como marca definidora o nacionalismo, que define como um conjunto de obras que o único objetivo é relatar o Brasil. Esse paradigma aponta que a literatura vale porque ela nos diz o que é o Brasil e com isso, o que é ser brasileiro. Observemos que nessa habilidade, exige-se do professor e do aluno a identificação e assimilação de rupturas no processo de constituição da literatura brasileira, sendo necessária a retomada, portanto, de aspectos históricos para que esta habilidade seja desenvolvida. Para essa prática, o professor é tentado a seguir o padrão transmissionista, modelo de ensino dominante na primeira metade do séc. XX, segundo Cosson (2020).

Na habilidade (EM13LP49), observa-se a concepção do paradigma analítico-textual, cuja ênfase recai na descrição minuciosa do texto, no procedimento de interpretação da obra individual e, por conseguinte, de sua avaliação ou afirmação como esteticamente literária. A seguinte sentença evoca essas descrições: “peculiaridades estruturais e estilísticas de diferentes gêneros literários” (BRASIL, 2018, p. 525). Para esse paradigma, o que define a literatura é o grau de elaboração estética das obras, nesse caso é considerado literário todo texto que possui uma grande elaboração estética. A habilidade (EM13LP52) também apresenta uma concepção prevalente do paradigma analítico-textual, visto que focaliza na análise criteriosa de do texto, com o uso de “ferramentas da crítica literária (estrutura da composição, estilo, aspectos discursivos) ou outros critérios relacionados a diferentes matrizes culturais, considerando o contexto de produção [...]” (BRASIL, 2018, p. 526).

A concepção e estrutura textual das habilidades (EM13LP49; EM13LP52) condiciona o fazer docente, que é obrigado a se tornar, segundo Cosson (2020), um leitor especializado que domina tecnicamente a

leitura literária e que medeia a aprendizagem do aluno (considerado um leitor aprendiz) por meio da modelagem da análise literária, a partir da distribuição e apresentação do texto, leitura de reconhecimento e descrição minuciosa do texto.

Na habilidade (EM13LP50), notamos a presença de dois paradigmas do ensino de literatura, o moral-gramatical e o analítico-textual. A análise intertextual e interdiscursiva demanda uma dissecação do texto a fim de compreendê-los, prática comumente adotada no paradigma analítico-textual. Tal prática exige do professor profundo conhecimento de variados textos para, assim, reconhecer a intertextualidade e a interdiscursividade. Nesse trabalho de descrição minuciosa, é recorrente o professor fazer análises de elementos linguísticos, cuja ênfase é a sintaxe, “que responde pela gramática e como do texto para o conhecimento da língua.” (COSSON, 2020, p. 34).

Por seu turno, a habilidade (EM13LP51) apresenta duas concepções de paradigmas: formação do leitor e social-identitário. Para selecionar obras do repertório artístico-literário contemporâneo, o leitor fruidor, refletindo a paixão do professor pela leitura literária, se apropria de seu direito de escolher livremente as obras, de suas predileções, realiza suas leituras íntimas e pessoais, no cantinho da leitura, na hora do conto, usa o diário de leitura para anotar suas impressões, suas emoções, medos, ilusões, sonhos, utopias, ensinamentos, emanados do texto, durante o ato prazeroso de ler. Apropriado de seu acervo pessoal e de seu repertório artístico e cultural pela análise crítica que faz dos textos literários, aderindo às temáticas apresentadas neles, participa de discussões ou debates, se insere e intervém com autonomia e criticidade no meio social, político, cultural, prática caracterizadora do paradigma social- identitário (COSSON, 2020).

Referências

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ensino Médio. Brasília: Mec, 2018.

CANDIDO, A. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 4. ed. São Paulo: Duas cidades, 2004.

COSSON, R. **Letramento literário: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2014a.

COSSON, R. (2017). **Círculos de leitura e letramento literário**. São Paulo: Contexto, 2014b. COSSON, R. **Paradigmas do ensino de literatura**. São Paulo: Contexto, 2020.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. KLEIMAN, Â. B. Introdução: O que é letramento? Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, Ângela. B (org.). **Os significados do letramento**. São Paulo: Mercado de Letras, 2004. LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. MORAIS, M. R.; SILVA, W. R. Afinal existe crise de leitura literária, REVELLI, Inhumas/Goiás, v.9 n.3, p. 1- 26, set., 2017.

MOITA LOPES, L. P. da. Uma linguística aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como linguista aplicado. In: MOITA LOPES, L. P. da (org). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 13-43.

NEVES, C. A. de B. Letramentos literários em travessias na Linguística Aplicada: ensino transgressor e aprendizagem subjetiva da literatura. In: LIMA, É. (org.). **Linguística aplicada na Unicamp: travessias e perspectivas** [livro eletrônico]. 1.ed. Bauru, SP: Canal 6, 2021. p. 65-88.

PEREIRA, R. C.; ROCA, P. **Linguística Aplicada: um caminho com diferentes acessos**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 11-24.

PINHEIRO, A. S. O ensino de literatura: a questão do letramento literário. In: GONÇALVES, Adair Vieira; PINHEIRO, Alexandra Santos; LEAL, Rosa

Myriam Avellaneda (Orgs.). **Leitura e Escrita na América Latina: teoria e prática de letramento** (s). Dourados: Ed. UFGD, 2011, p. 37-55.

SOARES, M. A escolarização da literatura infantil e juvenil. In: MARTINS, Aracy et al. (orgs.). **A escolarização da leitura literária**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SOUZA, R. J. de; COSSON, R. Letramento literário: uma proposta para a sala de aula. In: Universidade Estadual Paulista [UNESP] (Org.). **Caderno de formação: formação de professores. Didática dos conteúdos**. São Paulo: Cultura Acadêmica: Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de Graduação, v. 2. p. 101-107, 2011.

STREET, B. **Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação**. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2014.

TOCANTINS. **Documento Curricular do Tocantins (DCT)**. Etapa Ensino Médio. Caderno 2: Linguagens e suas Tecnologias. Palmas: Seduc, 2022a. Disponível em: <https://central.to.gov.br/download/293180>. Acesso: 02 mar. 2023.

TOCANTINS. **Documento Curricular do Tocantins (DCT)**. Etapa Ensino Médio. Caderno 2. Anexo: Linguagens e suas Tecnologias. Palmas: Seduc, 2022b. Disponível em: <https://central.to.gov.br/download/294001>. Acesso em: 02 mar. 2023.

Capítulo 9

A MEDIDA DE SEGURANÇA NA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NO ESTADO DO TOCANTINS

José Bryan Gomes de Oliveira¹
Juliana Biazze Feitosa²

RESUMO

O Código Penal define as medidas de segurança como formas de tratamento de saúde para pessoas que cometeram atos que configuram crimes, em razão de transtornos mentais. A presente pesquisa objetiva construir uma proposta de atendimento às pessoas que cumprem medida de segurança no estado do Tocantins, com base na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Nosso estudo classifica-se como uma pesquisa-ação, qualitativa e documental. Utilizamos como instrumento de pesquisa dois questionários, direcionados aos gestores e técnicos municipais da política da saúde e assistência social. Além disso, analisamos as atas das reuniões do Grupo de Trabalho Interinstitucional em Saúde Mental no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Tocantins. Os dados foram interpretados à luz da Lei da Reforma Psiquiátrica e Resolução 487/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Com o desenvolvimento da pesquisa, constatamos que a implantação de um programa de saúde em meio aberto às pessoas em cumprimento de medida de segurança envolvem: o trabalho em rede entre o sistema de justiça e as políticas públicas, a formação continuada, o mapeamento da rede de serviços, a realização dos estudos de caso e construção, execução e avaliação dos projetos terapêuticos singulares. A ruptura do imaginário que atrela a loucura ao perigo, o fortalecimento da RAPS e das articulações entre as políticas sociais para assegurar direitos sociais serão essenciais para efetivar a desinstitucionalização dessas pessoas. Por fim, foi muito gratificante ver a contribuição da UFT nesse momento histórico de construção de uma política antimanicomial no estado do Tocantins.

Palavras-chave: Medida de segurança. Política antimanicomial. Rede de Atenção Psicossocial. Tocantins.

¹ Graduando em Psicologia, Pibic/CNPq, Universidade Federal do Tocantins, jose.bryan@mail.uft.edu.br.

² Doutora em Psicologia, Curso de Psicologia, Universidade Federal do Tocantins, juliana.biazze@mail.uft.edu.br .

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por objetivo construir uma proposta de atendimento às pessoas que cumprem medida de segurança no estado do Tocantins, com base na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Tem-se como problema de pesquisa: Quais os caminhos metodológicos para a estruturação de um programa de atendimento em meio aberto, sob responsabilidade da RAPS, voltado às pessoas que cumprem medidas de segurança no estado do Tocantins.

Conforme constatamos em nossa pesquisa de iniciação científica, no estado do Tocantins há 18 casos de pessoas cumprindo medida de segurança em unidade prisional por falta de um Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP) ou outro estabelecimento que garanta o atendimento de saúde previsto para essas pessoas, fato que se configura como violação de seus direitos e ausência de tratamento de saúde. Esclarecemos que nossa defesa não é pela criação de um hospital de custódia no Estado, mas sim pelo asseguramento da atenção à saúde mental pela Rede de Atenção Psicossocial - RAPS, como estabelece a Lei Paulo Delgado Nº 10.216/2001, conhecida como Reforma Psiquiátrica, bem como na Resolução Nº 487/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A Lei Nº 10.216/2001, promulgada em 06 de abril de 2001, dispõe sobre a proteção dos direitos das pessoas com transtorno mental e redireciona o modelo assistencial à saúde mental. A referida lei visa assegurar o cuidado integral em liberdade, em serviços abertos e de natureza comunitária ou territorial. Em seu § 3º do Art. 4 veda a internação nos dispositivos diversificados do paciente que possui transtorno mental em instituições de características similares, evidenciando a ilegalidade do manicômio judiciário (BRASIL, 2001).

Por meio da Portaria Nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011, A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) é instituída pelo Ministério da Saúde, que tem por finalidade a “criação, ampliação e articulação de pontos de

atenção à saúde para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde" (GARCIA; REIS, 2018, p. 23-24). Essa rede de atenção é composta por: atenção básica em saúde, atenção psicossocial, urgência e emergência, atenção residencial de caráter transitório, atenção hospitalar, estratégias de desinstitucionalização e estratégias de reabilitação psicossocial (BRASIL, 2011).

No que se refere especificamente à medida de segurança, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Resolução de Nº 487 (de 15 de fevereiro de 2023), estabeleceu no Art. 18 que após 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação, os hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico, alas ou instituições congêneres deverão ser fechadas, devendo essas pessoas que estão cumprindo a medida de segurança receber o tratamento pela RAPS. Cabe destacar que houve extensão desse prazo recentemente deliberada pelo CNJ. O instrumento pedagógico que norteará esse atendimento será o Plano Terapêutico Singular (PTS) (CNJ, 2023).

A relevância da pesquisa se dá pelo fato de colaborar para a transição de um modelo manicomial para uma política antimanicomial, fortalecendo a política pública de segurança pública e da saúde. Espera-se que nosso estudo contribua para que o Estado do Tocantins dê cumprimento à Resolução de Nº 487 do CNJ, evidenciando a importância da Universidade nesse processo e o seu compromisso social.

MÉTODO E MATERIAIS

A pesquisa proposta é classificada como uma pesquisa-ação, qualitativa de caráter social e documental, visto que propomos um caminho metodológico para a implantação de um programa de atendimento às pessoas que estão cumprindo medida de segurança no estado do Tocantins, sugerindo práticas de atendimento sustentadas na Lei da Reforma Psiquiátrica e na Resolução de Nº 487/2023 do CNJ.

Ademais, realizamos a pesquisa no mesmo espaço de tempo em que o estado iniciou o processo de implantação da política antimanicomial do Sistema de Justiça, fazendo com que a universidade contribuísse ativamente nesse processo.

A pesquisa ação é “um tipo de investigação social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo” (THIOLLENT, 2008, p.14). Cabe destacar que compomos o Grupo de Trabalho Intersectorial em Saúde Mental no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Tocantins (GTI/TJTO), instituído pela Portaria Nº 2230/2023, em decorrência do desenvolvimento da pesquisa de iniciação científica concluída intitulada: “Medida de segurança no estado do Tocantins: análises a partir da história e da reforma psiquiátrica”, de autoria de José Bryan Gomes de Oliveira, sob orientação da Professora Dra. Juliana Biazze Feitosa. Nesse momento, o GTI se transformou em Comitê Estadual Interinstitucional de Monitoramento da Política Antimanicomial (CEIMPA/TJTO), instituído pela Portaria Nº 2262/2024.

A pesquisa qualitativa busca compreender a dinâmica das relações sociais e “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2001, p. 21).

Em nosso estudo, analisamos as atas das reuniões do GTI/JTTO, realizadas mensalmente ao longo de nove meses, totalizando nove atas. Nosso instrumento de pesquisa foram dois questionários do Google Forms, com questões fechadas e abertas, que constam nos anexos D e E. Destacamos que o projeto da referida pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Universidade Federal do Tocantins - CEP/UFT, por meio do parecer de nº 5.177.004 e que seguimos todas as recomendações do CEP/UFT.

Os questionários foram enviados para as Secretarias Municipais de Saúde e de Assistência Social do estado do Tocantins, com o intuito de levantar quais são os serviços que compõem a rede local, sua forma de funcionamento e utilização dos instrumentos pedagógicos, relação com as demais políticas públicas, dentre outras informações que consideramos pertinentes. Para as localidades onde residem as pessoas que estão cumprindo medida de segurança no estado do Tocantins foi reforçado a importância de resposta ao instrumental, uma vez que as informações auxiliarão na estruturação do atendimento pela RAPS e rede socioassistencial.

O questionário foi enviado aos municípios através da 4ª Vara Criminal de Palmas, uma vez que nossa pesquisa está colaborando para a instituição da Política Antimanicomial no Sistema de Justiça do Estado do Tocantins e como forma de estimular o preenchimento.

As análises dos dados incluíram a tabulação das respostas obtidas via Google Forms, representadas em mapas (Anexos A e B) e gráficos (Anexo C), que mapeiam a rede dos municípios. O formulário foi enviado aos setores de Assistência Social e Saúde. A fim de qualificar os dados, realizou-se contato com os municípios que forneceram respostas incompletas ou de difícil compreensão nas descrições das questões.

Após minuciosas análises e leitura atenta dos dados, foram criadas as categorias de análise descritas abaixo. Nossas categorias estão relacionadas aos objetivos e ao problema de pesquisa e representam as etapas para a implantação de um programa. Nossas discussões e análises fundamentam-se nas legislações vigentes na área da saúde e na Resolução 487/2023 do CNJ.

DADOS E DISCUSSÃO

Nessa seção apresentamos nossos resultados e discussões através das categorias criadas, a saber: 1. O processo de construção em rede do programa: possibilidades e percalços no caminho, 2. Formar para a

quebra de preconceitos e o acolhimento, 3. O processo de desinstitucionalização inicia antes da desinternação e 4. Avaliação e monitoramento dos casos de pessoas em cumprimento de medida de segurança.

O processo de construção em rede do programa: possibilidades e percalços no caminho A primeira etapa a ser percorrida para construir uma proposta de atendimento às pessoas que cumprem medida de segurança no estado do Tocantins na RAPS é instituir um grupo de trabalho, que atuará em rede, para o planejamento e organização dessa proposta, considerando a importância do poder executivo participar de forma horizontal desse processo junto ao judiciário.

Entende-se por rede uma estrutura flexível, dinâmica e em constante movimento, caracterizada pela multifacetada participação de todos os atores envolvidos, por meio da cooperação e pelo funcionamento da rede de forma horizontal. A liderança dos órgãos envolvidos depende do contexto e do tipo de ação a ser executada. Além disso, uma rede pode se desdobrar em múltiplos segmentos autônomos (sub-redes), capazes de operar independentemente do restante da rede, de maneira temporária ou permanente, de acordo com a demanda ou a circunstância. É fundamental que todos os partícipes se impliquem e dividam responsabilidades no processo (PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE DO PARANÁ, 2010, p. 30-31).

Com base na Resolução 487/23 do CNJ, para a implantação da política antimanicomial do Sistema de Justiça no Tocantins, por meio da Portaria Nº 2230/23, de 15 de setembro de 2023, criou-se o Grupo de Trabalho Interinstitucional em Saúde Mental no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Tocantins (GTI/TJTO) composto pelos seguintes órgãos, conforme disposto no Art. 4º:

Judiciário do Estado do Tocantins (GTI/TJTO) [...] (Corregedoria-Geral de Justiça, GMF, VEP); Ministério Público Estadual; Defensoria Pública do Estado; Secretaria de Estado da Saúde; Secretaria de Estado de

Administração Penitenciária; Secretaria do Estado da Assistência Social; Secretaria de Estado dos Direitos Humanos; Secretaria Municipal de Saúde (gestão e coordenação de Saúde Mental); Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura; Conselho Regional de Psicologia; Instituições de Ensino Superior e da Rede de Assistência às Pessoas Egressas do Sistema Prisional do Estado do Tocantins - RAESP. (TOCANTINS, 2023, p. 03, grifo nosso)

Atribuiu-se ao GTI as seguintes competências, com base no Art 2º:

I - Propor e acompanhar ações articuladas visando a desinstitucionalização de pessoas com transtorno mental e qualquer forma de deficiência psicossocial em conflito com a lei e à promoção de seus direitos, em conformidade com a Política Antimanicomial do Poder Judiciário;

III - Identificar programas e serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e de direitos humanos necessários para a reorientação do modelo de atenção à pessoa com transtorno mental em conflito com a lei no estado do Tocantins;

VI - Propor acordos ou termos de cooperação e fluxos interinstitucionais para a garantia da atenção integral às pessoas com transtorno mental e qualquer forma de deficiência psicossocial em conflito com a lei; (TOCANTINS, 2023, p. 03)

Ao longo das reuniões foram tratadas as seguintes temáticas: na primeira reunião (Ata Nº 600) discutiu-se a implementação do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e de Execução de Medidas Socioeducativas (GMF), apresentou-se a Resolução 487/23 do CNJ e a situação da pessoa em cumprimento de medida de segurança no Sistema de Justiça no estado do Tocantins. Na segunda reunião (Ata Nº 770), foi apresentado um panorama sobre as pessoas com transtorno mental cumprindo medida de segurança no Estado do Tocantins, a necessidade de criação da Equipe do Serviço de Avaliação e Acompanhamento das Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei (EAP) e de oficializar aos

municípios que irão recebê-las, para que se organizem para ofertar o atendimento de saúde e assegurar seus direitos de forma geral.

Na terceira reunião (Ata Nº 772) foi destacada a ausência da Secretaria de Estado da Saúde (SES) e a situação da RAPS no Tocantins. Na quarta reunião (Ata Nº 910) analisaram-se casos das pessoas que estão cumprindo a medida de segurança no sistema prisional do estado do Tocantins, sendo planejado os encaminhamentos para o processo de desinstitucionalização. Na ocasião, reforçou-se o baixo retorno dos formulários já encaminhados às Secretarias de Assistência Social e de Saúde da presente pesquisa e planejamos novas estratégias de mobilização.

Na quinta (Ata Nº 230) e na sexta reunião (Ata Nº 272), aprofundou-se a análise dos casos discutidos anteriormente. Na sétima reunião (Ata Nº 367), abordou-se a integração entre as unidades penais e a RAPS, a necessidade da criação da EAP e criou-se o fluxograma de atendimento após o desligamento. Na oitava reunião (Ata Nº 514) foram discutidas perícias que constatarem inimputabilidade sem comunicação adequada entre as instituições, além do planejamento para a formação de profissionais visando à implantação da Política Antimanicomial no sistema de Justiça do Tocantins.

Com o desenvolvimento dos trabalhos, alguns desafios se colocaram, como por exemplo: o esvaziamento da representatividade dos órgãos, inclusive dos centrais para a efetivação da Política Antimanicomial do Sistema de Justiça, tais como: Ministério Público, Secretaria de Estado da Assistência Social, Junta Médica do Tribunal de Justiça e por alguns momentos da Secretaria de Estado da Saúde. O GTI na sua primeira reunião, conforme a Ata Nº 600, contou com 41 participantes de forma presencial e 06 no formato on-line, porém com a sequência das reuniões houve um esvaziamento no grupo, sendo que na última reunião, de acordo com a Ata Nº 514, tivemos 12 participantes de forma presencial e 14 no formato on-line.

Identificamos que a resistência quanto ao cuidado em liberdade para pessoas em cumprimento de medida segurança foi decisiva para a redução do grupo, evidenciando o quanto é forte o ideário da higiene mental de que é necessário isolar para tratar, como assinala Boarini (2003), bem como a ideia de perigo atrelada à loucura, que para Foucault (2002) tal relação não é intrínseca, mas foi construída historicamente. Essa construção perpassa o imaginário da sociedade brasileira e se manifesta, por exemplo, no esvaziamento do GTI. Isso revela como a associação entre loucura e perigo continua sendo uma ideia persistente.

Também observamos que quando a responsabilidade pela organização do processo de formação para a efetivação da política mencionada foi assumida pela Universidade Pública do Tocantins, as faculdades privadas deixaram de participar das reuniões. Esse comportamento pode derivar do processo de mercantilização das Instituições de Ensino Superior (IES). De acordo com Sguissardi (2015, p. 874), esse processo de mercantilização se manifesta na privatização e na busca por lucratividade no setor educacional, em que as IES privadas operam como empresas, visando maximizar lucros e atender à demanda do mercado. Além disso, “essa mercantilização reflete a crescente influência do mercado sobre a educação, passando a priorizar mais as demandas mercadológicas do que as necessidades sociais e educacionais”.

Apesar da falta de atores importantes para a implantação da política antimanicomial, percebemos que permaneceram no grupo aqueles que de fato defendiam a Reforma Psiquiátrica e a luta antimanicomial, possibilitando avançar para a construção de uma política pública para o segmento em questão. Tal fato reforça que o trabalho em rede só avança quando há alinhamento teórico-metodológico e compartilhamos objetivos comuns, tal como aponta Inojosa (2001).

Outra dificuldade encontrada refere-se à formalização da Política Antimanicomial do Sistema de Justiça do Estado do Tocantins, por meio

da assinatura de um termo de cooperação técnico-financeiro e à instituição da Equipe de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei (EAP). Um dos impasses para a assinatura do termo de cooperação técnico-financeira era a alegação de um dos órgãos sobre o desamparo dos municípios que irão receber as pessoas desinstitucionalização e pelo fato de “a rede de atenção à saúde mental não está preparada” (TJTO, Ata N° 367, 2024).

Quanto à EAP, desde a primeira reunião, ocorrida no dia 12 de setembro de 2023, o coordenador do GTI já reforçava a importância de sua criação, amparada pela Portaria do Ministério da Saúde N° 94/2014. A EAP é um dispositivo fundamental para a aplicabilidade da Resolução 487/24 do CNJ, pois fará a conexão entre a RAPS e o Sistema de Justiça. Compete à EAP, conforme Ministério da Saúde (2014, p. 19):

Realizar o processo de avaliação biopsicossocial buscando formular um parecer fundamentado na Lei 10.216/2001 e nos princípios da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), propondo intervenções terapêuticas baseadas em Projetos Terapêuticos Singulares (PTS), de preferência com enfoque comunitário, estabelecer uma comunicação contínua e corresponsável entre gestores, equipes e serviços dessas redes, servir de conexão entre a Justiça, as equipes da PNAISP e os programas sociais, assegurando um acompanhamento integral e contínuo durante a execução da medida terapêutica, assim como também apoiar a capacitação dos profissionais de saúde, justiça e assistência social sobre os conceitos e diretrizes da atenção a essas pessoas. Além disso, contribui-se para a desinternação progressiva de indivíduos que cumprem medidas de segurança, articulando-se às equipes da PNAISP e redes de atenção à saúde, assistência social e outros serviços de cidadania.

Além do mais, tem como atribuição elaborar relatórios técnicos a cada 30 dias a respeito do tratamento e do acompanhamento das

pessoas que estão em cumprimento de medida de segurança (BRASIL, CNJ, 2023).

Cabe destacar que as dificuldades citadas foram sendo superadas ao longo do processo, principalmente em razão do estabelecimento do diálogo e trabalho coletivo instituído dentro do GTI, reforçado pela liderança, sensibilidade e assertividade do coordenador, que não mediu esforços para que esses obstáculos pudessem ser superados. Na data de 1º Julho de 2024 foi publicado no Diário Oficial da União a Portaria Nº 579/2024, que “implementa a composição da Equipe de Avaliação e Acompanhamento das Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei do Tocantins” (TOCANTINS, 2024, p. 53). Em 28 de agosto de 2024, no primeiro dia da formação continuada, assina-se o Termo de Cooperação Técnico

- Financeira para oficializar a implantação da referida política. Ademais, o início do processo de implantação da referida política evidenciou a importância do processo formativo, para que de fato a política se efetivasse na materialidade, conforme discutiremos a seguir.

Formar para quebra de preconceitos e o acolhimento

A proposição e organização da formação continuada dos operadores do direito, gestores municipais e profissionais que atuam na RAPS, na Política da Assistência Social, no Sistema Prisional e nas demais políticas sociais ficou sob a responsabilidade da UFT; que assim o fez a partir da lógica da rede, propondo um grupo de trabalho para realizar essa tarefa, tornando-se uma ação conjunta entre UFT, Tribunal de Justiça e Secretaria Estadual de Saúde. Nesse grupo de trabalho optou-se por uma formação presencial, porém com possibilidade de transmissão para aqueles que não pudessem participar na presencialidade.

A Formação inicial de profissionais para a implantação da Política Antimanicomial no Sistema de Justiça no Estado do Tocantins ocorreu nas datas de 28 a 30 de agosto de 2024, totalizando a carga horária de

24 horas. Os temas abordados foram: psicopatologia e inimputabilidade penal e o papel da rede de atenção psicossocial na medida de segurança, internação no “Manicômio Judiciário”: tratamento de saúde ou intensificação do adoecimento?, a pessoa em conflito com a lei e luta antimanicomial na perspectiva da PNAISP, Medida de Segurança sob a égide da Resolução Nº 487 do CNJ, Saúde mental nos três níveis de atenção à saúde e a construção do PTS, Política da Assistência Social no processo de desinstitucionalização da pessoa em cumprimento de medida de segurança, Desinstitucionalização da pessoa privada de liberdade com transtorno mental: retratos da experiência e o processo de implantação da Política Antimanicomial no Sistema de Justiça do Tocantins.

A capacitação foi realizada com sucesso, totalizando 995 pessoas matriculadas e 467 certificadas. Durante os três dias de evento, muitos participantes forneceram feedbacks positivos, destacando a qualidade e a relevância dos conteúdos abordados. Os números também indicam que os órgãos de saúde e assistência social estão dispostos a se preparar e fortalecer enquanto rede, mostrando um compromisso com a efetiva implantação da Política Antimanicomial.

Além dessa formação, por meio de um projeto de extensão, será organizado mais um módulo sobre a metodologia de estudo de caso e construção do PTS, que será realizado de forma descentralizada nos municípios de Palmas, Araguaína e Gurupi.

A Política Nacional de Humanização (PNH) ou HumanizaSUS (2008), prevê a formação continuada entre os profissionais de saúde e incentiva uma análise crítica do trabalho em saúde. Essa análise promove uma reflexão não apenas sobre as práticas realizadas, mas também sobre como os profissionais se inserem no ambiente de trabalho. “A formação continuada é fundamental para a constituição de sujeitos sociais que estejam atentos não apenas ao que fazer, mas principalmente ao 'como' fazer, garantindo um atendimento mais humanizado e respeitoso” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008, p. 159).

Além disso, conforme Brasil e Santos (2020, p. 66), a capacitação dos servidores é essencial para a efetivação das políticas públicas. Servidores bem preparados são capazes de "formular, executar, monitorar e avaliar as políticas de maneira mais eficaz", o que contribui diretamente para o fortalecimento da rede de saúde e assistência social. Isso, por sua vez, resulta em um tratamento mais adequado para o usuário, facilitando sua integração junto ao território. O processo formativo executado procurou romper pré-conceitos e demonstrar que o acolhimento e o cuidado em liberdade promovem de fato a saúde integral.

O processo de desinstitucionalização inicia antes da desinternação

O processo de desinstitucionalização, conforme Rotelli, De Leonardis e Mauri (1990, p.32 e 48), "é um trabalho contínuo e não se efetiva apenas com a aprovação da Lei da Reforma Psiquiátrica". Esse processo se mantém até sua completa implementação e envolve um trabalho gradual, "utilizando-se do próprio sistema institucional opressor para desmontá-lo". O objetivo principal é substituir o modelo tradicional de assistência presente nas instituições totais, baseado no punitivismo e estigmatização, como bem aponta Goffman (1987). Ainda conforme os autores supracitados, esse modelo se baseava na segregação e confinamento de indivíduos considerados socialmente desviantes ou incapazes de viver em sociedade. Segundo Carrara (1998), essas instituições, incluindo os manicômios judiciais, tratavam os indivíduos não apenas como doentes, mas também como criminosos.

Vale destacar que essa lógica ainda é tão presente, que mesmo com o processo de desinstitucionalização em curso e sendo deliberado em reunião do GTI da Política Antimanicomial do Sistema de Justiça do Tocantins que nenhuma pessoa em cumprimento de medida de segurança deveria ser conduzido com algemas para os atendimentos na rede de saúde, isso vinha ocorrendo de forma sistemática, revelando essa associação direta entre loucura e perigo, como já discutido neste

trabalho. Tal fato reforça a necessidade de formação junto às equipes para romper com os preconceitos e a lógica manicomial.

A situação retratada acima evidencia que o processo de desinstitucionalização exige um plano de ação coletivo e bem estruturado, com objetivos definidos e uma equipe qualificada. Seguindo essa premissa, o mapeamento da rede, a realização do estudo de caso e a elaboração, execução e avaliação do PTS são instrumentos essenciais para tanto, conforme discutiremos a seguir:

Mapeamento da rede: conhecer para planejar o cuidado em liberdade

Reconhecendo a relevância do mapeamento da rede do estado do Tocantins para o processo de desinstitucionalização, nos propomos realizar essa tarefa em nossa pesquisa e para tanto, lançamos mão de questionários, conforme já descrito na metodologia.

Durante o mapeamento da RAPS no Estado do Tocantins, foi realizado o envio de questionários às Secretarias de Saúde de 139 municípios. Desses, 26 responderam conforme o mapa em anexo (Anexo A), evidenciando uma baixa taxa de retorno. A maioria dos técnicos e gestores dos municípios demonstrou dificuldades em entender as questões relacionadas à organização da rede, especialmente no que diz respeito à articulação entre serviços de saúde mental e atenção básica. Esse problema é ainda mais grave em municípios de pequeno porte, que carecem de estrutura articulada e de profissionais capacitados para atender as demandas de saúde mental. Na prática, o que se observa são pontos isolados de atenção, como CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), mas sem articulação efetiva com a rede mais ampla, prejudicando o acompanhamento contínuo dos pacientes, conforme discutido por Rosa e Zambenedetti (2014). Entre os 13 municípios que irão receber pessoas privadas de liberdade com transtornos mentais, apenas 03 responderam ao questionário da Secretaria de Saúde, conforme pode ser observado no anexo B.

O questionário enviado às Secretarias de Assistência Social foi respondido por 34 municípios (anexo A), o que também representa um número baixo em relação ao total de 139. As respostas revelam que muitos municípios possuem dificuldades em compreender o papel da rede socioassistencial na articulação com a saúde, sobretudo em contextos que envolvem pessoas com transtornos mentais e em cumprimento de medidas de segurança. Apenas 06 dos 13 municípios que receberão pessoas em conflito com a lei desinstitucionalização responderam ao questionário da assistência social (anexo B), o que indica uma possível falta de estrutura ou entendimento sobre as responsabilidades da rede socioassistencial nesse processo, corroborando a análise de Silva et al. (2014).

A ausência de resposta do município que mais acolhe pessoas desinstitucionalizadas (Araguaína) é particularmente preocupante, pois pode revelar uma falta de planejamento e organização local para lidar com esse desafio. Além disso, em muitos casos, a rede socioassistencial carece de serviços especializados para o atendimento de indivíduos em situação de vulnerabilidade mental, como é o caso de pessoas egressas de instituições psiquiátricas.

Por fim, os dados que conseguimos levantar estão dispostos no anexo C.

Estudo de caso: estratégia de cuidado para assegurar a singularidade

O estudo de caso no processo de desinstitucionalização é fundamental para garantir que as pessoas nesse processo não fiquem desassistidas. A Resolução 487/23 do CNJ destaca que, no momento da saída de unidades prisionais e dos HCTPs, é necessária a atuação de equipes multiprofissionais, como as da EAP. Vale lembrar que a EAP foi implantada no estado do Tocantins há aproximadamente setenta dias e em razão disso, estão construindo seu escopo de atuação e buscando conhecer o trabalho de EAPs com uma trajetória já consolidada de trabalho, como as EAPs do Maranhão e Pernambuco. Essa troca de

experiências será fundamental para que a equipe tocantinense se aprimore para construir os planos de desinstitucionalização e realizar o matriciamento das equipes da RAPS.

Os estudos de caso também precisam ser realizados pelas equipes que compõem a RAPS, pois são eles que direcionam a construção do PTS. As linhas de cuidado em saúde mental são planejadas a partir da discussão dos casos e das necessidades dos usuários, possibilitando a construção de um projeto terapêutico.

Projeto terapêutico singular: a materialidade do cuidado em saúde mental

O Projeto Terapêutico Singular (PTS) é uma importante ferramenta utilizada na atenção à saúde mental, pois é elaborado especificamente para uma pessoa, família ou grupo, com o objetivo de promover a integralidade e a equidade presente em um dos princípios básicos do SUS (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014). Conforme Dorigatti, et al. (2014), na elaboração do projeto terapêutico (PTS) é importante que o profissional e/ou equipe que irá elaborar tenha um olhar voltado para a singularidade de cada sujeito em vários contextos da sua vida, necessitando de atenção e escuta para que seja possível reconhecer as subjetividades.

O PTS será de extrema importância para a desinstitucionalização de pessoas privadas de liberdade. A Resolução 487/23 do CNJ no Art. 17 prevê:

“[...] a autoridade judicial competente para a execução penal determinará a elaboração, no prazo de 12 (doze) meses [...], PTS para todos os pacientes em medida de segurança que ainda estiverem internados em HCTP, em instituições congêneres ou unidades prisionais, com vistas à alta planejada e à reabilitação psicossocial assistida em meio aberto, a serem apresentadas no processo ou em audiência judicial que conte com a participação de representantes das entidades envolvidas nos PTS”s” (CNJ, 2023, p. 15).

O PTS deve ser construído pela equipe de saúde de referência do território, estimulando o protagonismo do usuário e de sua família. Sua elaboração inicia a partir do primeiro dia de atendimento e o mesmo é considerado um instrumento “vivo”, uma vez que está em constante movimento. É imprescindível o monitoramento da EAP e o acompanhamento da equipe de saúde do território, avaliando-o sistematicamente.

Para dar materialidade à sua construção, Miranda, Ramos e Feitosa (2024) desenvolveram um instrumento de registro do Projeto Terapêutico Singular (PTS) dividido em três etapas, a saber:

1. Elaboração do PTS, 2. Planejamento do PTS e 3. Avaliações (anexo D).

Por fim, cabe destacar que o PTS direciona como se dará o cuidado em liberdade, quais estratégias devem ser adotadas e o papel de cada partícipe nesse processo.

A desinternação propriamente dita

O encerramento da Medida de Segurança já conta com normas técnicas produzidas em alguns estados, como o Ceará e a Paraíba. No Ceará, a Norma Técnica do Governo do Estado (2022) estabelece que esse processo deve contar com o apoio da Equipe de Apoio Psicossocial (EAP), que atua diretamente no acompanhamento e reintegração das pessoas que passam por esse tipo de medida, garantindo o suporte necessário para a transição dessas pessoas para a sociedade. O município deve participar com os profissionais do SUS e SUAS, que são referências no território para o usuário. A desinstitucionalização requer um estudo de caso criterioso. O plano de desinternação, por sua vez, envolve um relatório psicossocial elaborado pela instituição que executa a Medida de Segurança, e no território, a implementação do Projeto Terapêutico Singular (PTS).

No estado da Paraíba, o plano estadual de desinstitucionalização, elaborado pela Defensoria Pública (2021), foca na atenção às crises, no fortalecimento de parcerias e na interlocução entre a Rede de Atenção

Psicossocial (RAPS) e a Segurança Pública. O objetivo é garantir intervenções ágeis em emergências, além de promover o resgate dos laços sociais e a implantação de Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT) para pessoas que cumpriram a Medida de Segurança.

No estado do Tocantins, o fluxo de comunicação entre a EAP e a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) foi construído nas reuniões do GTI e tem se materializado nas reuniões contínuas entre o Juiz da 4ª Vara Criminal e a equipe da EAP, os CAPS e os serviços socioassistenciais de diversos municípios, tais como: Gurupi, Cariri, Formoso do Araguaia e Araguaína, além de participações nas reuniões dos Conselhos Estaduais de Saúde e Assistência Social. Uma necessidade do estado é o fortalecimento dos Serviços de Residência Terapêutica, já que existem apenas duas unidades, o que limita as opções de desinstitucionalização. Informamos que as tratativas já foram iniciadas para a instituição de um Serviço de Residência Terapêutica na Capital do Estado (Palmas- TO).

Avaliação e monitoramento dos casos desinstitucionalizados

De acordo com o Manual da Política Antimanicomial do Poder Judiciário, o monitoramento dos casos de pessoas desinstitucionalizadas é realizado em conjunto pela EAP, Poder Judiciário e pela RAPS. Entende-se que após a desinstitucionalização, essas pessoas devem se reinserir no território e na sociedade, por meio da utilização da RAPS, seja pelo cuidado oferecido no meio familiar, seja pelo apoio das SRT. No estado do Tocantins serão 18 pessoas desinstitucionalizadas, esses casos devem ser monitorados e suas avaliações materializadas através de relatórios técnicos e por meio das avaliações do PTS. Tal procedimento deve-se estender aos casos de tratamento ambulatorial, aplicados como primeira medida.

É fundamental entender que a medida de segurança não deve se perpetuar no atendimento ambulatorial, mas proporcionar um caminho para o desenvolvimento da autonomia e integração social. Quando a

medida de segurança é prolongada cria uma sensação de aprisionamento constante, ainda que em liberdade. Dessa forma, a atenção à saúde deve prosseguir após o fim da medida de segurança, com o suporte ambulatorial adequado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fortalecimento da RAPS, dos estudos de caso e do PTS será essencial para garantir que o processo de desinstitucionalização de pessoas em cumprimento de medida de segurança ocorra de forma efetiva e humana.

Constatamos que a Resolução nº 487/2023 do CNJ fortalece os princípios da reforma psiquiátrica e no campo jurídico, introduziu novos procedimentos relacionados à medida de segurança, estabelecendo-se prazos para garantir a efetiva aplicação das legislações e portarias já existentes.

Por fim, foi muito gratificante ver que nossa pesquisa e a contribuição do Curso de Psicologia da UFT para a estruturação do PTS e o fortalecimento da RAPS marcam um momento histórico de construção de uma política antimanicomial no estado do Tocantins. Esse marco é especialmente significativo, considerando as várias formas de violência praticadas contra essas pessoas ao longo de séculos de institucionalização, sendo retiradas suas subjetividades e vidas. Essa experiência de pesquisa evidenciou que nossa colaboração se dá para além dos muros da Universidade e que é fundamental estarmos no controle social das políticas públicas e nas redes de proteção.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Marilene Neri; DOS SANTOS, Kátia Paulino. A Importância da Política de Formação Continuada no Desempenho dos Servidores Público. *Inovação & Tecnologia Social*, v. 2, n. 3, p. 64-72, 2020.

Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/inovacaotecnologiasocial/article/view/3868>

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução N. 487, 15 de Fevereiro de 2023. Institui a Política Antimanicomial do Poder Judiciário e estabelece procedimentos e diretrizes para implementar a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei n. 10.216/2001, no âmbito do processo penal e da execução das medidas de segurança. Diário da Justiça Eletrônico. Brasília, DF, de 27 de fev de 2023. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original2015232023022863fe60db44835.pdf>

BRASIL. Lei n.º 9.455, de 07 de abril de 1997. Define os crimes de tortura e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9455.htm

BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de Abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial da União. Brasília, DF, de 09 de Abril. 2001. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10216-6-abril-2001-364458-publicacaooriginal-1-pl.html>

BRASIL. Ministério da Saúde. Cadernos HumanizaSUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Nº 3.088, de 23 de Dezembro de 2011 (*). Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União. Brasília, DF, de 30 de Dez 2011. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=30/12/2011&jornal=1&pagina=59 &totalArquivos=160>

BRASIL. Portaria N° 94, de 14 de janeiro de 2014. Institui o serviço de avaliação e acompanhamento de medidas terapêuticas aplicáveis à pessoa com transtorno mental em conflito com a Lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014c. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt0094_14_01_2014.html.

BRASIL. Portaria N° 95, de 14 de janeiro de 2014. Dispõe sobre o financiamento do serviço de avaliação e acompanhamento às medidas terapêuticas aplicáveis ao paciente judiciário, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014d. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt0095_14_01_2014.htm

BRASIL. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Ações Programáticas. Instrutivo Técnico da Rede de Atenção Psicossocial - Raps - no Sistema Único de Saúde - SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/instrutivo_tecnico_raps_sus.pdf.

CEARÁ. Nota Técnica nº 02/2022: A desinternação (ou liberação condicional) e acompanhamento de egressos de medida de segurança. Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA), 08 de novembro de 2022. Disponível em: Nota Técnica nº 02/2022

FRIGOTTO, G. Metodologia da Pesquisa Educacional. São Paulo, SP: Cortez, 1994.

Foucault, Michel (2002). Os anormais. São Paulo: Martins Fontes.

GARCIA, P. T; REIS, R. S. Redes de atenção à saúde: Rede de Atenção Psicossocial-RAPS São Luís: EDUFMA, 2018. Disponível em: <https://ares.unasus.gov.br/acervo/handle/ARES/10279>

INOJOSA, R. M. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersetorialidade. Cadernos Fundap. São Paulo, n. 22, p. 102-110, 2001. Disponível em: https://www.pucsp.br/prosaude/downloads/bibliografia/sinergia_politic as_servicos_publicos.pdf.

MINAYO, M. C. de S. (org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, Carlos Augusto et al. Projeto terapêutico singular (PTS): instrumento de cuidado ao sujeito em sofrimento psíquico. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 13, n. 2, p. e5709-e5709, 2021. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/5709>

PARAÍBA. Plano Estadual de Atenção Integral à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei: Aprovado pela Comissão Intergestores Bipartite da Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba (SES-PB) através da Resolução CIB/PB nº 19/2021. Disponível em: https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-planejamento-orcament o-e- gestao/copy_of_PLANOESTADUALFINALIZADO.pdf

PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E JUVENTUDE. Orientações para implementação de redes. Organização: Oliveira, T. A. et al. Curitiba, PR, 2010.

PEREIRA ROSA, Marcela; ZAMBENEDETTI, Gustavo. Descompassos da reforma psiquiátrica: a saúde mental em um município do interior do Paraná. DESAFIOS - Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 317-335, 2015. DOI: 10.20873/uft.2359-3652.2014v1n1p317. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/desafios/article/view/1090>.

ROTELLI, F.; LEONARDIS, O.; MAURI, D. Desinstitucionalização, Psicoterapia e as Práticas de Liberdade. São Paulo: Hucitec, 2001.

CARRARA, Sergio. Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século. Rio de Janeiro/São Paulo, Ed. da UERJ/Edusp, 1998. 227 páginas.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil?. Educação & Sociedade, v. 36, p. 867-889, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/mXnvfHV7q5gHBRkDSLrGXr/abstract/?lang=pt>

SILVA, Luana Idalino da et al. Experiências dos familiares de pessoas com transtorno mental. Rev. Rene, v. 15, n. 2, p. 316-325, 2014. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/es/revista/rev-rene/articulo/experiencias-dos-familiares-de-pessoas-com-transtorno-mental>

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 2008.
TOCANTINS. Diário Oficial do Estado do Tocantins, edição 6601. Disponível em: <https://diariooficial.to.gov.br/busca?por=edicao&edicao=6601>.

TOCANTINS. Portaria nº 2230/2023, PRESIDÊNCIA/ASPRE, de 15 de setembro de 2023. Institui no âmbito do Poder Judiciário do Tocantins, através do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tocantins - GMF, o Grupo de Trabalho Interinstitucional em Saúde Mental no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Tocantins. Tocantins, TO, 15 de Setembro. 2023.

TOCANTINS. Tribunal de Justiça do Estado. Ata da Nona Reunião do Grupo de Trabalho Interinstitucional em Saúde Mental no Âmbito do Poder Judiciário do Estado do Tocantins. Presidência/GMF, 26 jun. 2024. (Ata Nº 590).

TOCANTINS. Tribunal de Justiça do Estado. Ata da Oitava Reunião do Grupo de Trabalho Interinstitucional em Saúde Mental no Âmbito do

Poder Judiciário do Estado do Tocantins. Presidência/GMF, 03 jun. 2024.
(Ata N° 514).

TOCANTINS. Tribunal de Justiça do Estado. Ata da Primeira Reunião do Grupo de Trabalho Interinstitucional em Saúde Mental no Âmbito do Poder Judiciário do Estado do Tocantins. Presidência/GMF, 12 set. 2023.
(Ata N° 600).

TOCANTINS. Tribunal de Justiça do Estado. Ata da Quarta Reunião do Grupo de Trabalho Interinstitucional em Saúde Mental no Âmbito do Poder Judiciário do Estado do Tocantins. Presidência/GMF, 14 dez. 2023.
(Ata N° 914).

TOCANTINS. Tribunal de Justiça do Estado. Ata da Quinta Reunião do Grupo de Trabalho Interinstitucional em Saúde Mental no Âmbito do Poder Judiciário do Estado do Tocantins. Presidência/GMF, 14 mar. 2024.
(Ata N° 230).

TOCANTINS. Tribunal de Justiça do Estado. Ata da Segunda Reunião do Grupo de Trabalho Interinstitucional em Saúde Mental no Âmbito do Poder Judiciário do Estado do Tocantins. Presidência/GMF, 09 nov. 2023.
(Ata N° 770).

TOCANTINS. Tribunal de Justiça do Estado. Ata da Sétima Reunião do Grupo de Trabalho Interinstitucional em Saúde Mental no Âmbito do Poder Judiciário do Estado do Tocantins. Presidência/GMF, 24 abr. 2024.
(Ata N° 367).

TOCANTINS. Tribunal de Justiça do Estado. Ata da Sexta Reunião do Grupo de Trabalho Interinstitucional em Saúde Mental no Âmbito do Poder Judiciário do Estado do Tocantins. Presidência/GMF, 25 mar. 2024.
(Ata N° 272).

TOCANTINS. Tribunal de Justiça do Estado. Reunião do Grupo de Trabalho Interinstitucional em Saúde Mental no Âmbito do Poder

Judiciário do Estado do Tocantins para Apresentação do Plano de Trabalho Elaborado e Obter as Contribuições dos Membros do GTI/TJTO. Presidência/GMF, 09 nov. 2023. (Ata N° 772).

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil

Capítulo 10

O BRINCAR EM DIAGNÓSTICOS DE CRIANÇAS COM SUSPEITAS DE TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Sophia Calixta Cardoso Oliveira¹
Ladislau Ribeiro do Nascimento²

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar o ato de brincar em diagnósticos de crianças com suspeita de Transtorno do Espectro Autista (TEA). Para tanto, realizou-se uma revisão integrativa de literatura a partir do acesso a artigos publicados nas bases de dados SciELO, BVS-Psi e PePsic, no período de 2013 a 2023. A busca decorreu do emprego dos seguintes descritores: (1) autismo; (2) Transtorno do Espectro Autista - TEA; (3) brincar; (4) diagnóstico. Este primeiro levantamento retornou três artigos. Diante da quantidade reduzida de textos encontrados, recorreu-se a um levantamento no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e no Google Scholar. Esta consulta retornou cinco artigos elegíveis para a revisão. Assim, ao todo, dez artigos foram selecionados e submetidos a leitura integral. Os resultados indicam o predomínio de avaliações psicodiagnósticas apoiadas em testes psicométricos, em que o ato de brincar não é levado em consideração. Contudo, constatarem-se estudos apoiados na matriz histórico-cultural que definem as brincadeiras e o brincar como recursos cruciais para o desenvolvimento infantil. Nesta perspectiva, o brincar desponta com potencial para subsidiar processos de avaliação e de intervenção psicológica, na medida em que suscita interação e trocas mediadas pela linguagem e por outros signos da cultura; ademais, ao brincar, as crianças com suspeita de TEA ou com o transtorno propriamente dito encontram a possibilidade de compartilhar afetos, internalizar valores, assimilar significados de objetos e ações, além de produzirem sentidos para experiências e trocas cruciais ao desenvolvimento.

Palavras-chave: Autismo; Transtorno do Espectro Autista; Brincar; Diagnóstico; Psicologia histórico-cultural.

¹ Graduanda do Curso de Psicologia. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq, Universidade Federal do Tocantins, e-mail: sophia.calixta@mail.uft.edu.br

² Doutor em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Curso de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Ensino em Ciências e Saúde,

Universidade Federal do Tocantins , vínculo, instituição, e-mail:
ladislaunascimento@uft.edu.br

INTRODUÇÃO

O Transtorno de Espectro Autista (TEA) faz parte da categoria dos transtornos do neurodesenvolvimento, impactando nos domínios da comunicação e da interação, além de associar-se aos chamados comportamentos estereotipados e à restrição de interesses (APA, 2013). Geralmente, o TEA é diagnosticado quando o indivíduo se encontra na fase pré-escolar, momento em que são percebidos comprometimentos nas capacidades de comunicação e de contato da criança com o outro. Na maioria dos casos, o diagnóstico em casos de suspeita de TEA segue parâmetros estabelecidos pelo DSM-V (APA, 2013). Os critérios do referido manual baseiam-se em concepções tradicionais sobre o transtorno, as quais ressaltam traços presentes em crianças com TEA, a saber: problemas com a simbolização de objetos ausentes, incapacidade para interagir com outras crianças, interesses restritos e repetitivos, dentre outros aspectos em geral negativos e que apontam para supostas faltas.

Sob a orientação de um enfoque crítico, apoiados nos pressupostos da matriz histórico-cultural (VYGOTSKY, 1991), para a qual o sujeito se constitui como um ser social, colocamos em análise as brincadeiras e do ato de brincar em processos de avaliação diagnóstica em casos de suspeitas de TEA. Na mesma perspectiva, consideramos a relevância das atividades lúdicas para os processos de intervenção no campo do autismo.

De acordo com a matriz histórico-cultural, o homem se constitui em meio às relações com o outro e com a natureza (SOUZA; ANDRADA, 2013). O seu “[...] comportamento é formado por peculiaridades e condições biológicas e sociais do seu crescimento” (VYGOTSKY, 2001, p. 63). O desenvolvimento decorre de interações mediadas pela linguagem. Na

interação com os pares e com os adultos, as crianças internalizam os significados de objetos, regras, valores e atitudes (VYGOTSKY, 2001).

A criança encontra nas brincadeiras e no brincar as principais oportunidades para interagir, estabelecer trocas afetivas e desenvolver o seu psiquismo (VYGOTSKY, 2006). Nesta perspectiva, a criança se constitui sob a influência de fatores biológicos, psicológicos e sociais (VYGOTSKY, 2006).

No caso das crianças com TEA, a inserção no campo da ludicidade pode ser dificultada por eventuais restrições em termos de interação e comunicação, sobretudo quando os adultos não são capazes de mediar as relações e de investir na significação de objetos, situações, valores, e comportamentos.

De acordo com o que se convencionou no DSM-V:

O transtorno do espectro autista caracteriza-se por déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, incluindo déficits na reciprocidade social, em comportamentos não verbais de comunicação usados para interação social e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos (APA, 2013).

O TEA impacta na vida dos sujeitos para além da esfera cognitiva, atravessando-os nas suas relações sociais e em suas formas de perceber e significar o mundo. Nesse sentido, quando se pensa em um diagnóstico em casos de suspeita de TEA, o brincar emerge como atividade crucial, pelo fato de criar as condições mais estimulantes para as crianças se relacionarem com os pares e com os adultos. As brincadeiras inserem as crianças no campo do simbólico e fomentam o desenvolvimento das chamadas funções psicológicas superiores (VYGOTSKY, 2006), que incluem memória, vontade, percepção, consciência, atenção, pensamento, vontade, emoção, fala e formação de conceitos (SOUZA; ANDRADA, 2013).

O brincar mobiliza as trocas e as relações necessárias para a inserção da criança em processos simbólicos (ALBUQUERQUE; BENITEZ, 2020). Assim, quando se pensa em uma criança com suspeita de TEA, observa-se peculiaridades no brincar, no modo de se relacionar com os objetos, com os pares e com os adultos em relação. Deste modo, em processos diagnósticos, o brincar permite a quem examina o acesso a atitudes e comportamentos que dizem sobre os modos pelos quais um sujeito forma conceitos, comunica-se, assimila informações, age, reage e interage de um modo geral. Para além das práticas psicodiagnósticas, o ato de brincar desponta como recurso significativo aos processos de intervenção e de cuidado no tratamento do TEA.

A princípio, o presente estudo elegeu como objeto central o brincar em processos de avaliação diagnóstica em casos de suspeitas de TEA. Todavia, este objeto foi reformulado em face da reduzida quantidade de trabalhos em que o brincar compôs a prática do psicodiagnóstico. Deste modo, considerou-se o brincar como atividade com potencial interventivo frente ao TEA, para além de suas contribuições em processos de avaliação psicodiagnóstica.

MÉTODO E MATERIAIS

A pesquisa consistiu em uma revisão integrativa. Em um primeiro momento, realizamos uma busca por artigos indexados nas bases de dados Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia Brasil (Bvs-Psi) e Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePsic). Utilizamos os seguintes descritores: (1) autismo; (2) Transtorno do Espectro Autista - TEA; (3) brincar; (4) diagnóstico. Tendo em conta a escassez de produções acerca do tema, recorreremos ao Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e ao Google Acadêmico. Além disso, refinamos o objeto de estudo ao definir a abordagem teórica utilizada na fundamentação das pesquisas e/ou intervenções relatadas nos artigos selecionados. Assim, selecionamos apenas os artigos apoiados na matriz histórico-cultural.

Realizou-se uma leitura atenta de cada artigo selecionado, considerando aspectos como: objetivos, tipo de estudo, método e resultados. A leitura foi orientada pelas seguintes questões: (1) Qual é a definição do ato de brincar? (2) Quais tipos de brincadeiras são mencionados? (3) De que modo as brincadeiras poderiam ser inseridas em um processo de avaliação? (4) De que modo as brincadeiras poderiam potencializar os processos de intervenção?.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O levantamento feito nas fontes indicadas resultou em um total de dez artigos. As análises consideraram dois grandes eixos, sendo eles: (1) o brincar nos processos avaliativos em crianças com suspeita de TEA e (2) o brincar em processos interventivos na clínica de TEA. Dessa forma, no que tange à esfera da avaliação, o brincar foi compreendido como uma atividade com potencial para oferecer dados sobre o potencial de uma criança para se comunicar e interagir com pares ou com adultos. Além disso, por meio das brincadeiras é possível identificar o repertório da criança, bem como a sua maneira de abstrair informações e de assimilar os significados de objetos, palavras, dentre outros elementos da cultura. (VYGOTSKY, 1991).

Além disso, em um contexto de avaliação psicodiagnóstica em que se considera a dimensão lúdica no processo, pode-se compreender como uma criança se relaciona com os pares e com os adultos. Neste sentido, o examinador deve ser capaz de mediar o contato da criança com os elementos do processo diagnóstico, que inclui objetos como brinquedos, móveis do espaço em que a avaliação ocorre, brincadeiras e, eventualmente, outras crianças. Pensar no tópico de interação entre o triângulo adulto-criança-brinquedo é de suma importância para a identificação de eventuais particularidades da criança nos domínios da interação social e da comunicação.

As abordagens tradicionais voltadas ao estudo do TEA salientam a tendência de as crianças com o transtorno utilizarem os brinquedos de

formas estereotipadas, em geral de modo disfuncional e descontextualizado. (SABOIA, 2017). Contudo, os trabalhos feitos com base na psicologia histórico-cultural enfatizam as possibilidades de superação dos traços que sinalizam a condição atípica de crianças com TEA. Um estudo realizado no Laboratório de Educação Física Adaptada, do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo (LAEFA/CEFD/UFES) mostrou que, as crianças com TEA são capazes de significar objetos, comportamentos, dentre outros elementos construídos social e culturalmente (SÁ, 2015).

O brincar de faz de conta, por exemplo, insere a criança em uma dimensão simbólica com potencial para fazê-la internalizar significados e produzir sentidos para as experiências. Neste campo de interação se observam maneiras de lidar com a realidade representada. Ademais, é possível observar o desenvolvimento real da criança e planejar ações para facilitar o desenvolvimento potencial. Esta perspectiva amplia o escopo de análise para além dos tradicionais critérios de funcionalidade (MOURA et al, 2021). Assim, pensar o brincar nesses processos diagnósticos é uma forma de subverter as práticas proeminentes do psicodiagnóstico no contexto do autismo. Interagir com o sujeito a fim de compreender como ele percebe o mundo que o cerca é um jeito de superar o psicodiagnóstico clássico, de abordagem psicométrica (PATTO, 1997). Neste sentido, esta abordagem se propõe inclusiva e democrática.

Conforme ilustrado por Vygotsky (2018), no texto "Imaginação e criação da infância", uma criança pode utilizar um cabo de vassoura para se imaginar sobre um cavalo, quando brinca de boneca consegue imaginar no papel uma mãe. As brincadeiras de faz de conta levam a criança para o campo do imaginário e refletem ações sociais que irão auxiliar em seu desenvolvimento (DE MELO; MATTOS; LIONE, 2023), assim, crianças com suspeita de TEA avaliadas também no aspecto da brincadeira tendem a mostrar também sua forma de perceber o mundo e sua capacidade de abstração.

Segundo o DSM-V (APA, 2013), sujeitos autistas são literais, têm dificuldades de lidar com situações e expressões sociais que incluem sarcasmo, ironia e simbolismos. Por meio das brincadeiras, no entanto, torna-se possível auxiliar as crianças que se enquadram às características acima com o objetivo de fazê-las decodificar tais expressões linguísticas e corporais atreladas ao sarcasmo e à ironia, apenas para citar dois exemplos. Conforme se observa, o brincar viabiliza processos interventivos potentes no campo do autismo. As brincadeiras permitem a construção de novas habilidades sociais (DELIBERATO; ADURENS; ROCHA, 2021).

Desse modo, a brincadeira se insere na clínica interventiva como canal de interação com o sujeito e com os signos da cultura, fazendo com que, de maneira lúdica, a criança adquira repertórios sociais e culturais fundamentais para a sua participação social. O brincar é compreendido como ato imprescindível para o ser humano (BROUGÈRE, 2008; VYGOTSKY, 2008; WINNICOTT, 1975). Na clínica do autismo não seria diferente.

O brincar viabiliza à criança a apropriação da cultura. Quando, por exemplo, duas crianças brincam de “escolinha”, entram em contato com a realidade sociocultural que a cerca. Assim, pode internalizar elementos como normas, valores e regras sociais (VYGOTSKY, 1991). Ou seja, o brincar auxilia a criança na construção de repertórios e no desenvolvimento de habilidades sociais imprescindíveis para toda a vida de um sujeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo propôs uma análise sobre o brincar como atividade relevante aos processos de avaliação psicológica, bem como às práticas interventivas na abordagem do TEA. Os dados mostram a escassez de trabalhos em que o lúdico tenha sido considerado como fator importante para os processos psicodiagnósticos. Todavia, observou-se um conjunto importante de estudos que apontam para o

potencial das brincadeiras e do brincar para o desenvolvimento humano e, de modo mais específico, para o desenvolvimento das crianças autistas.

A abordagem histórico-cultural mostrou-se atual e muito significativa para subsidiar estudos e práticas que tomem como alvo o desenvolvimento de crianças com TEA. A pesquisa apontou para a importância das práticas interventivas e avaliativas que levam em conta a ludicidade e estimulam o contato da criança com o mundo simbólico. Para além das faculdades cognitivas, interessa-nos acessar a criança em sua dimensão social e histórica. As brincadeiras e interações que delas decorrem permitem o contato com as crianças em suas maneiras de pensar, estabelecer vínculos e atribuir sentidos diante dos significados compartilhados.

Por fim, consideramos o alcance dos objetivos traçados para a presente pesquisa. Ainda assim, ressaltamos a demanda pela realização de outros estudos que abordem o brincar como atividade fundamental para o acesso à dimensão subjetiva de sujeitos autistas ou com suspeitas de TEA.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, I.; BENITEZ, P. O brincar e a criança com Transtorno do Espectro Autista: revisão de estudos brasileiros. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 15, n. 4, p. 1939-1953, 2020. DOI 10.21723/riaee.v15i4.12811

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION et al. DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. Artmed Editora, 2014.

BROUGÈRE, Gilles. Brinquedo e cultura. Cortez, 1997.

DELIBERATO, Débora; ADURENS, Fernanda Delai Lucas; ROCHA, Aila Narene Dahwache Criado. Brincar e contar histórias com crianças com

Transtorno do Espectro Autista: mediação do adulto. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 27, p. e0128, 2021.

DE MELO MATTOS, Michele Morgane; LIONE, Viviane de Oliveira Freitas. O BRINCAR DAS CRIANÇAS COM O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL. Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp, v. 11, n. 1, 2023.

MOURA, Alanna Moura e; SANTOS, Bruna Monyara Lima dos; MARCHESINI, Anna Lúcia Sampaio. O brincar e sua influência no desenvolvimento de crianças com transtorno do espectro autista. Cad. Pós-Grad. Distúrb. Desenvolv., São Paulo , v. 21, n. 1, p. 24-38, jun. 2021 .

PATTO, M. H. S.. Para uma Crítica da Razão Psicométrica. Psicologia USP, v. 8, n. 1, p. 47-62, 1997.

SÁ, M. DAS G. C. S. DE .; SIQUARA, Z. O. CHICON, J. F.. Representação simbólica e linguagem de uma criança com autismo no ato de brincar. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 37, n. 4, p. 355-361, out. 2015.

SABOIA, C. et al. Do brincar do bebê ao brincar da criança: um estudo sobre o processo de subjetivação da criança autista. Rev. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 33, p. 1-8, 2017. DOI 10.1590/0102.3772e33426

SOUZA, V. L. T. DE .; ANDRADA, P. C. DE .. Contribuições de Vigotski para a compreensão do psiquismo. Estudos de Psicologia (Campinas), v. 30, n. 3, p. 355-365, jul. 2013.

VIGOTSKI, L. S. Obras Escogidas. Madrid: Machado Libros, 2001.

VIGOTSKI, Lev S. La crisis de los siete años. Obras escogidas, v. 4, p. 377-386, 2006.

VIGOTSKI, Lev. S. Imaginação e criação na infância: ensaio psicológico, livro para professores. Trad. de Zóia Prestes e Elizabeth Tünes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991. WINNICOTT, D. W. O brincar e a realidade. Rio de Janeiro: Ed. 1975.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil.

Capítulo 11

OS EFEITOS DA EXPOSIÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA INFÂNCIA: UMA LEITURA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL.

Emiliana Neta Pereira Campos¹
Adriano Júnio Moreira de Souza²

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo a investigação das consequências associadas à exposição à violência doméstica na infância por meio de uma revisão sistemática de literatura. As buscas foram realizadas nas bases de dados Scientific Eletronic Library Online (SciELO) e PubMed, utilizando como palavras-chave em inglês Consequences of domestic violence, Children, Development, Exposure to domestic violence, e português "Consequências da violência doméstica", "Crianças", "Desenvolvimento" e "Exposição à violência doméstica". O estudo seguiu as recomendações do método Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA) para identificação e seleção dos estudos, resultando em um total de 12 estudos selecionados para análise e inclusão nesta revisão. Os resultados indicam consequências que podem ser categorizadas em sintomas internalizantes, externalizantes, problemas de rendimento escolar e Q.I, além das consequências indiretas relacionadas à má saúde mental materna. Esses resultados foram discutidos a partir de uma ótica analítico-comportamental, ressaltando a forte influência que o ambiente exerce para a aquisição desses comportamentos. Concluiu-se que domicílios onde ocorre violência doméstica constituem um forte influenciador para aquisição de diversas consequências que influenciam negativamente o bem-estar psicossocial infantil.

Palavras-chave: Violência doméstica; Exposição; Infância.

¹ Graduanda em Psicologia, Bolsista Pibic/CNPq, Universidade Federal do Tocantins, emiliana.neta@mail.uft.edu.br

² Doutor em Neurociências, Professor do curso de Psicologia, Universidade Federal do Tocantins, junio.adriano@mail.uft.edu.br

INTRODUÇÃO

A problemática da violência doméstica emerge como uma questão social pertinente que transcende as fronteiras de diferentes países ao redor do mundo, atingindo pessoas de diferentes gêneros e idades. É imprescindível ressaltar, no entanto, que, embora homens, crianças, adolescentes e idosos também possam ser vítimas, a incidência desse fenômeno recai de maneira desproporcional sobre as mulheres, sendo as mulheres negras mais propensas a sofrerem algum tipo de violência conforme afirma Engel (2020).

No Brasil, devido aos altos índices de violências praticadas contra as mulheres, foi sancionada, em 07 de agosto de 2006, a LEI Nº 11.340, conhecida popularmente como “Lei Maria da Penha”. Este dispositivo legal, caracteriza violência doméstica contra a mulher como ações que resultem em morte, sofrimento psicológico, físico, sexual, patrimonial ou danos morais. E define o contexto da unidade doméstica, como o local onde pessoas convivem de forma permanente, independentemente de possuírem vínculo familiar, inclusive aquelas que ocasionalmente se agregam (BRASIL, 2006).

Convém ressaltar que as variações terminológicas, tais como “violência por parceiro íntimo”, definida atos de violência física, emocional ou sexual infligidos por um dos parceiros, ocorrendo durante ou após o fim de uma relação (GARCIA; SILVA, 2018), e “violência interparental”, entendida como situações de violência que entre progenitores de uma criança (SANI, 2018), foram consideradas como sinônimas do termo “violência doméstica” durante a seleção dos artigos para compor a amostra desta revisão.

Ao delinear a abrangência do fenômeno da violência doméstica, torna-se imperativo confrontar a realidade de mulheres mães. De acordo com Cleto et al., (2019), mulheres que possuem filhos estão mais propensas à exposição em situações de violência física em comparação às mulheres sem filhos. A autora destaca que, embora as mulheres

sejam as principais vítimas, os danos da violência são ampliados para além da esfera individual, impactando também crianças, adolescentes e outros membros familiares.

Estudos estatísticos revelam os altos índices de crianças que convivem em contextos adversos permeados pela violência doméstica. Segundo Engel (2020), 49,58% das mulheres que sofreram algum tipo de agressão ou ameaça tiveram o próprio lar como ambiente de agressão, o que acaba coadunando para que em 59,66% das vezes, os filhos sejam expostos e presencie à situação de violência doméstica e sofram a violência em 21,64% dos casos de agressão. A exposição dessas crianças em contextos de conflitos, somados a deterioração dos cuidados maternos, que também são afetados negativamente em mães vítimas de violência, as tornam altamente vulneráveis aos efeitos decorrentes dessa exposição, prejudicando assim um desenvolvimento saudável (MARGOLIN, 2000; HOLMES, 2013).

Sani (2011), por exemplo, expõe os reflexos da violência doméstica na relação mãe-filho que se manifestam através dos cuidados maternos das mulheres-vítimas, que são perpassadas por sentimento de impotência, culpa, depressão, ansiedade e baixa autoestima que refletem na capacidade parental e o sentimento de segurança que a mãe experimenta ao conectar emocionalmente com seus filhos. O estudo da autora pontuou que mulheres que passaram pela situação estressante da violência doméstica tendiam a utilizar de práticas educativas parentais inadequadas de maneira mais recorrente na relação com os filhos, quando comparadas com as mulheres não-vítimas. Além disso, essas mulheres também não reconheciam essas práticas como inadequadas.

A literatura sobre o tema sustenta que o stress proveniente da violência doméstica afecta as práticas educativas da progenitora [...], podendo esta tornar-se inconsistente, menos responsiva, negligente ou usar mesmo com os seus filhos estratégias mais duras, como ameaça, coação ou abuso físico[...] (SANI, 2011, p. 249).

Diante do exposto, torna-se evidente a importância de investigar os efeitos da violência doméstica naqueles que são expostos a ela ainda na infância. Durante a infância a criança está em fase de desenvolvimento físico, cognitivo e psicossocial, sofrendo fortes influências do ambiente nesses processos (PAPALIA; FELDMAN, 2013). A compreensão dessas implicações demonstra uma importância que transcende o ambiente acadêmico, sendo crucial para a articulação de políticas públicas que adotem uma abordagem integrada de proteção às crianças, visando não apenas mitigar os impactos psicológicos ou comportamentais, mas também a promoção de um ambiente propício para um desenvolvimento saudável. Para isso, é importante incluir também o apoio às mulheres vítimas de violência doméstica, englobando não apenas questões relativas à violência e saúde mental, mas também cuidados maternos e educação dos filhos nessas situações.

Para desvendar as nuances intrínsecas do testemunho da violência doméstica por parte de crianças, este estudo adotou uma perspectiva analítico-comportamental. A análise do comportamento é uma ciência que tem como base os pressupostos do behaviorismo radical, e busca compreender o comportamento humano a partir do histórico de interação do organismo e seu ambiente tendo como conceitos fundamentais o condicionamento pavloviano, condicionamento operante, modelagem, esquema de reforçamento, discriminação de estímulos, dentre outros (MOREIRA; MEDEIROS, 2019). É importante ressaltar que estes conceitos não serão detalhados neste estudo, sendo necessário que o leitor tenha familiaridade com esses conceitos para uma compreensão completa do texto.

Tendo em vista que a infância é uma fase de grande importância para aquisição de repertório comportamental, considerando que é o período no qual ocorre o contato com as primeiras contingências ambientais, é importante atentar-se para determinados tipos de comportamentos, que podem ser indicativos de que a criança esteja inserida em um ambiente hostil. A hostilidade de ambientes violentos para mãe e filhos

desempenha fortes influências no desenvolvimento do repertório comportamental infantil.

O repertório comportamental de um organismo é em parte resultante das consequências que geram. Dessa forma, a seleção pelas consequências produz e desempenha uma função de adaptabilidade ao meio, por mais que determinados comportamentos sejam considerados desajustados socialmente, é importante considerar que houve um contexto no qual o mesmo foi selecionado (PRADO,2013). Assim, uma criança pode desenvolver padrões comportamentais agressivos, que embora sejam considerados não adaptativos em contextos diferentes daquele que selecionou o comportamento, o mesmo pode constituir uma forma de lidar com o estresse/agressividade comuns em ambientes permeados pela violência doméstica.

Nesse sentido, é importante considerar que, embora muitos comportamentos sejam determinados geneticamente, as interações do organismo com as contingências ambientais e culturais são responsáveis por selecionar, a partir do que é herdado, os comportamentos que irão formar o repertório comportamental do organismo (SKINNER, 2003). Quanto a isso, Bijou e Baer (1980) pontuam que, ao buscar compreender certos comportamentos infantis não se pode considerar a criança sem levar em consideração o seu ambiente. Considerando esses aspectos, este estudo teve como objetivo investigar, por meio de uma revisão sistemática da literatura, os principais efeitos, comportamentais e emocionais que se manifestam de maneira internalizante e externalizante, além das consequências indiretas da exposição da criança a um ambiente doméstico violento.

Ao adotar uma ótica analítico-comportamental pretende-se obter uma compreensão mais abrangente sobre como ambientes hostis desempenham um papel crítico para o desenvolvimento comportamental e psicossocial de crianças expostas a situações de violência doméstica. Com isso, objetiva-se não só contribuir para o

aumento do acervo acadêmico, mas também para a formulação de estratégias efetivas de intervenção e suporte a crianças e mães vulneráveis a essa situação.

MÉTODO E MATERIAIS

Para conseguir alcançar os objetivos propostos pelo estudo, adotou-se como abordagem o método qualitativo, uma vez que seus resultados não serão apresentados em dados numéricos, essa característica é condizente com as necessidades deste estudo. Como método investigativo foi realizada uma revisão sistemática da literatura que se baseará nas recomendações do método PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses), que “pode ser usado para revisões sistemáticas originais, revisões sistemáticas atualizadas ou revisões sistemáticas continuamente atualizadas (“vivas”)” (PAGE et al., 2021, p.1, tradução própria). Esse método inclui um checklist, contendo as orientações para a produção do relatório final, e um fluxograma, apresentando o processo de seleção de estudos que ocorreram ao longo da revisão sistemática.

O processo de seleção dos artigos seguiu o fluxograma prisma que compreende 5 etapas bem definidas. Na primeira, foi realizada a identificação dos registros nas bases de dados e averiguação de possíveis duplicações. Na segunda etapa, efetuou-se a leitura do título e resumo das publicações, seguida pela exclusão daqueles que não se alinham aos objetivos desta revisão. Na terceira etapa procedeu-se à averiguação da disponibilidade dos registros na íntegra, excluindo-se aqueles indisponíveis integralmente. Já na quarta etapa, ocorreu a realização da leitura completa de todos os textos, excluindo os que não atenderam aos critérios de elegibilidade desta pesquisa. Por fim, a quinta e última etapa diz respeito ao total de artigos que foram selecionados para comporem a amostra final deste estudo.

Para realizar a busca dos materiais que foram utilizados neste estudo, correu a seleção de duas bases de dados, sendo elas: Scientific

Eletronic Library Online (SciELO) e PubMed. Como descritores foram utilizadas as seguintes palavras em inglês Consequences of domestic violence, Children, Development, Exposure to domestic violence, e português “Consequências da violência doméstica”, “Crianças”, “Desenvolvimento”, “Exposição à violência doméstica”. As palavras foram pesquisadas conjuntamente em ambas plataformas. Na base de dados SciELO ocorreu a pesquisa das palavras em inglês e português, já na base PubMed as palavras foram utilizadas apenas em inglês. Não será aplicado nenhum tipo de filtro em ambas plataformas.

Como critério de inclusão para seleção dos estudos, foram consideradas publicações sem limite de datas, sendo elas estudos originais ou revisões que versam sobre o tema violência doméstica e desenvolvimento infantil, violência doméstica contra mulheres mães, consequências diretas ou indiretas da violência doméstica para os filhos. Por outro lado, como critério de exclusão, foram descartados artigos que não versam sobre os tópicos tratados nos critérios de inclusão, artigos duplicados, artigos que investigaram consequências da violência doméstica em adolescentes/adultos e artigos não disponíveis na ocasião.

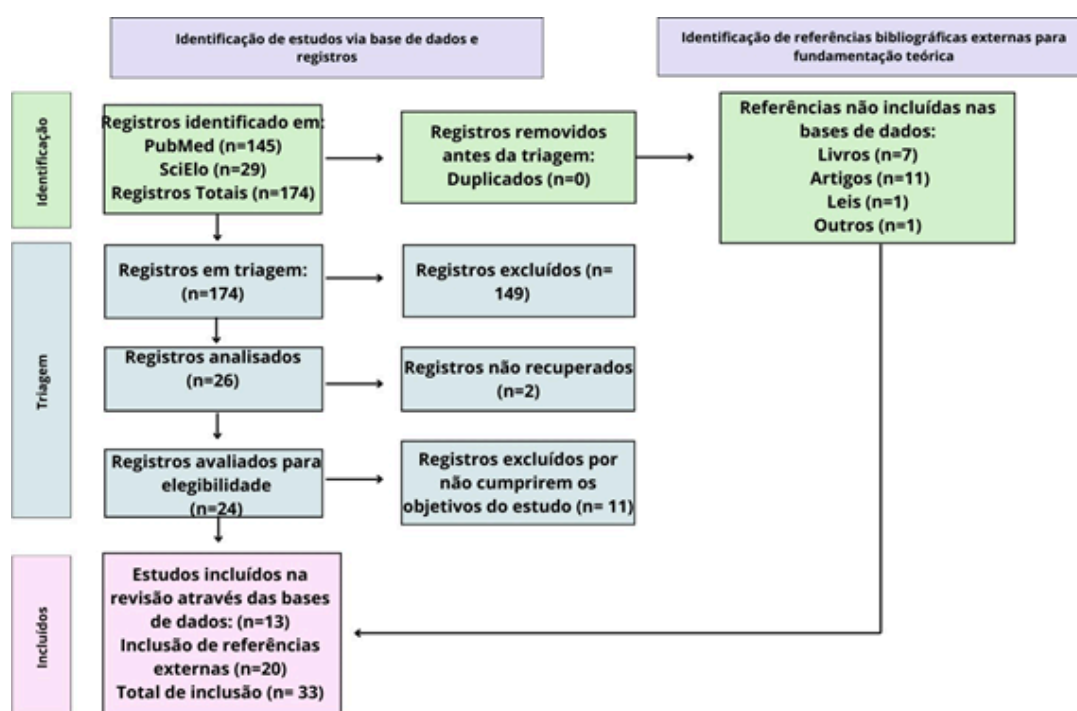
DADOS E DISCUSSÃO

Após a aplicação dos descritores e buscas nas bases de dados, obteve-se um resultado total de 174 artigos encontrados. Em seguida, após a verificação da ausência de registros duplicados, deu-se início a um processo de triagem, que consistia na leitura dos títulos e resumos. Dessa forma, 149 artigos foram excluídos, seja por não terem a idade do público-alvo deste estudo atendido, ou por não investigarem direta ou indiretamente as consequências associadas à exposição à violência doméstica na infância, mantendo-se 26, dos quais 2 foram excluídos posteriormente devido à impossibilidade de acesso ao artigo de forma integral. Esses artigos excluídos foram: “Intimate Partner Violence Exposure and Adolescent Mental Health Outcomes: The Mediating Role

of Housing Insecurity” e “Exposure to Family Violence and Internalizing and Externalizing Problems Among Spanish Adolescents”.

Permaneceram, então, 24 artigos que tiveram seus textos examinados integralmente, os quais foram posteriormente submetidos aos critérios de elegibilidade. Após essa análise, 11 estudos foram excluídos por não atenderem aos critérios desta pesquisa mencionados anteriormente, resultando em uma seleção final de 13 artigos para compor a amostra desta revisão sistemática. A figura 1 apresenta o fluxograma contendo as etapas e resultados de cada etapa deste processo.

Figura 1- Fluxograma das etapas de busca e seleção de artigos científicos nas bases de dados.



Fonte: Elaborado pela autora.

Os estudos revisados apontam para uma variedade de consequências associadas à exposição à violência doméstica na infância. Essas consequências podem ser agrupadas em sintomas internalizantes, sintomas externalizantes e prejuízos cognitivos e de rendimento escolar. Dentre os sintomas internalizantes mais recorrentes associados à exposição à violência doméstica predominam o medo,

tristeza, ansiedade, depressão, raiva, sintomas de estresse pós-traumático além de problemas de regulação emocional (BAGOT et al., 2016; D'AFFONSECA; WILLIAMS, 2011; DEVRIES, et al., 2017; HOWELL, et al., 2016; LOURENÇO, et al., 2013; MARSHALL, et al., 2019; MUELLER; TRONICK, 2019).

Os estudos também destacam a prevalência de sintomas externalizantes, como problemas de adaptação, retraimento social, dificuldade de estabelecimento de relação com os pares e comportamentos regressivos. A agressividade também constitui uma consequência externalizante, que pode manifestar-se em relacionamentos futuros ou através do bullying entre os pares (BAGOT et al., 2016; D'AFFONSECA; WILLIAMS, 2011; DEVRIES, et al., 2017; HOLMES, 2013a/2013b; HOWELL, et al., 2016; LOURENÇO, et al., 2013; MARGOLIN; GORDIS, 2000; MAZZA, et al., 2021; MUELLER; TRONICK, 2019; WILLIAMS, 2009).

Além disso, os estudos apontaram para problemas no rendimento escolar e prejuízos cognitivos, principalmente relacionados à memória e Q.I (HOWELL et al. 2016; MARGOLIN; GORDIS, 2000; MAZZA, 2021; MUELLER; TRONICK, 2019; PRETO; MOREIRA, 2012). Um fator adicional que merece destaque, identificado nos estudos conduzidos por Holmes (2013b) e D'affonsenca e Williams (2011), destacam a influência da violência doméstica para a má saúde mental de mães que são vítimas das agressões. Essa condição compromete os cuidados maternos, exercendo influência direta sobre a redução da expressão de comportamentos maternos, tornando os filhos vítimas indiretas da violência. A seguir é apresentado o quadro 1, contendo informações relativas ao título, autoria, ano, objetivo e principais resultados dos artigos selecionados.

Quadro 1- Informações referentes aos artigos selecionados nas bases de dados para revisão sistemática.

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

Autor e Ano	Título	Objetivo	Principais resultados
BAGOT, G. A. ET AL. (2016)	Developmental Consequences of Intimate Partner Violence on Children	Resumir as consequências da exposição de crianças a VPI em estudos de revisão sistemática e meta-análises e o problema metodológicos dessas pesquisas.	As crianças expostas a VPI apresentaram prejuízos no desenvolvimento e regulação fisiológica, no desempenho acadêmico, desenvolvimento de relação com os pares. Além disso, a maternagem foi afetada negativamente e os filhos são mais propensos a ter apego inseguro com a figura materna. Sintomas de estresse pós-traumático, depressão e comportamentos agressivos também foram observados nessas crianças.
LOURENÇO, L. M. ET AL. (2013).	Consequences of Exposure to Domestic Violence for Children: A Systematic Review of the Literature	Investigar as consequências da exposição à violência doméstica para as crianças	Crianças expostas a violência doméstica tendiam a buscar explicação para os comportamentos violentos dos pais, bem como tiveram sintomas internalizantes e externalizantes associados à exposição à violência doméstica.
HOWELL, K. H. ET AL. (2016).	Developmental variations in the impact of intimate partner violence exposure during childhood	Investigar e descrever os resultados associados à violência por parceiro íntimo para crianças em diferentes estágios do desenvolvimento.	A exposição à violência doméstica em diferentes estágios do desenvolvimento, que engloba o pré-natal até os 12 anos, está correlacionado com uma variedade de consequências. Essas incluem comportamentos agitados e irritáveis, problemas de regulação emocional, adaptação comprometida, dificuldades no desenvolvimento de amizade e relacionamentos futuros.
D'AFFONSECA, S. M., & WILLIAMS, L. C. D. A. (2011).	Habilidades Maternas de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica: Uma Revisão da Literatura	Investigar sobre a violência doméstica e impactos nos cuidados maternos.	Uma parcela expressiva das crianças expostas a situações violentas foram afetadas direta ou indiretamente e apresentaram problemas internalizantes e externalizantes como desajustamento severo e depressão. As habilidades maternas de vítimas de violência doméstica e o desempenho escolar de seus filhos em atividades que exigem memória explícita foram comprometidas.
MARGOLIN, G., & GORDIS, E. B. (2000).	The effects of Family and community violence on children	Descrever problemas internalizantes e externalizantes associados a exposição a violência e identificar formas pelas quais a violência pode perturbar trajetórias típicas do desenvolvimento	Sintomas de comportamentos regressivos, como enurese noturna, ansiedade de separação e diminuição da comunicação verbal foram observados em crianças pequenas expostas a situações de violência doméstica. Nas crianças em idade pré-escolar problemas de adaptação escolar e estabelecimento de relação com os pares foram observados.
MARSHALL, A. D. et al. (2019)	Children's emotional and behavioral reactions to interparental aggression: The role of exposure to within-incident, cross-dyad aggression spillover	investigar se as crianças que sofreram transbordamento de agressão dentro do incidente respondem de forma diferente às exposições subsequentes de agressão interparental	Crianças que presenciaram agressões entre os pais apresentaram níveis extremos de medo dos incidentes, raiva e tristeza. Em algumas situações as agressões também foram perpetuadas para as crianças, que participavam ativamente dos conflitos em uma tentativa de apaziguamento.
PRETO, M., & MOREIRA, P. A. (2012).	Auto-Regulação da Aprendizagem em Crianças e Adolescentes Filhos de Vítimas de Violência Doméstica Contra Mulheres	Avaliar o impacto da exposição à violência doméstica na autorregulação da aprendizagem	Os filhos das vítimas de violência física e psicológica, apresentaram rendimento acadêmico inferior quando comparados com os filhos de mulheres não vítimas.
WILLIAMS, L. C. de A. (2009).	Violência intrafamiliar e intimidação entre colegas no ensino fundamental	Investigar a associação de entre intimidação entre pares e violência intrafamiliar.	A exposição de crianças a violência aumentou em 2.1 vezes as chances de envolvimento bullying, seja como vítimas ou agressoras.
HOLMES, M. R. (2013b).	Aggressive behavior of children exposed to intimate partner violence: An examination of maternal mental health, maternal warmth and child maltreatment	Investigar a influência da exposição a violência interparental no comportamento agressivo das crianças bem como testar se essa relação era mediada pela saúde mental materna precária.	Resultados indicam efeitos indiretos da VPI em casa sobre comportamento agressivo das crianças. O comprometimento da saúde mental materna foi relacionado a comportamentos agressivos, menor calor materno e abuso físico e psicológico contra os filhos.
MUELLER, I., & Tronick, E. (2019)	Early life exposure to violence: Developmental consequences on brain and behavior	Investigar as consequências da exposição violência por parceiro íntimo (VPI) durante a fase perinatal até a primeira infância	A exposição durante a gestação da figura materna à VPI pode prejudicar o desenvolvimento fetal levando ao baixo peso ao nascer, parto prematuro e restrição no crescimento intrauterino. Além disso, pode resultar em problemas socioemocionais, como aumento de sintomas de ansiedade social e depressão, retraimento social, bem como em dificuldades cognitivas em crianças expostas a situações violentas em seus lares.

Fonte: Elaborado pela autora

Os achados dos estudos possibilitaram identificar a complexidade das consequências associadas ao testemunho de violência doméstica ainda na infância. A exposição a este tipo de violência tem forte influência no desenvolvimento de sintomas internalizantes e externalizantes, cognitivos, acadêmicos, além de prejudicar os cuidados

maternos, refletindo diretamente no desenvolvimento e saúde da criança. Esses resultados evidenciam a forte influência ambiental no desenvolvimento psicossocial infantil, o que encontra respaldo em estudos como o de Rosário e Bispo (2021), que destacam que a exposição a ambientes violentos repercute no desenvolvimento das crianças, e nos trabalhos de Skinner (2003) e Borges e Cassas (2012) que assinalam que os eventos ambientais atuam sobre o organismo evocando respostas e alterando seus repertórios comportamentais.

No entanto, é importante considerar que os sintomas internalizantes, como medo, tristeza, ansiedade, depressão, raiva, sintomas de estresse pós-traumático e problemas de regulação emocional; e os sintomas externalizantes representados notavelmente por agressividade, problemas de adaptação, retraimento social, dificuldade de estabelecimento de relação com os pares e comportamentos regressivos, observados recorrentemente nos estudos, têm implicações significativas no desenvolvimento e bem-estar da criança. Por essa razão, a compreensão da influência do ambiente maternal no contexto de violência para o surgimento desses sintomas é essencial. Conforme indicado por Alvarenga et al. (2016), esses comportamentos, entendidos como interações operantes e respondentes do organismo com o ambiente, podem dificultar o contato das crianças com contingências reforçadoras, prejudicando inclusive o convívio social.

Nesse sentido, lares com recorrência de violência doméstica, por se tratarem de ambientes aversivos, podem ter fortes influências nas quebras de contingências que são reforçadoras. Supondo que uma criança ao expressar suas emoções obteve como consequência o apoio e conforto emocional dos cuidadores, no entanto, em um ambiente familiar com ocorrências constantes de violência doméstica pode tornar essas respostas dos cuidadores imprevisíveis ou até mesmo adversas. Em sintonia com essa perspectiva Holmes (2013a, p.521, tradução própria) destaca que:

A forma como os pais respondem às expressões emocionais de uma criança influencia profundamente a forma como ela aprende a processar, compreender e lidar com uma variedade de estados emocionais. No entanto, os pais em relações de VPI não são tão capazes de satisfazer as necessidades dos seus filhos, uma vez que a qualidade da sua parentalidade fica comprometida.

Essa quebra de contingências afeta a intensidade de estímulos que antes foram reforçados para a criança, causando forte sofrimento psicológico e contribuindo para o surgimento de quadros depressivos (ABREU; ABREU, 2022). Assim, embora a criança ainda tenha contato com estímulos positivos e/ou tenha seus comportamentos reforçados através do apoio emocional dos pais, ela ainda pode não sentir qualquer tipo de satisfação nessas interações, que antes foram reforçadoras.

Além dos sintomas depressivos, a emergência de sintomas ansiosos oriundos do testemunho desse tipo de violência por parte das crianças também merece atenção. Naturalmente a apresentação de estímulos aversivos eliciam respostas emocionais de medo que podem, através do emparelhamento, condicionar estímulos previamente neutros tornando-os estímulos aversivos condicionados, que passam eliciar respostas características da ansiedade e também do transtorno de estresse pós-traumático (ABREU; ABREU, 2022; GARCIA; SILVA, 2015; ZAMIGNANI; BANACO, 2005).

As respostas ansiosas delicadas, resultantes dos processos operantes e respondentes, teriam a função de antecipar os eventos aversivos incondicionados, como as agressões físicas ou verbais. Ter compreensão da dinâmica desses processos envolvidos nos eventos de agressões é necessário para entender que o mal estar psicológico e emocional da criança podem ser eliciados ainda que a violência não esteja acontecendo. Por exemplo, uma criança que presencie objetos sendo arremessados constantemente em brigas entre os pais pode

eliciar respostas ansiosas ao ver alguém manuseando um objeto, ainda que não haja uma intenção violenta durante o manuseio.

É fundamental considerar também, que os estudos evidenciaram que violência doméstica também se mostrou como um evento estressor de forte influência sobre má saúde mental materna de mães vítimas desse tipo violência, comprometendo os cuidados maternos. Essa influência manifesta-se através do comprometimento do calor materno, negligência e uma maternagem agressiva, marcada pelo aumento das agressões físicas e psicológicas das mães para com os filhos (D'FONSCENCA; WILLIAMS, 2011; HOLMES, 2013a).

Essas limitações na prestação de cuidados maternos resultam em consequências para a criança, como aquisição de comportamentos externalizantes tidos como problemáticos, tornando os filhos vítimas indiretas dessa violência. Assim, a saúde mental de dessas mães vítimas também é um fator que merece atenção, uma vez que seu mau estado pode comprometer os cuidados responsivos, que quando exercidos corretamente contribuem positivamente para o desenvolvimento cognitivo, psicossocial e ampliação do desenvolvimento da inteligência da criança, como pontuado por Papalia e Feldman (2013). Esses comprometimentos podem, inclusive, contribuir para o prejuízo no rendimento escolar e desempenho acadêmico.

Nesse sentido, Alvarenga et al., (2016) também destacam que esses cuidados são fundamentais para o desenvolvimento de respostas emocionais de segurança ou confiança, aos estímulos apresentados pelos seus filhos e, quando não produzidos podem criar uma contingência aversiva, eliciando respostas emocionais associadas ao estresse e à insegurança, o que tende a diminuir o repertório comportamental para explorar o ambiente. Logo, perceber a importância do bem estar familiar é necessário inclusive para pensar em possíveis intervenções com os filhos dessas mulheres, que não podem ser considerados de maneira isolada em relação às suas cuidadoras.

Além da influência direta nos cuidados maternos, o ambiente familiar agressivo pode contribuir para aquisição de comportamentos agressivos, ainda que a criança não tenha contato direto com a contingência, ou seja, mesmo que ela não sofra agressões. Este tipo de aprendizagem, denominada vicariante ou observacional, é adquirido não só a partir da observação de respostas emitidas, mas também a partir da observação de consequências obtidas por outros organismos (GOYOS, et al., 2016; HUMBER, et al., 2012). Assim, por meio da observação, uma criança pode aprender que comportamentos como gritar ou agredir são estímulos aversivos que podem funcionar como punição, reduzindo a frequência de um comportamento específico. Essa aprendizagem pode levá-la a reproduzir esses comportamentos entre os pares ou em relacionamentos futuros com a finalidade de reduzir um comportamento almejado.

Cabe, portanto, ressaltar que, embora este estudo tenha proposto uma interpretação à luz da análise do comportamento, a ausência de foco nos antecedentes e consequentes dos comportamentos abordados pelos estudos aqui analisados constitui uma limitação. Essa ausência impossibilita uma análise funcional detalhada, o que é fundamental para compreensão da função de determinado comportamento a partir da sua interação com o ambiente (MOREIRA; MEDEIROS, 2019). A ausência de um delineamento de um período específico da infância também constitui uma limitação, uma vez que pode haver variações nas experiências e nos efeitos da exposição à violência doméstica, o que dificulta a generalização dos resultados, bem como suas interpretações.

Para estudos futuros, é requerida uma análise de faixas etárias específicas, podendo ser benéfico para obter uma melhor compreensão dos efeitos da exposição à violência doméstica em diferentes níveis do desenvolvimento, bem como a investigação dos estímulos antecedentes e consequentes dos comportamentos, o que possibilitará uma melhor análise funcional dos comportamentos. Essa análise é fundamental

para prever e controlar esses tipos de comportamentos, auxiliando assim na elaboração de intervenções mais adequadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exposição à violência doméstica na infância é um problema complexo que pode ter efeitos significativos no desenvolvimento psicossocial e comportamental infantil. Esta revisão sistemática de literatura investigou e destacou que a inserção em lares com violência doméstica corrobora para o surgimento de consequências internalizantes, externalizantes e indiretas causadas por essa exposição. A leitura dos impactos sobre uma ótica analítico-comportamental possibilitou uma compreensão mais abrangente do papel crítico que as influências ambientais desempenham na configuração dos padrões comportamentais observados em crianças expostas a violência doméstica, o que corrobora com a visão de Rosário e Bispo (2021) que pontuam que a inserção em ambientes violentos repercutem no desenvolvimento das crianças, e Borges e Cassas (2012) ao exporem que os eventos ambientais atuam sobre o organismo evocando respostas e alterando seus repertórios comportamentais.

Em síntese, este trabalho busca contribuir para um melhor entendimento do fenômeno estudado, auxiliando na elaboração de intervenções futuras que visem o bem-estar sócio emocional infantil. Para avançar na compreensão dos efeitos da exposição à violência doméstica na infância e um melhor aprimoramento das estratégias de intervenção, é necessário conduzir estudos futuros em análise do comportamento que investiguem faixas etárias específicas, permitindo o entendimento dos efeitos da exposição a violência doméstica em diferentes estágios do desenvolvimento. Além disso, a exploração de estímulos antecedentes e consequentes dos comportamentos, contribuirá para uma melhor análise funcional dos comportamentos. Essa análise é fundamental para prever e controlar esses tipos de

comportamentos, auxiliando assim na elaboração de intervenções mais adequadas.

REFERÊNCIA

Abreu, Paulo R.; ABREU, Juliana H.S.S. psicopatologia: tratamento comportamental contextual. São Paulo: Manole, 2022. 208 p.

ALVARENGA, Patrícia Alvarenga; WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj; BOLSONI-SILVA, Alessandra Turini. Cuidados parentais e desenvolvimento socioemocional na infância e na adolescência: uma perspectiva analítico-comportamental. Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, v. 18, n. 1, p. 4-21, 2016.

BIJOU, SIDNEY W.; BAER, Donald M. O desenvolvimento da criança: uma análise comportamental. Trad. Rachel R. Kerbauy. São Paulo: Pedagógica e Universitária LTDA, 1980. BOGAT, G. Anne; LEVENDOSKY, Alytia A.; COCHRAN, Kara. Developmental consequences of intimate partner violence on children. Annual review of clinical psychology, v. 19, n. 1, p. 303-329, 2023.

BORGES, Nicodemos B.; CASSAS, Fernando A. Clínica analítico-comportamental: aspectos teóricos e práticos. Porto Alegre: Artmed Editora, 2012. 312 p.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário oficial da União, Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm> Acesso em 10 mai. 2023.

CLETO, Mirna; COVOLAN, Nadia; SIGNORELLI, Marcos Claudio. Mulheres mães em situação de violência doméstica e familiar no contexto do acolhimento institucional de seus (as) filhos (as): o paradoxo da proteção integral. Saúde e Sociedade, v. 28, p. 157-170, 2019.

D'AFFONSECA, Sabrina Mazo; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Habilidades maternas de mulheres vítimas de violência doméstica: uma revisão da literatura. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 31, p. 236-251, 2011.

DEVRIES, Karen M. et al. Witnessing intimate partner violence and child maltreatment in Ugandan children: a cross-sectional survey. *BMJ open*, v. 7, n. 2, p. e013583, 2017.

ENGEL, Cíntia Liara. A violência contra a mulher. In: FONTOURA, Nátalia;

REZENDE, Marcela; QUERINO, Ana Carolina. (Coord.) *Beijing +20: avanços e desafios no Brasil contemporâneo*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2020. P. 159-216.

GARCIA, Leila Posenato; SILVA, Gabriela Drummond Marques da. Violência por parceiro íntimo: perfil dos atendimentos em serviços de urgência e emergência nas capitais dos estados brasileiros, 2014. *Cadernos de saúde pública*, v. 34, p. e00062317, 2018.

GARCIA, Vagner Angelo; BOLSONI-SILVA, Alessandra Turini. Transtorno de Estresse Pós- Traumático e Terapia comportamental: um estudo de caso. *Acta Comportamentalia*, v. 23, n. 2, 2015.

GOYOS, Celso et al. Aprendizagem observacional, formação e expansão de classes de estímulos equivalentes. *Revista brasileira de análise do comportamento*, v. 2, n. 1, 2016.

HOLMES, Megan R. Aggressive behavior of children exposed to intimate partner violence: An examination of maternal mental health, maternal warmth and child maltreatment. *Child abuse & neglect*, v. 37, n. 8, p. 520-530, 2013a.

HOLMES, Megan R. The sleeper effect of intimate partner violence exposure: Long-term consequences on young children's aggressive

behavior. *Journal of child psychology and psychiatry*, v. 54, n. 9, p. 986-995, 2013b.

HOWELL, Kathryn H. et al. Developmental variations in the impact of intimate partner violence exposure during childhood. *Journal of injury and violence research*, v. 8, n. 1, p. 43, 2016.

HÜBNER, Maria Martha Costa et al. *Temas clássicos da psicologia sob a ótica da análise do comportamento*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. 209 p.

LOURENÇO, Lélío Moura et al. Consequência da Exposição à Violência Doméstica Para Crianças: Revisão Sistemática da Literatura. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, v. 23, n. 55, p. 263-271, 2013.

MARGOLIN, Gayla; GORDIS, Elana B. The effects of family and community violence on children. *Annual review of psychology*, v. 51, n. 1, p. 445-479, 2000.

MARSHALL, Amy D.; FEINBERG, Mark E.; DALY, Kelly A. Children's emotional and behavioral reactions to interparental aggression: The role of exposure to within-incident, cross-dyad aggression spillover. *Journal of family psychology*, v. 33, n. 5, p. 617, 2019.

MAZZA, Marianna et al. Intimate partner violence: A loop of abuse, depression and victimization. *World journal of psychiatry*, v. 11, n. 6, p. 215, 2021.

MOREIRA, Márcio Borges; DE MEDEIROS, Carlos Augusto. *Princípios básicos de análise do comportamento*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

MUELLER, Isabelle; TRONICK, Ed. Early life exposure to violence: Developmental consequences on brain and behavior. *Frontiers in behavioral neuroscience*, v. 13, p. 156, 2019.

PAGE, Matthew J. et al. PRISMA 2020 explanation and elaboration: updated guidance and exemplars for reporting systematic reviews. *bmj*, v. 372, 2021.

PAPALIA, Diane E; FELDMAN, Ruth Duskin. *Desenvolvimento humano*. 13.ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. 800 p.

PRADO, Rita de Cássia Ponte. Uma leitura Analítico-Comportamental da psicopatologia. *Scientia*, v. 1, n. 2, p. 192-395, 2013.

PRETO, Micaela; MOREIRA, Paulo AS. Auto-regulação da aprendizagem em crianças e adolescentes filhos de vítimas de violência doméstica contra mulheres. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 25, p. 730-737, 2012.

ROSÁRIO, Maria do; BISPO, Lorena Grasielle Silva. As consequências da violência doméstica contra a mulher no desenvolvimento dos filhos menores. *Ambiente: Gestão e Desenvolvimento* 14.2, 2021.

SANI, Ana Isabel; CARVALHO, Cristiana. Violência doméstica e crianças em Risco: Estudo empírico com autos da polícia Portuguesa. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 34, p. e34417, 2018.

SANI, Ana Isabel; CUNHA, Dália Maria Moreira da. Práticas educativas parentais em mulheres vítimas e não vítimas de violência conjugal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 27, p. 429-437, 2011.

SKINNER, Burrhus Frederic. *Ciência e comportamento humano*. 11.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 489 p.

WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Violência intrafamiliar e intimidação entre colegas no ensino fundamental. *Cadernos de pesquisa*, v. 39, p. 995-1018, 2009.

ZAMIGNANI, Denis Roberto; BANACO, Roberto Alves. Um panorama analítico-comportamental sobre os transtornos de ansiedade. Revista Brasileira de terapia comportamental e cognitiva, v. 7, n. 1, p. 77-92, 2005.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil.

Sobre os organizadores

THIAGO NILTON ALVES PEREIRA

Possui graduação em Ciências Biológicas (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Federal do Tocantins (2007), mestrado (2010) em Ciências Biológicas, área de concentração em Zoologia pela Universidade Estadual de São Paulo "Julio de Mesquita Filho", câmpus Botucatu (2010) e doutorado (2014) em Ciências, área de concentração em Biologia Comparada pela Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Zoologia, com ênfase em sistemática e taxonomia de grupos recentes, com ênfase em peixes, além de estudos comparativos da anatomia do Sistema Nervoso Central. Atualmente, é Professor Adjunto III do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Tocantins e Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade, Ecologia e Conservação. Atualmente é Diretor de Pesquisa junto à PROPESQ na UFT.

RUHENA KELBER ABRÃO

Professor Adjunto IV na Universidade Federal do Tocantins (UFT), Coordenador e Professor do Mestrado Profissional em Educação Física e do Doutorado em Educação na Amazônia. Coordena o Centro de Formação, Extensão, Inovação e Pesquisa em Educação, Lazer e Saúde (CEPELS) e atua como Presidente da Editora Universitária da UFT (EdUFT). Possui 12 anos de experiência na Educação Básica antes de ingressar no Ensino Superior em 2008. Atua nas áreas de docência e gestão com foco na Educação e Saúde e Lazer.

JOSÉ DE OLIVEIRA MELO NETO

Professor adjunto da Universidade Federal do Tocantins no campus de Gurupi vinculado ao curso de graduação em Engenharia Florestal. Graduado em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Sergipe, mestre e doutor em Recursos Hídricos em Sistemas Agrícolas pela Universidade Federal de Lavras, Pós-doutor pela universidade Federal de Alfenas - Campus Poços de Caldas, atuando principalmente nos seguintes temas: modelagem hidrológica e ambiental, hidrometeorologia, hidrologia florestal, gestão de bacias hidrográficas, hidrossedimentologia, manejo de solo e uso de geotecnologias na área florestal. Atualmente também é coordenador institucional do PIBIC na UFT.

VÂNIA DE PAULA NEVES

Graduada em Engenharia Agrônômica pela Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), atuou no desenvolvimento de pesquisas na área de tecnologia e processamentos de alimentos no laboratório da UNITINS, com vínculo de estágio. Realizou pesquisas de ensino e extensão na área de manejo e controle de plantas daninhas, relacionados ao herbicida glyphosate. Atualmente assessora técnica junto a Diretoria de Pesquisa.

LÚCIA MORAES E SILVA

Estudante de Jornalismo na UFT. Presidente da Sagaz Jr (Empresa Júnior de Jornalismo). Estagiária na Editora da Universidade Federal do Tocantins.

ANA JÚLIA CAMPOS VIEIRA

Estudante de Ciência da Computação na UFT. Diretora de Assuntos Estudantis do Centro Acadêmico de Ciência da Computação. Estagiária na Diretoria de Pesquisa na Universidade Federal do Tocantins.

